

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 22 DE ABRIL DE 2010

NÚMERO 6.161

16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Gôes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Gôes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**
Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2161 EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 029ª Sessão Ordinária realizada em 15/04/20102 Ata da 030ª Sessão Ordinária realizada em 20/04/201012 Ata da 008ª Sessão Extraordinária realizada em 20/04/201016 Ata da 007ª Sessão Especial realizada em 20/04/201022</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa29</p> <p>Publicações Diversas Ata da Procuradoria.....29 Atas das Comissões Permanentes30 Aviso de Resultado.....31 Portarias31</p>
---	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Angela Albino - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Gilmar Knaesel - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Ozair Polaco - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pronuncia-se sobre a política salarial dos servidores públicos estaduais; reporta-se à ocorrência policial na capital.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Posiciona-se quanto à política salarial do estado; relata visita a área conflituosa em Imbituba.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Comunica a posse do suplente do PP, Dieter Janssen; aborda as novas perspectivas do carvão no sul do estado.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Pede providências para a morosidade das obras da BR-101/sul.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Solidariza-se com as críticas do deputado Manoel Mota às obras na BR-101/sul.

Partidos Políticos

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Toma posse na cadeira de deputada.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Cumprimenta a deputada Angela Albino por sua posse.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Parabeniza a deputada Angela Albino por sua posse.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Sauda a deputada Angela Albino; aborda audiência pública em Campos Novos sobre segurança pública.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Refere-se à violência contra agricultores.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Comenta a ressocialização dos presos.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se à palestra de Maria Pelletier na Casa; enfatiza a importância das audiências públicas; comenta a política salarial do funcionalismo público; exalta a candidatura de Ideli Salvatti ao governo do estado.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Tece comentários acerca das gratificações dos funcionários da Saúde.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Aborda as gratificações aos funcionários da Saúde; refere-se à estabilização da economia.

Explicação Pessoal
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Comenta sua visita à Festa da Cebola, em Ituporanga; refere-se ao lançamento dos Jogos Abertos em

Brusque; destaca a reunião do PDT para discutir a eleição de 2010.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Aborda os Jogos Abertos de SC.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Registra a presença de pastor de Caçador.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Refere-se aos 41 anos da Cooperativa Aurora; comenta reunião sobre o pedágio na chamada alça de Florianópolis; registra a insegurança nas propriedades rurais; aborda a volta de Edilton Swarovski do México.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Analisa a questão das enchentes.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Refere-se à realização do Seminário de Educação, em Brusque; registra a passagem dos 41 anos da Cooperativa Aurora; enfatiza os problemas no Frigorífico Chapecó; ressalta o projeto que trata do transporte intermunicipal gratuito aos idosos; comenta o projeto da Ferrovia da Integração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)
Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Presidência registra a presença do ex-deputado federal e ex-prefeito de Chapecó, José Fritsch. É um prazer tê-lo na Casa do Povo catarinense.

Esta Presidência dá conhecimento ao Plenário da existência de ato concedendo licença ao deputado Padre Pedro Baldissera por um período de 60 dias, a contar de 15 de abril, para tratar de assuntos particulares.

(Passa a ler.)

"ATO DA PRESIDÊNCIA N. 009-DL, de 2010

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONCEDE licença ao Senhor Deputado Padre Pedro Baldissera, por um período de sessenta dias, a contar de 15 de abril do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 14 de abril de 2010.

(a)Deputado Gelson Merísio
Presidente"[sic]

Damos conta ainda ao Plenário do ato que convoca Angela Albino, 1ª suplente da Coligação Força do Povo, para ocupar a cadeira de deputada neste Poder.

(Passa a ler.)

"ATO DA MESA N. 027-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA a cidadã Angela Albino, 1ª Suplente da Coligação Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência da licença do Senhor Deputado Padre Pedro Baldissera.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 14 de abril de 2010.

(aa) Deputado Gelson Merísio -
Presidente

Deputado Moacir Soplesa - 1º
Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - 2º
Secretário" [sic]

Como a deputada Angela Albino já prestou, nesta Legislatura, o devido juramento, declaro-a empossada a partir deste momento.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

Enquanto o referido deputado se dirige à tribuna, registro a presença, nesta Casa, de alunos da Escola da Fazenda, da praia do Campeche, acompanhados do professor Kleicer.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital ou neste plenário, na manhã de hoje, quero cumprimentar, de forma especial, a camarada e novamente colega de tribuna, deputada Angela Albino, dizendo-lhe que será muito bom podermos fazer dobradinha neste plenário ao longo dos próximos meses; o presidente estadual do Partido dos Trabalhadores e também os integrantes da direção estadual do PCdoB, aqui presentes para acompanhar a posse ou a "reposse" ou a segunda posse da referida deputada.

Nós queremos falar ainda um pouco sobre a questão salarial, que é a polêmica do último mês na Assembleia. Os jornais de hoje têm divulgado que 50 mil servidores estaduais ficaram de fora de qualquer benefício salarial. Eu creio que os jornais estão novamente sendo informados erroneamente pelo governo, pelo

palácio, por alguém de alguma secretaria ou por alguém até que andou-nos vaiando esta semana e que tem cargo de confiança, vamos dizer assim, numa das secretarias de estado, porque na verdade são mais de 50 mil servidores que foram aliados do processo.

Só da Educação, do magistério estadual, já passam de 50 mil os que ficaram de fora de qualquer gratificação. Na Saúde, 13 mil ficaram de fora. Na Segurança Pública, se formos considerar o aumento da discriminação salarial, com R\$ 2 mil para alguns, para 5%, e R\$ 250,00 para a maioria, que são os praças, temos mais 17 mil fora ou que estão-se sentindo discriminados pelo governo. Isso sem contar as demais secretarias! Então, mais ou menos 100 mil servidores ficaram de fora ou se sentiram discriminados, desprestigiados e ultrajados pela política salarial que está em debate neste Poder Legislativo.

Como foi anunciado ontem, por decisão da assembleia da categoria, na última segunda-feira, organizada pelo SindSaúde, houve, na manhã de hoje, a paralisação de todas as Unidades de Saúde da Grande Florianópolis, de Mafra e de Lages, das 7h às 21h. As informações que recebi, quando estava vindo para a Assembleia, dão conta de que parou praticamente tudo. Só não parou aquilo que comprometia diretamente a vida de alguém naquele momento. Ou seja, a base da Saúde pública está indignada, pronta e apta para uma paralisação maior se não houver uma saída negociada dessa situação.

O Hospital Florianópolis está fechado para reforma há alguns meses e decreto vai continuar fechado mais um tempão, acumulando problemas nos Hospitais Celso Ramos, Universitário e Regional de São José. E agora uma última notícia: vai fechar a emergência do Hospital Celso Ramos, no centro da capital, ou seja, só vão ficar funcionando os Hospitais Universitário e Regional de São José.

Parece que há alguém dentro do governo querendo derrubar o governo, porque a cinco meses da eleição começar a fechar as emergências dos hospitais é, no mínimo, falta de planejamento, para não falar em estupidez mesmo. Estupidez porque não houve planejamento e agora estão fechando tudo! Se já era caótica a situação nas emergências dos hospitais na Grande Florianópolis, com o fechamento do Hospital Florianópolis inteiro e da emergência do Hospital Celso Ramos, com certeza vai haver revolta popular em função dessa situação no estado.

Mas eu tenho outro assunto para a manhã de hoje, que é uma ocorrência policial - mais uma. Viemos aqui para falar dessa questão porque há necessidade de educação social com relação a esse assunto, já que é muito fácil jogar pedra na polícia por qualquer motivo.

Então, vamos mostrar uma matéria jornalística da nossa imprensa, do último final de semana, e depois iremos fazer alguns comentários a respeito do assunto.

Eu peço à assessoria do plenário que, por gentileza, rode essa matéria.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Então, como temos pouco tempo para fazer os comentários, dois minutos apenas, quero perguntar ao amigo Hélio Costa o seguinte: e a versão dos policiais?

O gurizão estava dirigindo um Opala em alta velocidade pelas ruas do bairro Saco dos Limões e foi para casa. A Polícia foi falar com ele porque tinha passado dois semáforos com sinal vermelho naquele bairro, que é uma região movimentada. Ele, com um Opala, a Polícia, com um Corsinha. A Polícia achou a sua casa, o rapaz estava com o carro estacionado na frente da garagem, numa

oficina, como foi falado na reportagem. Ele embarcou no carro, saiu jogando pedra na cara dos oficiais e tocou para dentro da oficina. Os policiais foram lá e pediram os documentos e ele disse que não daria. Então, recebeu voz de prisão por desobediência. Foi quando apareceu a irmã dele cheia de razão, dizendo tudo quanto era tipo de impropério. Além de cuspir e morder, chamou a Polícia de todos aqueles nomes "bonitos" que são comuns, e aí acabou recebendo voz de prisão dos policiais. Ela resistiu à prisão e deu aquele "bolo", como foi mostrado no vídeo.

Alguém viu alguma agressão dos policiais contra a moça? Apareceu três vezes a menina no vídeo. Alguém viu alguma agressão dos policiais? É óbvio que, se ela se atira no chão, não se deixa ser algemada e alguém segura o seu braço, vai ficar alguma mancha. É óbvio! Acontece isso com qualquer pessoa. E aí aparece o pai do cidadão ligando para a ex-autoridade dizendo que na próxima eleição talvez vire autoridade e venha para este Parlamento: "Olhe, eu estou ligando para dizer que eu falei com fulano de tal". Vai falar com o bispo, vai falar com o papa! "Olha, e tu vas ser chamado para conversar com o comandante-geral, o coronel Eliésio". Chame o papa!

Os policiais militares, felizmente, estão cada vez mais cientes do que estão fazendo. E tem que deixar de ser moda, neste estado, o cidadão pensar, porque conhece um vereador, um deputado, um ex-secretário, um comandante, que pode dar "carteiraço", pode dizer o que quiser! E aí ficam esses moleques fazendo rachas na capital! Quando o policial não faz nada, a culpa é da Polícia, a Polícia é inoperante, e aí acontecem os acidentes, isso que está aqui colocado.

Não houve nenhuma agressão por parte de nenhum policial contra essas pessoas envolvidas nessa ocorrência. Foram levadas, como manda a lei, para a delegacia. Mas é preciso que a comunicação social da Polícia Militar não sirva apenas para dizer que vai punir os policiais. Que exija uma resposta dos meios de comunicação, para que passe a versão da Polícia, a versão dos policiais.

Acredito nos policiais que estavam nessa ocorrência e não naquele cidadão que ficou falando um monte de barbaridades.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Soplesa) - Com a palavra o deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público que está acompanhando a sessão de hoje, nossa saudação inicial aos alunos do Colégio da Fazenda.

Queremos dar boas-vindas à deputada Angela Albino, do PCdoB, que foi nossa companheira de aliança em 2006, quando enfrentamos um processo eleitoral ao apresentarmos o nosso projeto à sociedade catarinense. A referida deputada é a nossa primeira suplente e com a licença do deputado Padre Pedro Baldissera ela assume, então, o seu lugar, ficando um período conosco, trazendo sua experiência histórica de militante no PCdoB, sua liderança política e sindical, sua experiência como deputada, pois já esteve nesta Casa, e sua experiência como vereadora.

Tenho certeza de que ela vai contribuir muito para este Parlamento, justamente neste momento que estamos vivendo, pois sua experiência sindical vai-nos ajudar bastante na análise das medidas provisórias que o governo mandou a esta Casa, medidas essas que estabeleceram uma discriminação entre os servidores, criaram uma

situação até desagradável de disputa entre eles, criaram uma situação que estragou de vez, digamos assim, o plano de cargos e salários do estado, de tal forma que virou uma bagunça generalizada a remuneração, pois concedeu gratificações para uns e deixou mais de 50 mil servidores de fora desse processo. Só os bem apadrinhados receberam gratificações que irão corrigir um pouco a defasagem salarial do servidor público estadual. E aqueles que estão exatamente na ponta dos serviços, seja da Saúde ou da Educação, por exemplo, não foram contemplados. A nosso ver, ele deveria ter concedido, primeiramente, essas gratificações aos que atendem diariamente o povo catarinense.

Quero relatar a bela festa da qual participei na terça-feira à noite, dia 13, lá na cidade de Brusque, onde foi lançada toda a programação que a ser desenvolvida durante este ano, um ano especial para Brusque, uma vez que a cidade completará 150 anos em agosto.

Em setembro haverá os Jogos Abertos de Santa Catarina, na sua 50ª edição. Os Jasc foram criados exatamente no momento em que a cidade completava o seu centenário. O saudoso Arthur Schlösser, juntamente com uma equipe de entusiastas do esporte, criou o evento e acompanhou-o durante vários anos até que ele se consagrasse no estado.

Então, foi uma bela festa, na qual foi exibido um vídeo rememorando toda a história da cidade de Brusque, nos seus 150 anos. Foi divulgado também o vídeo alusivo aos 50 anos dos Jogos Abertos de Santa Catarina.

A partir do dia 13 de abril haverá toda uma programação que se estenderá durante o ano e que teremos a oportunidade, inclusive, de divulgar através da TVAL.

O prefeito, ex-deputado Paulo Eccel, recebeu-nos maravilhosamente bem, e o deputado Dagomar Carneiro também estava presente. Enfim, a casa estava cheia no lançamento de toda a programação de Brusque para este ano e a cidade vai estar o ano todo em atividade, porque haverá as festas tradicionais que também terão a sua edição em 2010.

Para completar a minha fala de hoje, que é mais um relatório das atividades da semana, quero dizer que na sexta-feira da semana passada estive, juntamente com a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher da Assembleia Legislativa, a deputada Ana Paula Lima e o deputado Kennedy Nunes, visitando, em Ibituba, uma área que há mais de 35 anos é utilizada por cerca de 100 famílias para tirar a sua produção agrícola.

Trata-se de uma área que já era de seus familiares, que eram posseiros. Mas o estado, há 40 anos, desalojou as referidas famílias, colocando-as num loteamento popular. Assim, elas perderam as suas terras. Mas como a coisa ficou mal-encaminhada, mal-explicada, eles continuaram morando no loteamento, até porque naquele terreno não havia água nem luz, e plantando nas suas terras, porque isso ficou meio combinado na época.

Recentemente, inclusive quando Eduardo Pinho Moreira era governador, há quatro anos, o estado vendeu aquela terra, através de uma licitação, duvidosa inclusive - e há processos judiciais a respeito -, e a empresa compradora pediu judicialmente a reintegração de posse.

Então, correm na Justiça vários processos. O primeiro, da comunidade, questionando a venda feita; o segundo, da empresa, pedindo a reintegração de posse; o terceiro, do Inbra, solicitando a indenização daquela área para efeitos de assentamento rural; e o quarto processo, que identifica

aquela comunidade como uma comunidade tradicional e que por isso tem condição de permanecer nas mãos daquelas pessoas.

Lá eles desenvolvem o plantio da mandioca e produzem broas e roscas com a farinha. Eles mantêm o plantio de cultivares tradicionais, de tal forma que são uma memória viva da cultura catarinense em torno da questão da mandioca, que é muito forte no litoral do nosso estado.

Mas, sr. presidente, estranhamente o processo da reintegração de posse foi o que primeiro que andou e eles estão agora com o aviso para desocuparem a área.

Como entendemos que a coisa está mal-encaminhada e mal-explicada, que precisamos sensibilizar as autoridades, dar visibilidade a essa questão que aquele povo de Ibituba vive, nós fizemos essa visita. E agora estamos agendando visitas ao Judiciário e aos demais poderes, no sentido de esclarecer a situação daquela comunidade tradicional. Esperamos sensibilizar as autoridades e assim conseguir a permanência deles naquela área que, historicamente, ocupam há mais de 100 anos.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, sr. deputado Décio Góes.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente e srs. deputados, inicialmente, gostaria de saudar os 19 alunos da Escola da Fazenda, da praia do Campeche, que estão aqui acompanhados do professor Kleicer e a da professora Kátia.

Sejam bem-vindos a este Parlamento, crianças bonitas e simpáticas que merecem toda a nossa confiança e respeito!

Sr. presidente, faço uso da tribuna, nesta manhã de quinta-feira, porque na próxima terça-feira vai assumir, em meu lugar, o suplente do Partido Progressista de Jaraguá do Sul, Dieter Janssen, num rodízio que estabelecemos dentro do partido, inclusive seguido pelos demais partidos.

Entendemos que em uma campanha política dificilmente, salvo raras exceções, o parlamentar consegue legenda sozinho. Por isso é preciso enaltecer e prestigiar os suplentes. Independentemente da região onde eles atuam ou da quantia de votos que eles possam ter feito, e dentro de um projeto político com espírito de grupo, precisamos prestigiar-los.

Companheiros são aqueles dos momentos mais difíceis, porque nos bons momentos muita gente se aproxima. E são poucos aqueles, deputado e amigo Dado Cherem, que têm a coragem e a ousadia de entrar no processo político. Política é para pessoas de bem, comprometidas com a qualidade de vida, com a causa social do nosso povo e da nossa gente. Para entrar na política é preciso, acima de tudo, ter espírito de renúncia, ter discernimento e muita tolerância. Acima de tudo, é necessário ter muita responsabilidade, porque um ato bem desenvolvido pode levar o desenvolvimento a uma região, a uma comuna. Mas em mãos malélicas pode ocasionar prejuízos catastróficos, prejuízos que podem impedir o desenvolvimento de qualquer região.

Por isso, na próxima terça-feira, cumprindo aquilo que já fizeram os demais parlamentares do Partido Progressista, desde os deputados Kennedy Nunes, Joares Ponticelli, Reno Caramori e Silvio Dreveck, até o deputado Jandir Bellini, que acabou assumindo a prefeitura de Itajaí, agora é a vez deste deputado que lhes fala oportunizar ao

suplente de Jaraguá do Sul a condição de exercer, por dois meses, o mandato de deputado estadual no Legislativo catarinense, o que para nós, progressistas, é uma honra e um orgulho muito grandes.

Eu tive a oportunidade, no sábado próximo passado, de participar de um ato do Partido Progressista, no Centro Sul, em Florianópolis. Na ocasião houve a participação, pelo menos até as 9h30, de 1.466 participantes inscritos. A partir daquele momento o local se tornou pequeno, pois o número de presentes ultrapassou a marca de dois mil simpatizantes, filiados, pessoas que têm o sentimento de promover uma mudança no estado de Santa Catarina, prestigiando e enaltecendo a nossa candidata ao governo do estado, Angela Amin, que vem liderando as pesquisas, até como ex-prefeita desta capital e pelo fato de, por cinco anos consecutivos, Florianópolis ter sido eleita a melhor cidade para se viver no Brasil. E também pelo seu destaque como primeira-dama do estado de Santa Catarina em duas oportunidades, além da sua atuação no Congresso Nacional, como deputada federal.

Foi um evento que marcou e resgatou a esperança não só dos progressistas, mas, acima de tudo, do povo de Santa Catarina, de buscar um projeto que resgate a autoestima, a dignidade e o desenvolvimento do nosso povo, da nossa gente.

No dia 23, sr. presidente, haverá o ato de assinatura do contrato para a construção do laboratório de pesquisa e desenvolvimento do carvão no município de Criciúma, na faculdade SATC, numa parceria da escola técnica e daquela faculdade Satc com o Siecsc. Na oportunidade, teremos a presença do ministro de Minas e Energia, o catarinense Márcio Zimmermann, que assumiu agora o comando desse ministério. E posso dizer que, com certeza, isso vai dar o *start* de uma política de desenvolvimento e de pesquisa do nosso rico minério, um tesouro, que está guardado no subsolo catarinense.

Para que os senhores tenham uma mínima noção do que estou falando, devo dizer que hoje, em Santa Catarina, extrai-se de cinco a seis subprodutos na cadeia química do carvão. Um país desenvolvido como a Alemanha extrai, através da pesquisa e da técnica aplicada, mais de 63 subprodutos, sendo que um quilo deles significa mais do que mil quilos de carvão.

Por isso esse gesto promovido pelo sindicato dos mineradores e pela SATC, com a parceria do próprio governo do estado e do ministério das Minas e Energia, vamos resgatar um desejo de longas décadas de um minério que já foi, com certeza, o produto que aqueceu as usinas para derreter aço para o desenvolvimento industrial do país e que agora, além de qualificar o setor, vai dar condições de agregação de valor e geração de renda para competir nesse mercado globalizado.

Já falei, desta tribuna, da licença ambiental para a instalação do projeto da Usitesc, uma usina que vai gerar 440mw/hora de energia, no momento em que o país cresce e tem uma demanda maior de energia, num investimento de US\$ 970 milhões. Isso, com certeza, veio coroar de êxito uma esperança que sempre tivemos, pois agora a instalação da usina é realidade para o desenvolvimento não só da região carbonífera, mas de todo o sul e do estado de Santa Catarina como um todo.

Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Valmir Comin.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, visitantes que prestigiam o Parlamento catarinense na manhã de hoje, quero reviver uma luta travada há 20 anos, quando levantamos uma bandeira em busca de uma solução para o sul do estado, para o sul do país, para o Mercosul, que era a questão da BR-101.

A BR-101 tem muitos capítulos e dá para escrever várias novelas. Após 14 anos de luta conseguimos que fosse entregue a ordem de serviço para a duplicação da BR-101, que mereceu uma licitação internacional. Até chegar a esse ponto, paramos a BR-101 mais de 50 vezes. Certa ocasião, fechamos a rodovia das 6h às 16h, formando mais de 70km de fila; em outra oportunidade, ela foi fechada das 9h às 15h. E assim foi até chegar ao ponto de ser entregue a ordem de serviço.

Hoje alguns trechos da BR-101 estão concluídos, outros, andando a passos de tartaruga e alguns, totalmente parados.

Então, não dá para admitir que o contrato esteja vencido, uma vez que duas empresas entraram na licitação só para cuidar, fiscalizar. Estamos vivenciando um momento de paralisia das obras no sul do estado, mais especificamente da ponte, dos viadutos e do elevado de Tubarão. Trata-se da mesma empresa que era responsável pelo lote de Tubarão a Cabeçudas e que pegou o lote 29, de Araranguá a Sombrio. Lá as coisas estão andando a passos de tartaruga, mas no extremo sul, no lote 29, sumiu tudo, só se vê aterro mexido e os acidentes acontecendo com muitas mortes. A empresa sumiu da região!

Então, é preciso que tomemos algumas medidas. Não é possível depois de tudo paralisar as obras. É preciso que medidas sejam tomadas e aí eu quero saber, deputado Valmir Comin, o que fazem as duas empresas que estão ganhando só para fiscalizar as obras. O que fazem quando uma empresa não toca a obra e abandona o trecho? Não tomam medida nenhuma?

Eu quero também levantar outra questão. Nós não podemos conviver com uma obra em que o contrato já venceu, terminou em 2009. Já estamos em 2010 e não temos nenhuma perspectiva de que outra empresa possa tocar aquele lote, porque me parece que é a terceira que assume. Ora, depois de três empresas assumirem, deve ser licitado de novo. Mas se há que ser licitado, o que é que está sendo feito nesse sentido?! Precisamos de uma resposta. A sociedade está realmente indignada, irritada, o usuário muito mais e a região está vivendo esse momento de agonia porque não tem uma resposta e muito menos um resultado.

Quem vem de Araranguá, ao chegar em Palhoça, eminente deputado Valmir Comin, passa por cima da pista, na qual o asfalto pode baixar, v.exa. que entende de caminhão sabe disso. Se não forem tomadas medidas, daqui a pouco nem será necessário um motorista, bastará colocar um tijolo no acelerador que o carro andarà no carreiro.

Por isso, srs. deputados, quero saber o que estão fazendo as empresas contratadas para fiscalizar a obra! Será que teremos que ser engenheiros? Aliás, não é preciso nem ser engenheiro para saber que lá a estrada já afundou com o peso dos caminhões. E a obra não foi entregue ainda!

Então, estão apenas ganhando dinheiro e enriquecendo essas empresas, porque na verdade o trabalho não está sendo realizado, não estão fiscalizando as empreiteiras contratadas para fazer todo aquele trecho da BR-101.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço v.exa. com muita honra, porque todos vivemos essa situação no sul do estado. V.Exa. também tem envolvimento com caminhões e sabe perfeitamente a situação que estamos vivendo.

Ontem, à meia-noite, estava tentando conseguir vaga numa UTI para internar um caminhoneiro de Morro da Fumaça, que tombou o seu caminhão num desvio que muda a cada instante. Conseguimos, por fim, interná-lo no hospital, na tentativa de salvar a vida de mais um caminhoneiro dentre tantos que morrem na BR-101.

Mas ouço v.exa. com muita honra, porque faz esse trajeto de ida e volta e está acompanhando toda essa situação que estamos vivendo. Há, sim, trechos muito bons, mas há outros horríveis, abandonados e parados. Essa é a questão que estamos vivendo na BR-101, no sul de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Parabenizo v.exa., deputado Manoel Mota, pelo discurso eloquente e pelo seu grau de indignação, que também sentimos. V.Exa. expressa aqui o sentimento de todos os catarinenses, aliás, de todos os que trafegam na rota do Mercosul, na BR-101.

É bem verdade que existe um investimento do governo federal, que começou no governo Fernando Henrique e continua agora, no governo Lula. Mas é inadmissível o ritmo, a lentidão com que vem sendo construída essa estrada, na qual vidas são ceifadas quase que diariamente.

Tive a oportunidade, deputado Manoel Mota, de, juntamente com v.exa., abrir esse debate na Assembleia quando aqui estiveram os técnicos da Fiesc e do DNIT. Hoje sou obrigado a admitir que os técnicos da Fiesc tinham razão quando falaram que a BR-101/sul não fazeria pronta antes de 2013. Eu acredito, inclusive, que as obras adentrem 2014 e talvez 2016! Essa é a realidade e por isso solidarizo-me com v.exa.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Deputado Valmir Comin, quero agradecer o seu aparte e incorporá-lo ao meu pronunciamento.

Quero dizer também que as obras do Morro dos Cavalos, em Palhoça, da Ponte da Cabeçuda, em Laguna, e do Morro do Formigão, em Tubarão, sequer foram licitados até este momento. Então, é para 2012, 2013 ou 2014.

É necessário, não interessa quando, que os trechos que já foram licitados sejam tocados. Precisamos que sejam tomadas medidas no sentido de que o compromisso das empresas seja cumprido. Ou então que elas sejam punidas, porque em Palhoça há a questão do pedágio que está sendo cobrado indevidamente, pois a obra não está pronta. Trata-se de uma licitação internacional lá também, mas a obra parou e nada acontece. Então, precisamos tomar alguma medida!

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, em primeiro lugar quero saudar a deputada Angela Albino, que volta a este Parlamento, o que para nós é uma satisfação e uma honra muito grandes.

Como ela ficou prejudicada no tempo, vou conceder-lhe os minutos

destinados ao Partido Progressista, para que possa discorrer sobre o que for conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra a deputada Angela Albino, nos minutos destinados ao PP.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - O deputado Pedro Uczai ficou preocupado pensando que seja aliança, mas é só gentileza, deputado, não se preocupe, não é aliança. Mas quicá ainda haja, os dados estão em jogo e não sabemos ainda como termina essa história. Quem sabe não estaremos todos nesse grande projeto que nos anima, que é a defesa da candidatura de Dilma Rousseff no estado de Santa Catarina. Quem sabe o PP, ou o PMDB, que ainda está no cenário, possa estar nesse grande projeto.

Eu agradeço particularmente ao deputado Valmir Comin e à bancada do PP que nos cede esses minutos. Estamos chegando agora e obviamente queremos fazer uma grande saudação ao Partido dos Trabalhadores, que novamente abre as portas deste Parlamento para que o PCdoB possa ter assento na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, notadamente na pessoa do deputado Padre Pedro Baldissera, que fez um esforço, dando uma demonstração de compreensão pelo momento político que vive o estado de Santa Catarina e da força do campo no estado.

Quero saudar, muito afetuosamente, a ex-deputada federal Luci Choinacki, que com muito empenho, como presidente do Partido dos Trabalhadores, iniciou essa discussão para que o PCdoB se imanesse ao PT no projeto estadual em torno da candidatura de Ideli Salvatti e de Cláudio Vignatti. Este momento existe também em função dessa construção que iniciou na sua gestão à frente do Partido dos Trabalhadores. Hoje o presidente do PT, José Fritsch, também está consolidando essa aliança, assim como a senadora Ideli Salvatti e todo o seu gabinete.

Neste momento, aqui, posso dizer a cada um e cada uma de vocês que nós estamos contentes, deputada Ada De Luca, e se me permite, em seu nome vou falar às mulheres do Parlamento. E como diz uma grande liderança deste país: "Nunca antes na história deste Parlamento, nós tivemos quatro mulheres integrando esta Casa". E agrego-me, ainda que de forma precária, na minha situação, às outras três mulheres, as deputadas Ana Paula Lima, Professora Odete de Jesus e Ada De Luca. Portanto, agora, nós seremos um gigante time de quatro mulheres a ocupar um espaço no Parlamento de Santa Catarina.

Santa Catarina é o estado que tem a pior participação política de mulheres. O Brasil é o terceiro pior país do mundo em participação política de mulheres, ou seja, nós estamos num dos lugares do planeta onde as mulheres têm a pior participação política, mas para nós é uma grande alegria que o PCdoB, também, no Parlamento catarinense, dê essa contribuição de visibilidade para a luta das mulheres, como parte integrante na luta pela inclusão dos que estão excluídos.

Hoje, nós tínhamos combinado que não iríamos fazer nenhum grande movimento em torno da posse, mas vejo aqui, com muita alegria, deputada Ada De Luca, desobedientes integrantes do nosso partido que vieram de Joinville, de Florianópolis e de mais longe. Está presente a Janete, lá do Campeche, que pegou fila de carro pela manhã para poder estar aqui; a Clarissa; o Divo; a Raquel; o Paladini; o Gão; o Ronald, nossa liderança na área da Saúde; o Alexandre e o Jorge, que vieram de Joinville. Que bom estarmos todos juntos.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não! Peço perdão, só agora percebi que v.exa. deseja apartear-me.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputada Angela Albino, mais uma vez, está voltando a esta Casa. Parabéns, em nome da mulher do PMDB e das mulheres catarinenses, que lutam, que são guerreiras.

É com muito prazer que recebemos v.exa. novamente neste plenário, e, quanto aos seus amigos que vieram, eu quero dizer, com a experiência que tenho - porque para mim v.exa. é uma jovem, uma mocinha, pois tenho uma filha mais velha que v.exa. -, que quando se tem liderança, não é necessário convocar as pessoas, elas vêm espontaneamente.

Parabéns a eles que vieram, parabéns a v.exa. e boa sorte para nós, mulheres.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, deputada Ada De Luca, pela sua gentileza.

Para nós é sempre motivo de festa. O PCdoB poucas vezes teve assento na Assembléia. Eu fiquei por dois meses, também numa articulação do Partido dos Trabalhadores.

Deputada Ada De Luca, a sua menção ao PMDB Mulher para nós é particularmente carinhosa, porque a primeira mulher da história de Florianópolis a ocupar uma cadeira no Parlamento municipal foi a Clair Castilhos, que hoje temos a grande honra de ter no Partido Comunista do Brasil, e ela iniciou a sua militância exatamente no MDB mulher, sendo sua contemporânea. Portanto, temos um laço comum com o PMDB, e, quando ainda MDB, deputado Pedro Uczai, abrigou-nos nos anos de chumbo, nos anos difíceis da ditadura e sempre será um partido que tem o nosso reconhecimento e o nosso carinho.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Eu quero cumprimentá-la, deputada Angela Albino.

É uma alegria enorme tê-la novamente nesta tribuna, na condição de mulher, de liderança política de um partido que fez história em tantas experiências políticas neste país, do Partido Comunista do Brasil. Por isso, faço um reconhecimento a este partido e a sua própria história.

Também quero fazer novamente justiça ao deputado Padre Pedro Baldissera, que abre esta possibilidade. Eu fui um dos que batalhei muito para haver rodízio no Parlamento, na nossa bancada, e vejo com muita alegria v.exa. de volta a este espaço, que é fundamental para o Partido Comunista do Brasil.

Parabéns pela sua atuação, pela sua liderança! Que, nestes 60 dias, possa contribuir novamente com o Parlamento, para a sociedade catarinense, com um projeto político que venha construir dignidade para todos, e principalmente para as mulheres catarinenses e brasileiras.

Parabéns a v.exa. e ao deputado Padre Pedro Baldissera, que abriu essa oportunidade através da bancada do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Obrigada, deputado Pedro Uczai, porque, na ausência de um mandato formal do PCdoB na Assembleia Legislativa, viemos bater na sua porta e sempre encontramos, deputado, a porta aberta. E isso com certeza ajuda a construir.

Quero mencionar também a presença de Roberto Varkim, uma liderança do Movimento LGBT. Sou coordenadora nacional da Frente LGBT pelo PCdoB, uma grande responsabilidade.

Quero cumprimentar outras pessoas que não são do Partido Comunista do Brasil, mas que estão neste plenário, tenho o privilégio da

coincidência de estarem aqui agora. Quero dizer que nós estamos, de fato, deputado Pedro Uczai, muitíssimo comprometidos com o projeto de Santa Catarina. V.Exa. conhece a lealdade do PCdoB. Estivemos num ato em Brasília, na quinta-feira última, selando definitivamente o apoio do PCdoB à candidatura de Dilma Rousseff e naquela oportunidade o presidente Lula mencionou: "Estou te entregando um partido leal".

O nosso partido é um partido que tem uma tradição ideológica muito forte, que tem uma tradição de luta muito forte, que tem uma tradição de lealdade muito forte. E a política se constrói com gestos. Este grande gesto que o Partido dos Trabalhadores constrói hoje é a cereja do bolo de toda a conversa que nós viemos fazendo em torno de plano de governo, em torno da necessidade de criar um momento novo em Santa Catarina. Portanto, a nossa saudação fraterna.

Quero, sr. presidente - e pareceu um latifúndio de tempo, dez minutos, mas conto com sua delicadeza para eu concluir -, dizer que nós do PCdoB de fato hoje vivemos um momento de grande alegria. E esses meses que se avizinham vão ser para nós meses de grande trabalho, de grandes alegrias para podermos construir um projeto maior que o país e Santa Catarina pedem. Quero saudar muito fraternalmente cada camarada que está aqui hoje. É a gentileza que cabe aos novatos.

Agradeço a v.exa., sr. presidente, que me permite concluir. Quero saudar as minhas camaradas, os meus camaradas que vieram aqui hoje trazendo um abraço fraterno. Este espaço responde pelo meu nome, mas na verdade é de todos nós, porque cada um, cada uma que está aqui é corresponsável por eu estar aqui. Cada um de nós responde por este momento. Ele é de todos nós, pelo acúmulo das nossas lutas. Um beijo para todos neste momento.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputada Angela Albino.

Esta Presidência parabeniza v.exa. e deseja que se sinta muito à vontade no Parlamento de Santa Catarina, nestes próximos 60 dias.

Parabéns. Tenho certeza de que v.exa. representará bem os catarinenses, principalmente as mulheres.

Também registramos e cumprimos a ex-deputada Luci Choinacki que está presente nesta Casa. Damos boas-vindas a ela.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Na ausência de deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra, o próximo horário é destinado ao PMDB.

Com a palavra o deputado Romildo Titon, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, que preside a sessão neste momento, faço uma saudação a todos os parlamentares, especialmente à deputada Angela Albino, que assume por mais alguns meses e que estará dando a sua participação à sociedade de Santa Catarina.

Deputado Moacir Sopelsa, há poucos dias, na comissão de Constituição e Justiça, decidimos que faríamos uma audiência pública em Campos Novos, em conjunto com a Câmara de Vereadores daquele município, que nos havia solicitado que oportunizássemos à gente camponovense e da região debater um problema tão crucial que é a segurança pública.

Ressalte-se que não se trata de um problema catarinense apenas, mas do Brasil inteiro e do mundo, basta que ouçamos ou que assistamos aos noticiários para nos depararmos, praticamente todos os dias, com crimes bárbaros, assaltos, roubos, tráfico de drogas, enfim, uma série de coisas que atormentam a vida do cidadão brasileiro, principalmente dos pais de família que a cada dia estão mais preocupados com seus filhos, com a segurança deles.

Em Campos Novos não é diferente. Lá a violência também vem assustando a comunidade, principalmente os roubos, os assaltos, os pequenos furtos, e acredito que aconteça também, deputado Moacir Sopelsa, na sua região. Entendo que esse tipo de crime, o roubo, o assalto, alastrou-se, deputado Reno Caramori, para o interior no momento em que a polícia fechou o cerco nas favelas das grandes cidades. Por quê? Porque no interior a segurança é mais frágil, geralmente. No interior do município de Campos Novos, assim como no interior do município de Caçador, deputado Reno Caramori, dificilmente a polícia consegue chegar em tempo hábil de prender um assaltante que rouba nas propriedades rurais. E lá em Campos Novos tem havido, deputado Pedro Uczai, assaltos às casas dos nossos agricultores; os elementos chegam, amarram e roubam tudo aquilo que desejam, sem que a polícia chegue a tempo de prendê-los.

Então, esse foi um debate que fizemos em Campos Novos e que achei muito produtivo. Conseguimos levar o comandante da Polícia Militar do estado de Santa Catarina. Não levamos o secretário de Segurança Pública, que recentemente assumiu o cargo, mas ele mandou um representante. Na oportunidade, a comunidade teve a chance de não somente criticar, mas também de apresentar sugestões, na busca de novas alternativas para solucionar o problema.

Lá foram apresentados dados que conhecemos, mas que muitas pessoas desconheciam, dados esses que levaram à reflexão todos os que estão ocupando funções públicas, assim como empresários, pais, enfim, a sociedade como um todo, porque a questão da segurança pública é responsabilidade do estado, mas precisa da colaboração de todos para funcionar.

Sabemos que há muitas falhas, principalmente na questão do efetivo, que é o grande problema do estado de Santa Catarina. E não é de agora, sempre houve o problema da falta de efetivo, mas no momento em que a insegurança aumenta, mais gritante fica a necessidade do aumento do efetivo policial.

No que se refere à questão dos furtos, dos assaltos e do tráfico de drogas, que é o que mais acontece hoje, o representante do secretário de Segurança Pública apresentou dados que alguns já conheciam e outros não, ou seja, que o perfil dos que praticam esses delitos, deputado Reno Caramori, é o seguinte: 80% não possui o ensino fundamental completo; desses, 50% estão desempregados, geralmente são solteiros e estão na faixa etária de 18 a 30 anos.

Esse é um fator preocupante porque vemos que envolve uma conjuntura muito grande, ou seja, o nível de desemprego e o nível de ensino. Quando uma pessoa está desempregada, certamente ela pensa muita bobagem, tem tempo para pensar bobagem. E quando a pessoa está ocupada, está trabalhando, ela não tem tempo para pensar nesse tipo de coisa.

Então, o poder público federal, estadual e municipal deve-se articular e desenvolver todos os aspectos, que envolvem desde a formação da criança, até a preparação do adulto para o mercado de trabalho. Podemos dizer que a segurança pública, hoje, não envolve somente a

secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão e a Polícia Militar, ela tem que envolver um conjunto de questões sociais que precisam ser discutidas e aprofundadas; programas do governo federal, dos estados e dos municípios que já existem devem ser ampliados, modernizados, para atacar fortemente todas as questões envolvidas nos altos índices de violência.

Foram oferecidas muitas sugestões, das quais tiramos um proveito bastante grande. Elaboramos um resumo de tudo aquilo que foi discutido, de tudo o que foi oferecido como sugestão e remetemos às autoridades, para que possam dar a sua contribuição, também, nessa questão que preocupa a família de Santa Catarina, a família do Brasil.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Romildo Titon, quero cumprimentá-lo pela iniciativa de convocar uma audiência de tanta responsabilidade lá em Campos Novos. Infelizmente, não pude estar presente, mas solicitei ao vereador Mancha que me representasse, em função da importância do evento.

Mas, deputado Romildo Titon, para reflexão, para uma boa reflexão, lembramos que a imprensa mostrou, alguns anos atrás, que esse tipo de delito começou no Mato Grosso, veio para o Paraná e adentrou Santa Catarina, onde se acentuou a partir da campanha do desarmamento.

Quanta gente boa, deputado Romildo Titon, lá do interior, que na sua humildade, com medo até de ser punido, entregou a sua arma para as autoridades que faziam a grande campanha do desarmamento. Desarmaram as pessoas de bem, deputado Romildo Titon! O malandro, o delinquente, o bandido, ficou armado até os dentes! Mas o colono, o agricultor, o pecuarista, cidadãos de bem, entregaram aquela espingardinha que, muitas vezes, mantinham na sua propriedade até para defesa pessoal. E aí se acentuou a atuação desse tipo de gente, que agride não só na cidade, mas também no campo. Em Caçador roubaram vários tratores, roubaram equipamentos agrícolas. Como ocorreu em Campos Novos, também amordaçaram as pessoas, estupraram pessoas dentro da própria casa, pessoas que estavam totalmente indefesas, sem capacidade de defesa, porque a única arma que possuíam era uma foice contra a metralhadora do bandido.

Então, é importante que as autoridades se atentem para isso e reitero o que já afirmei: desarmar gente boa é fácil, difícil é desarmar os bandidos!

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Muito obrigado pela contribuição, eminente deputado Reno Caramori, e v.exa. levanta uma questão importante.

O nosso agricultor é um homem muito simples, humilde, e na época do desarmamento foi o primeiro a entregar a espingarda, o revólver, qualquer coisa dessa natureza, que guardava apenas para se defender. E agora o bandido conhece a sua fragilidade, sabe que nas propriedades não existe mais nenhuma arma de fogo.

Então, deputados Reno Caramori e Pedro Uczai, sabemos que existem muitas falhas e sabemos também que o efetivo de Santa Catarina está muito reduzido, mas alguns pontos, se analisarmos bem, não serão resolvidos pelo aumento do efetivo, porque decorrem da educação, de uma questão social que deve ser encarada.

Outro fator relevante é a impunidade, a certeza da não-punição. Mas parece que no Congresso Nacional, no STF e no STJ a cada dia

que passa aumenta o consenso de que deve haver mais rigidez nas penas, para que as pessoas não voltem a praticar os mesmos delitos.

Lá em Campos Novos foi relatado pelo comandante da Polícia Militar um fato que eu não sabia. O assassino do menino João Hélio, que foi arrastado por quilômetros durante um assalto, recebeu uma pena de, se não me engano, apenas três anos e nem regime fechado foi! Então, foram relatados vários exemplos de penas muito brandas - e citei esse porque todos vocês conhecem o caso -, que acabam levando os criminosos a praticar novamente o delito.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero cumprimentar v.exa., porque concordo com a tese que defende dessa tribuna.

O sistema de segurança pública no país tem a característica da repressão, da punição e por isso temos que discutir ressocialização e impunidade. Temos que fazer um debate mais efetivo em várias áreas, notadamente quanto ao crime organizado e ao narcotráfico, que realmente precisam de repressão.

Por outro lado, a solução da segurança pública está na política educacional, na política social, na política de inclusão social, de distribuição de renda, de construção de casas, de criação de empregos. Isso é investimento público e é nessa direção que devemos colocar o recurso do povo, a médio e a longo prazos, e fazer uma política pública séria na área da repressão, na área da punição, na área da ressocialização dos presos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai.

Mudando de ângulo da questão, quero dizer que nós, parlamentares, que fazemos parte desta Casa, não somos muito bem interpretados quando abrimos o debate sobre determinadas questões, pois algumas pessoas acham que é para fazer palanque. Mas esta Casa tem dado uma demonstração para Santa Catarina e o Brasil do verdadeiro exercício da democracia, porque é a única instituição, o único poder que abre as portas para a sociedade debater qualquer assunto que ela julgue importante. E a audiência pública tem sido um dos mecanismos que justamente viabilizam a participação da sociedade no debate, dando sugestões e contribuições.

A comissão de Constituição e Justiça, que presidimos e para a qual já fomos reeleito por várias vezes pelos colegas parlamentares, tem demonstrado isto através

de todos os seus membros, ou seja, que a audiência pública viabiliza a participação comunitária efetiva, ela abre caminho para que a sociedade expresse seu pensamento.

Quero agradecer, neste momento, ao presidente da Câmara Municipal de Campos Novos e aos vereadores daquele município, que se empenharam na organização do evento. E lá foi dada uma grande demonstração de participação comunitária, pois todas as entidades organizadas e representativas daquele município se fizeram presentes e deram uma grande contribuição para que a questão da segurança pública, que é tão preocupante para todos nós, catarinenses, seja equacionada devidamente.

Muito obrigado a todos aqueles que participaram e deram a sua contribuição! Muito obrigado a todos aqueles que nos ajudaram - e sei que muitos nos estão assistindo lá na nossa região - a elaborar esse documento que será entregue às autoridades competentes.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sompela) - Ainda dentro do horário reservado

ao Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, quero comunicar que está acontecendo, neste momento, no plenarinho da Casa, um debate com a participação de Maria Pelletier, uma agricultora francesa que agrega valor aos produtos agroecológicos, orgânicos. Ela está fazendo uma palestra juntamente com a comissão de Turismo e Meio Ambiente, com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar e com a Cooperativa de Crédito Solidário.

Concordo com o deputado Romildo Titon com relação aos debates democráticos que esta Casa tem construído. De fato isso vem ocorrendo e estava conversando com o deputado Padre Pedro Baldissera sobre o grande seminário que ocorrerá amanhã, em Brusque, sobre educação, um evento promovido pela Escola do Legislativo.

Este é o papel do Parlamento, ou seja, trazer para este fórum os grandes debates e usar a estrutura da Casa para beneficiar o povo. Hoje à noite, inclusive, acontecerá uma audiência pública em Laguna, realizada pela nossa comissão, sobre a polêmica fosfateira que está para ser instalada na região, causando impactos ambientais e sociais à comunidade. Isso tem que ser bem debatido com a sociedade, com as organizações, com os municípios.

O grande esforço das comissões da Casa tem contribuído para que, de fato, essas questões venham para o estado e as audiências públicas ocorram nas mais diversas áreas e regiões, para que sejam bem debatidas com a sociedade.

Mas quero aqui voltar ao tema da minha fala de ontem no horário reservado ao PT, reafirmando que o funcionalismo público estadual foi discriminado, foi injustiçado, por meio das diversas medidas provisórias que aportaram nesta Casa. Ontem ficou patente, deputado Reno Caramori, a problemática em que vive o funcionalismo e que foi transferida para dentro desta Casa.

Nós, deputados, estamos tentando corrigir essa injustiça que os governadores Luiz Henrique e Leonel Pavan fizeram com o servidor público. E por isso a nossa bancada apresentou várias emendas e uma delas foi ontem aprovada pela comissão de Finanças. Vamos voltar a discutir na terça-feira, no âmbito da comissão de Constituição e Justiça, outras emendas que beneficiam as demais categorias que também foram injustiçadas.

Então, a nossa bancada não quer nada mais nada menos do que fazer justiça. Infelizmente não vieram para esta Casa ainda os custos disso tudo.

O que nós propusemos durante toda esta legislatura era que viesse para cá uma política salarial para reajustar todas as categorias e todos os trabalhadores catarinenses. Essa era a grande necessidade, mas o ex-governador Luiz Henrique e o governador Leonel Pavan decidiram ir pelo paliativo para resolver algumas pressões pontuais e deu no que deu. E essa polêmica veio parar também nesta Casa.

E eu quero cumprimentar o Sintesep, o sindicato da saúde, o funcionalismo público estadual, enfim, todas as organizações que vêm para esta Casa porque se sentem acolhidas, sentem uma possibilidade de diálogo, o que muitas vezes no Executivo, junto ao governo, não encontram.

Então, nós vamos continuar a nossa caminhada, a nossa luta, através das emendas aditivas, das medidas provisórias, e entendemos que o Judiciário não pode questionar se fizemos justiça com os trabalhadores e com o

funcionalismo público, que tem que ser bem tratado para prestar um bom serviço a todos os catarinenses. E uma das formas de ser bem tratado é a valorização também salarial das categorias e não o desrespeito.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O SR. Deputado Pedro Uczai - Eu quero cumprimentá-lo, deputado Dirceu Dresch, porque esse é o tom, essa é a direção que devemos defender aqui, que é a questão da justiça com o servidor público.

A segunda questão é que nós estamos tomando constitucionais medidas provisórias inconstitucionais que chegaram a esta Casa, para recebermos também um respaldo jurídico. Se a Constituição estabelece que tem de ser dado um tratamento isonômico ao servidor público, como é que um servidor que trabalha num determinado prédio recebe uma gratificação e outro servidor, que trabalha em outro prédio, com 20 km de distância, que exerce a mesma função, não recebe essa gratificação?

Então, nós estamos corrigindo o que é inconstitucional na medida provisória, tornando-a constitucional com tratamento isonômico e justo.

Parabéns a v.exa!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, deputado Pedro Uczai.

Eu quero terminar o tempo do PT reafirmando uma posição que o partido tomou no Congresso, que é assumir aqui uma candidatura ao governo do estado com a nossa candidata Ideli Salvatti.

Foi construído um bom grupo de partidos com a perspectiva de apoiar esse projeto, e essa é a grande mudança em Santa Catarina, não é voltar ao passado, é construir um novo governo, e o partido tem essa definição muito séria. Primeiro, pelas lideranças que existem em defesa do governo do presidente Lula, como a senadora Ideli Salvatti, que foi a grande defensora deste governo, como o nosso grande líder, com a inovação da política catarinense, deputado Cláudio Vignatti.

Então, o partido está muito unificado nessa perspectiva, há grandes especulações na imprensa do que o PT vai fazer, mas quero deixar aqui muito claro, também conversei há pouco com o novo presidente José Fritsch a esse respeito, que as lideranças que temos hoje têm uma grande credencial pelas suas lutas, pelo seu compromisso com a sociedade catarinense, com o nosso estado pelo projeto de desenvolvimento, pela mudança. Poderíamos dizer que é uma revolução que estamos construindo no Brasil com o nosso presidente Lula, com o nosso governo, mostrando à sociedade brasileira que é possível construir um país para todos os brasileiros nessa perspectiva de mudanças na área da educação, em que estamos construindo universidades federais, em que estamos discutindo a construção de escolas técnicas federais em todos os municípios de Santa Catarina, para serem atendidos e preparados os nossos profissionais na área da agricultura familiar, construindo políticas de preços, garantia de preços para a agricultura, crédito barato e crédito suficiente para os agricultores produzirem.

A partir de tudo isso que vem ocorrendo no Brasil, o nosso partido não pode se omitir em Santa Catarina em construir também um novo projeto de inclusão, de respeito à sociedade catarinense, para não acontecer mais o que aconteceu nos últimos dias nesta Casa, que foi o desrespeito ao nosso funcionalismo público.

Temos que fortalecer o estado. O governo federal está dando uma grande demonstração de valorização do trabalhador, do fortalecimento do estado nas mais diversas áreas, com incentivo à produção de petróleo, na questão da agricultura, da educação, da saúde e tantas outras políticas.

Então, é nessa perspectiva que estamos dispostos a construir um grande projeto para o nosso estado, com as nossas lideranças. E com certeza não estão sendo fechadas as portas para os partidos que estão hoje na base do governo federal, na base de sustentação do presidente Lula, para que possam construir uma forte aliança, mas com compromisso, com um programa, para de fato mudarmos o nosso estado, melhorarmos a condição de vida do povo brasileiro e construirmos uma Santa Catarina para todos os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência registra, com satisfação, a presença dos ilustres brusquenses Auri Andrade e Otávio Horn, que visitam o Parlamento catarinense.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pela Rádio Alecs Digital e pela TVAL, quero aqui fazer um breve comentário sobre algumas posições que tenho manifestado nesta Casa, seja no plenário ou nas comissões, com relação à discussão das gratificações, assunto que foi comentado pelo deputado Dirceu Dresch, representando aqui o pensamento do PT.

Na verdade, sempre repeti que é intenção do governador que seja dado o tratamento isonômico a todos os companheiros, a todos os parceiros, a todos os funcionários públicos do estado. Ocorre que a lei eleitoral estabelece limites. Se fosse em outro momento poderia o governo fazer as adequações que atendessem o clamor, a exigência, o pedido de todos os parlamentares.

O governador sempre colocou essa intenção. Ocorre que estamos num momento em que a medida provisória que o governador encaminhou, ele mesmo não consegue modificar por conta desse tempo. Nós temos problema em modificar algumas dessas medidas provisórias, apesar de terem que ser votadas para serem transformadas em lei. Quer dizer, nós não podemos alterá-las porque se fizermos isso significará um benefício ou um malefício a alguém.

Então, quero apresentar aqui, sr. presidente, um requerimento à Mesa, porque precisamos de um parecer jurídico da Assembleia, um documento oficial que esclareça o que é que se pode ou não votar nesse período eleitoral, para que a Casa inteira não seja surpreendida mais adiante por uma lei aprovada, pois na verdade poderia ter cometido um grande crime eleitoral.

Quer dizer, se nós somos aqueles que fazem as leis, que reformam as leis, que as fiscalizam, não podemos cometer um equívoco e a Casa não pode sequer colocar em votação algo que é oficialmente proibido pela lei eleitoral!

Nós somos aqueles que fiscalizam o cumprimento da lei. Ora, se uma das atribuições desta Casa é fiscalizar o cumprimento da lei, não podemos cair no equívoco de colocar uma lei em votação, porque ela, por si só, já é um descumprimento a alguma lei, no caso a lei eleitoral, sr. presidente.

Por isso eu queria apresentar, deputado Moacir Sopelsa, esse requerimento a v.exa., para que todos os deputados tenham em mãos essa lei e para que a Mesa Diretora da Casa, ao mesmo tempo, não coloque em votação algo que esteja incorrendo em um crime eleitoral. Eu apresento, oficialmente depois, em forma de ofício, mas já queria apresentar no meu pronunciamento, para comentar as posições do governo do estado.

O governador Leonel Pavan é o primeiro que quer tratar todos os funcionários igualmente. Certamente ele é, entre todos os catarinenses, o que mais precisa da parceria especial dos servidores do estado, porque eles são os braços, os olhos, o coração, as mãos e os pés do governador; eles é que executam todos os programas, todas as obrigações que o estado tem com a sociedade e que chegam para cada catarinense. É por isso que ele quer tratar bem todos.

Essa é a convicção que coloco para defender o meu governador, sendo ele o mais interessado no tratamento igualitário. Porém, o governador, como nós, também está sujeito ao cumprimento da lei, a começar pela questão da lei eleitoral, de forma que qualquer mudança que o governo queira fazer só poderá fazê-la se a lei eleitoral permitir; aquilo que a lei não permitir, sequer devemos colocar aqui em votação.

Sr. presidente, ontem, pela manhã, a grande mídia comentava a evolução que ocorreu com a sociedade nos últimos anos, a participação, as mudanças das categorias sociais, o crescimento das categorias sociais, o poder de compra que a sociedade brasileira vem tendo, e isso está movimentando toda a economia. Santa Catarina, no ano passado, teve um crescimento de praticamente 9%, o ICMS, no mês retrasado, teve um crescimento de mais de 8%, e isso tudo acontece porque todos os catarinenses, todos os brasileiros passaram a ter um maior poder de compra, movimentando a economia, e isso gera uma qualidade melhor de vida para todos, inclusive para aqueles que já tinham uma vida melhor. Esses, naturalmente, são os principais beneficiados.

Mas eu queria destacar aqui por que é que acontece isso. Primeiro, que o Plano Real, o plano da estabilização da moeda, certamente foi a principal razão. Quando antes existia uma inflação de até 10%, 15% ao mês, o mais rico aplicava o dinheiro e recuperava aquela inflação, sendo que o assalariado, aquele que ganhava dois ou três salários mínimos, tinha que guardar o dinheiro para conseguir passar o mês, e quando chegava o final do mês ele tinha 10%, 15% de inflação.

Então, o plano de estabilização da moeda certamente causou, dentre vários planos que o governo fez, depois da reforma da Constituição, mas que começou com o plano de estabilização da moeda do próprio Fernando Henrique Cardoso, quando era ministro da Economia, a desvinculação do salário mínimo, quer dizer, antes tudo era vinculado ao salário mínimo. Por exemplo, alugava-se uma casa por um salário, por dois salários mínimos, contratava-se um funcionário por um salário, dois ou três salários mínimos. Enfim, qualquer coisa que se fazia havia um vínculo com o salário mínimo. E isso, na verdade, causava uma cunha de pressão contra a recuperação do salário mínimo.

Assim sendo, a desvinculação do salário mínimo de qualquer valor que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso fez no seu governo certamente é um fator de crescimento gradativo do salário mínimo, melhorando, então, o poder de compra daqueles que ganham um, dois ou três salários mínimos ou que ganham menos.

Terceiro, a mudança de conceito de empresa nacional e empresa brasileira trouxe para o Brasil inúmeras empresas e fez com que tivéssemos um grande crescimento, uma grande oferta de empregos, dando poder de compra para muita gente. Se não fosse a participação da iniciativa privada em diversos setores do governo, como a geração de energia elétrica, a telefonia, há dois ou três anos, já teríamos tido um grande apagão. De 1994 para cá nós mais do que triplicamos a capacidade de geração de energia elétrica graças a essa permissão. E isso tudo se destaca pelas iniciativas que o governo do PSDB, que o governo de Fernando Henrique iniciou e que este governo também continuou, diga-se de passagem, e graças a tudo isso temos essa grande...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Quero responder ao pedido do deputado Serafim Venzon. Primeiro, quero falar sobre o seu pedido de indicação à Mesa.

O deputado Gelson Merisio deu, ontem, no encaminhamento das medidas provisórias, a orientação da Procuradoria da Casa. A decisão sempre cabe ao Plenário. A Mesa pode, sem dúvida alguma, tirar um parecer jurídico da Procuradoria da Casa para orientação, mas não como uma determinação.

V.Exa. poderá também, se assim desejar, fazer uma indicação por escrito e terá o apoio e a análise da Mesa Diretora.

Esta Presidência cumprimenta os visitantes Leo Fuchter, do município de São Ludgero, o sr. Ronaldo Fornazza, vereador do município de Braço do Norte, o sr. Edemilson Daufenbach, presidente da Câmara de Vereadores de São Ludgero, e o vereador Benício Warmeling, do mesmo município.

Sintam-se à vontade em nossa Casa.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0206/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0207/2010, de autoria do deputado Manoel Mota; 0208/2010, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0209/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0210/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s.: 0462/2010, de autoria da deputada Ada De Luca; 0463/2010, de autoria do deputado Antônio Ceron; 0464/2010, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 0465/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0466/20120, 0467/2010, 0468/2010, 0470/2010, 0471/2010, 0472/2010 e 0473/2010, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 0474/2010, de autoria do deputado Edison Andriano; e 0475/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Dagomar Carneiro, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, deputado Serafim Venzon, srs. deputados, sras. deputadas, ocupo a tribuna, nesta manhã de quinta-feira, para fazer o registro da visita que fiz à Festa da Cebola, em Ituporanga. Confesso, sr. presidente, que foi o primeiro ano que fui à Festa da Cebola, deputado Peninha, a convite de v.exa. e também dos nossos amigos de Ituporanga: o

Chita, o Rogerinho e a Cláudia, que nos receberam.

Quero parabenizar o prefeito e a comissão organizadora daquela bela festa realizada num parque espetacular, deputado Reno Caramori, com 8ha. E lá na Festa da Cebola pudemos ver as famílias acampadas e a juventude participando da festa. Inclusive, na quinta-feira houve um *show* nacional, com mais de 8 mil pessoas assistindo, na arena multiuso que foi construída especialmente para essa festa.

Podemos considerar Ituporanga, hoje, como sendo a Capital Nacional da Cebola, e lá na festa houve o concurso das cebolas, que revelou a qualidade fantástica da nossa agricultura que se vem desenvolvendo a cada dia, assim como o concurso da rainha e das princesas.

Portanto, sem dúvida nenhuma, Ituporanga está de parabéns! É uma festa que, hoje, não faz parte só do calendário catarinense. Podem ter certeza, meus amigos de Ituporanga, que ela faz parte do calendário nacional. E quem foi pela primeira vez certamente retornará nas próximas edições da Festa Nacional da Cebola.

Parabéns Ituporanga! Parabéns ao Chita, à Cláudia e ao Rogerinho, que nos receberam lá. E, sem dúvida nenhuma, nessa visita à Festa da Cebola, conseguimos aumentar ainda mais os nossos amigos de Ituporanga.

Quero, também, sr. presidente, fazer um relato do que aconteceu na terça-feira desta semana, na minha cidade de Brusque: o lançamento dos Jogos Abertos de Santa Catarina, sendo que este ano será a sua 50ª edição. E faço referência de que lá estive no lançamento porque quando fui vice-prefeito da cidade lutei para que em 2010 os Jogos Abertos fossem realizados na cidade de Brusque. São 50 anos dos Jogos Abertos e 150 anos de fundação de Brusque. Então, temos o sesquicentenário da cidade e os 50 anos dos Jogos Abertos. Isso foi em 2006, e naquela oportunidade conseguimos fazer com que o Conselho Estadual de Desportos, pela primeira vez, abrisse uma exceção e determinasse o local três anos antes. Normalmente um ano antes dos Jogos Abertos é que se decide a cidade seguinte que irá sediar os Jogos. E Brusque, naquela oportunidade, abriu mão das edições de 2007, de 2008 e de 2009. Por quê? Porque os Jogos Abertos nasceram em Brusque, deputado Reno Caramori, com Arthur Schlösser e com os brusquenses que hoje ainda estão lá, como o sr. Rubens Facchini, que sempre o chamamos de embaixador do esporte de Brusque e de Santa Catarina.

Faço uma referência muito especial ao sr. Rubens Facchini porque não são poucas as vezes, deputado Serafim Venzon, que, quando ligamos a Rádio Globo, do Rio, a Rádio Tupi, de São Paulo, e a Rádio Globo de São Paulo, escutamos os radialistas e os cronistas esportivos mandando um abraço para o querido Rubens Facchini, demonstrando que ele é o nosso embaixador do esporte no Brasil inteiro.

E ele foi uma pessoa que esteve ao lado de Arthur Schlösser quando teve essa brilhante ideia de criar os Jogos Abertos de Santa Catarina que congrega todos os municípios catarinenses.

E este ano Brusque tem a honra e o orgulho de sediar a 50ª edição dos Jogos Abertos de Santa Catarina, acompanhando a programação dos 150 anos de aniversário da cidade.

Estivemos lá na abertura e quero parabenizar a CCO, a administração municipal, todos os envolvidos, a Fesporte, que esteve lá presente também, e a secretaria de Turismo, Cultura e Lazer, que vem dando o apoio para que possamos ter uma bela edição dos Jogos Abertos de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte!

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Concedo um aparte ao deputado Reno Caramori.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Dagomar Carneiro, v.exa., que nasceu na nossa terra, hoje representa a bela cidade de Brusque neste Parlamento.

Quando se fala de Jogos Abertos, em qualquer situação, em qualquer local, nós lembramos de Brusque, que é o berço dos Jogos Abertos de Santa Catarina.

Eu tive a oportunidade e o prazer de fazer os Jogos Abertos em Caçador, quando prefeito, no ano de 1978. Faz tempo! Foram Jogos Abertos excepcionais! Ninguém esquece mais aquele evento dos Jogos Abertos de Caçador, tamanha a sua importância, uma vez que congregou atletas de todas as idades, de todos os municípios de Santa Catarina, com as suas representações mais fortes, mais fracas, perdendo, ganhando, empatando, mas participando dessa festa tão bonita que foi criada em Brusque. Cinquenta anos passaram rapidamente!

Perdi alguns Jogos Abertos, mas procuro me fazer presente sempre para realmente valorizar a juventude e o esporte amador, que é o grande detentor de talentos no esporte, que é o grande fabricante de atletas, hoje, até com renome internacional.

Parabéns pela cidade que v.exa. representa, deputado, neste Parlamento. Leve o nosso abraço! Nós estaremos lá, sim, nos Jogos Abertos, mas quero que v.exa., como conterrâneo, praticamente, leve o abraço de Calmon, de Caçador e de Matos Costa para os brusquenses!

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

Deputado, quando v.exa. foi prefeito de Caçador, eu ainda era estudante do Colégio Aurora, mas lembro da emoção dos caçadorenses quando receberam os Jogos Abertos. Eu me recordo também do investimento que v.exa. fez - e teve também o apoio do governo do estado, claro que tem que haver essa parceria -, dos equipamentos que foram instalados em Caçador, do ginásio de esportes construído, assim como a pista de atletismo e as canchas onde foram disputadas as várias modalidades. Sem dúvida nenhuma, a cidade onde os Jogos Abertos são realizados tem esse incremento na área esportiva.

Gostaria de parabenizar v.exa. E na época em que v.exa. era prefeito, eu era estudante em Caçador e não perdia um jogo. Lembro-me do grande time de basquete que foi montado lá, assim como de futebol de salão e de vôlei. E, claro, a cidade que sedia os Jogos procura fazer uma boa participação. Mas v.exa. deixou um legado muito grande para os caçadorenses, que foi o incentivo no esporte.

E assim tem sido em todas as cidades de Santa Catarina onde os Jogos Abertos acontecem. E não vai ser diferente agora, na realização da 50ª edição dos Jogos Abertos, em Brusque.

Então, parabéns a toda equipe que está envolvida: o Delmar Tondolo, o Vinicius Bado, o Badão, que hoje está ligado a Fesporte. Sem dúvida nenhuma, essa soma de esforços vai fazer com que Brusque marque essa passagem dos 50 anos dos Jogos Abertos.

Quero aqui também, sr. presidente, registrar que na tarde de hoje o PDT estará reunido, aqui na capital de Santa Catarina, com todos os seus coordenadores e presidentes municipais. E gostaria de dar as boas-vindas a todos os pedetistas que vêm de todos os recantos e cantos de Santa Catarina

para essa reunião tão importante, quando se discutirá a eleição de 2010.

O PDT está abrindo a discussão para que todos os seus membros possam dar as suas opiniões, ver qual será o melhor caminho e, acima de tudo, as coligações e composições. E, acima de tudo, irá preparar a sua nominata de deputado estadual, de deputado federal, pois temos o objetivo de eleger um deputado federal e quatro deputados estaduais na próxima legislatura. Isso só se faz com trabalho e organização, e é o que vamos fazer, hoje, no período da tarde, aqui na capital catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, tenho a honra de anunciar a visita, neste plenário, do pastor Abedanir Scheffmacher Ribeiro, responsável pelas paróquias de Caçador e de Lebon Régis. Ele nos visita, hoje, acompanhando o seu filho, um microempresário de Xanxerê que vem buscar aqui os bons negócios para a sua microempresa no referido município.

Sintam-se à vontade! É com muito prazer que nós recebemos aqui esse pastor que é o grande agregador da família lá na nossa região, dando uma demonstração de humildade e de carinho com as famílias, principalmente aquelas mais carentes, em todos os sentidos. Mas ele é um grande pastor, pois o seu rebanho tem uma assistência fenomenal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

O próximo deputado inscrito é o sr. deputado Reno Caramori, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

Eu peço ao deputado Dagomar Carneiro que assuma a Presidência.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu tenho a honra de me pronunciar com a Presidência da Mesa do nosso sempre conterrâneo deputado Dagomar Carneiro.

Mas, sr. presidente e srs. deputados, hoje é um dia especial porque comemoramos 41 anos da fundação da nossa Coopercentral Aurora, a Cooperativa Aurora. E nós, que representamos aqui o setor cooperativista como vice-presidente da Frencoop - Frente Parlamentar do Cooperativismo Catarinense que tem na presidência o deputado Moacir Sopelsa -, temos a honra de cumprimentar o presidente da Cooperativa Aurora, o nosso grande lutador por aquela terra, sr. Mário Lanznaster. Na vice-presidência da cooperativa temos o Neivor Canton, também um homem cooperativista por excelência - ele presidiu, inclusive, a Ocesc; na direção dos negócios agropecuários, o sr. Marcos Antônio Zordan, também um grande cooperativista que nos orgulha - inclusive, ele realizou um trabalho muito grande, e longo, junto à Cooperitaipu, de Pinhalzinho; e na direção comercial temos o Leomar Somensi, um homem que entende da comercialização dos produtos produzidos pelos cooperados.

Mas cumprimento, especialmente, os quase 80 mil cooperados que compõem aquela grande família. Praticamente são 16 filiais que compõem a grande família Aurora. E esperamos que cada vez mais a Aurora mantenha esse padrão de exemplo de cooperativa.

Temos certeza de que todos aqueles que já passaram pela sua direção, e também os que ainda estão por vir, conduziram, com

responsabilidade, os destinos daquela cooperativa que hoje é exemplo não só para Santa Catarina e o Brasil, mas para tantos países que difundem o setor cooperativista.

Por isso, mais uma vez, os nossos cumprimentos àquela gente que realmente orgulha Santa Catarina.

Srs. deputados, recebi, no dia de ontem, um convite da senadora Ideli Salvatti para participar de uma reunião com a presença da Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT -, no dia 19 de abril, às 9h. Dois assuntos serão debatidos, e que discutimos longamente neste Parlamento: a mudança da praça de pedágio e o contorno da BR-101, que chamamos de alça de Florianópolis, de Biguaçu, de São José e de Palhoça.

Através da comissão dos Transportes, a qual presidimos, realizamos uma audiência pública no dia 19 de março de 2010, e para a qual convidamos a ANTT, o DNIT, o ministério dos Transportes, o Ministério Público, mas poucos compareceram. Quero acreditar que a senadora Ideli Salvatti viu a grande falha do não comparecimento naquela audiência pública de tamanha importância que realizamos, e convenceu a ANTT de que deveria vir a Santa Catarina para dizer aos catarinenses o que está acontecendo com o pedágio - e com a responsabilidade que a ANTT tem sobre a BR-101 e as suas melhorias, as suas obras.

Por isso quero convidar todos os srs. deputados; a comunidade interessada nesse anel, que são todos os municípios da Grande Florianópolis; as autoridades competentes; o Crea, que está sempre presente; as associações comerciais representadas pela sua maior entidade; e a Fiesc, que representa o setor empresarial, para se fazerem presentes. A Facisc e a Fiesc sempre compareceram, e agora precisamos da presença de todos!

Srs. deputados, pegando um gancho nas observações e na fala do deputado Romildo Titon, que mostrou a impotência que o nosso homem do campo, hoje, está tendo na sua propriedade, quero aqui, deputados Pedro Uczai, Serafim Venzon e Dagomar Carneiro, fazer um apelo para que v.exas. assinem comigo uma moção.

Estou formatando uma moção, a ser enviada aos parlamentares do Congresso Nacional, quer da Câmara, quer do Senado, e ao ministro da Justiça, para que se possa, legalmente, munir o homem do campo, principalmente, de instrumentos que sirvam, pelo menos, para a sua defesa pessoal. Que ele mantenha a sua arma, sim, na sua propriedade, dentro dos critérios legais, para que o marginal saiba que lá ele pode encontrar uma resistência e assim respeitar as famílias dos agricultores, dos nossos homens de boa vontade.

Deverei apresentar essa moção na próxima semana. E que se cumpra, sim, as formalidades legais para que essa arma seja registrada e mantida dentro dos critérios técnicos e legais, mas que o homem mantenha na sua propriedade, no mínimo, alguma coisa que possa assustar os ladrões, para falar claro. Por isso o apelo que faço.

Também quero registrar aqui que, lamentavelmente, nós estávamos aguardando para o dia de amanhã a volta do caçadoreense Edilton Swarovski, com 69 anos, que está em exílio no México, desde 1966. Ele já obteve a autorização para regressar ao Brasil, e temeroso, agora debilitado, doente, concordou em voltar ao Brasil.

Nós fizemos todas as tratativas para buscar o caçadoreense no seu retorno ao Brasil, a Santa Catarina e a Caçador, mas, infelizmente, pelo seu estado de saúde, terá que fazer uma pausa no Rio de Janeiro. Ele

terá que ficar uns três dias se recuperando da viagem no Rio de Janeiro, e possivelmente, na próxima semana, nós o receberemos, aqui, no aeroporto de Florianópolis, como mais um cidadão que, reconhecido pelas autoridades, retorna ao nosso país.

É muito importante que se faça esse registro, porque é um caçadoreense, um catarinense, cuja mãe, com 92 anos de idade, quer ver o filho regressando à sua terra natal e à sua família.

Por isso, nós teremos o prazer de recebê-lo e abraçá-lo no aeroporto, no início da próxima semana.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Obrigado deputado Reno Caramori, pelas suas referências, ilustre deputado por cinco mandatos representando a região de Caçador.

Esta Presidência gostaria de registrar a presença aqui do vereador Fabrício, de Itajaí, do tesoureiro, sr. Camilo, bem como do pastor Ubiratã que nos honram com a visita ao Parlamento catarinense.

Inscrito para falar o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, estamos acompanhando nos últimos anos, através de transmissão ao vivo, algumas catástrofes que têm acontecido em Santa Catarina e pelo Brasil afora.

Gostaria de destacar o que aconteceu em 1891, com meu bisavô, e que me foi contado pelo meu bisavô pelo meu avô Ângelo Venzon, quando eu tinha 11 anos. Meu bisavô veio da Itália para Brusque, através do programa de imigração, e de Brusque foi encaminhado para Botuverá.

Na década de 1890 a 1900, o meu bisavô já havia construído sua casa, uma casa de madeira próxima a um rio bonito, límpido, cuja água servia para as necessidades da família: cozinhar, lavar, beber, tomar banho etc. Passados seis meses da construção da casa, ocorreu uma grande enchente no vale do rio Itajaí-Mirim, atingindo Presidente Nereu, Vidal Ramos, Botuverá, Guabiruba e Brusque. Foi uma enchente enorme e lá se foi a casa do meu bisavô. Ele perdeu a casa, mas marcou com uma pedra o nível em que a água chegara e nela escreveu: 1891, ou seja, exatamente o ano daquela grande enchente que levou sua casa. Além disso, Ângelo Venzon disse aos filhos que avisassem aos descendentes para construírem suas casas da marca para cima e que o ajudassem a reconstruir a casa.

E houve depois outras enchentes, evidentemente. Em 1960 - e certamente o presidente não lembra porque na época não estava em Brusque novamente houve uma enchente no vale do rio Itajaí-Mirim - e não lembro de ter visto maior. Entretanto, ela não destruiu nenhuma ponte, não destruiu nenhuma rede de energia elétrica, não destruiu a rede de água e não destruiu estradas. Passou a enchente, atravessamos o rio e a vida continuou.

E sabem por que não destruiu nada, deputado Pedro Uczai? Porque não existia naquela área afetada rede de energia elétrica, de água e de telefone e a estrada era na picada. Por isso não destruiu. Agora por que há casas que estão sendo levadas pelas águas, sendo soterradas pelas barreiras, sendo invadidas pelas águas? Porque elas estão sendo construídas em lugares aonde chega a água da enchente ou porque há um morro em cima da casa. É claro que aquilo que está mais alto pode cair depois de chuvas prolongadas e aí vai soterrar a casa.

Imaginem as pessoas chegando a uma cidade, como Itajaí, que hoje recebe gente

de todo o estado, ou como Blumenau. A pessoa, quando chega e vê o rio lá embaixo, há 16m abaixo do nível da rua, pensa: "Não vai ter água nenhuma que vá encher isso aqui ou que vá invadir a minha casa. Esse morro parece tão difícil de ser cavado, que não vai haver força que o arranque, portanto vou construir a minha casa aqui em cima." E não há ninguém impedindo que ele faça a casa lá.

Em todas as cidades, em Brusque também, há pessoas que construíram casas em terrenos que não possuem escritura porque o lugar é irregular, mas há energia elétrica. Quem é que colocou a energia elétrica lá? Há rede de água, recebem a conta do IPTU! Eles não têm endereço, mas os cobradores vão lá cobrar a conta da água e da luz. O programa de Saúde da Família vai visitá-los. Todo mundo sabe que aquela casa está num lugar irregular, mas, no entanto, conseguiram construir ali.

Hoje eu assistia o jornal que comentava a questão das pessoas em Niterói que tiveram as suas casas arrancadas pelas barreiras, porque construíram em cima de um lixão. As pessoas que construíram suas casas lá não sabiam que estavam sobre um lixão, porque vieram muitos anos depois, construíram ali e foi permitido. Ninguém chegou lá para oferecer uma alternativa. Depois que a casa foi arrancada, eles disseram: "Este terreno é irregular." Mas como irregular, se as pessoas pagavam a conta da água, da luz, o ICMS e todos os impostos que têm obrigação de pagar? Mesmo não querendo, eles precisam pagar. Há um posto de saúde por perto, escola, enfim, tudo!

Pergunto: Será que não precisaríamos estabelecer um grau de responsabilidade para quem é responsável pelo urbanismo? Se eu permito na minha cidade que alguém construa uma casa próximo ao rio devo garantir que esteja em um nível aonde a água não chega.

Então nós precisamos passar a responsabilizar! Eu acredito que se alguém constrói uma casa em um lugar que a água invade, a prefeitura tem que ser responsável. Ora! Se a prefeitura tem poder de polícia, se tem poder de embargar uma obra, por que não embargou a obra quando estava sendo feita? E, se esta querendo resolver agora, precisa rever a situação dos que já construíram, não os mandando embora, mas achando um lugar para a casa deles.

Eu ouvi um secretário de governo, não daqui, lá de Niterói, dizendo assim: "Mas como nós vamos dar uma casa para um cidadão que mora aqui, se ele nem era dono desse terreno?" Olha só o pensamento social daquele secretário, que está representando o governo. Quero dizer que aquele cidadão que está lá é um excluído. E quantos excluídos nós temos nas nossas cidades?

Quanto a esse programa de casa popular, de casa própria, enfim, eu vou apresentar aqui ainda uma indicação ou um requerimento à Defesa Civil do estado, para que façamos um trabalho juntamente com todas as prefeituras de Santa Catarina, de maneira que o prefeito, a Defesa Civil e o governo passem a ser responsáveis pela reconstrução e reforma das casas atingidas seja por água de enchentes ou de barreiras. É impossível, com tantos engenheiros, tantos geólogos, que nós não possamos prever que um determinado morro pode desmoronar em cima das casas, levando casas inteiras, como aconteceu em tantos lugares. Isso não aconteceu antes. Não aconteceu em 1960, nem em 1890, porque as pessoas construíam suas casas em lugares apropriados e mesmo vindo a enchente, e com certeza sempre vieram, ela não atingia as casas.

Em Botuverá existem mais de dez capelas acompanhando a beirada do rio, que marcam o nível daquela enchente, ou seja, que dali para baixo também poderia ocorrer enchente, e nas últimas enchentes caíram estradas, caíram redes elétricas, mas nenhuma casa foi acometida pela enchente em Botuverá, porque eles respeitaram o nível do rio.

Por isso, sr. presidente, vou apresentar aqui uma indicação, um requerimento, responsabilizando o governo pelos estragos que a natureza faz nas casas ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o último orador inscrito, deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, eu também quero colaborar com o seu pronunciamento, deputado, e parabenizar a cidade de Brusque, que será a sede dos Jogos Abertos, com 50 anos de história. E eu tive a alegria e a gratificação de ser recebido lá, na cidade de Brusque, quando fiz a minha primeira faculdade, o meu primeiro curso de ensino superior.

Estaremos nesta cidade promovendo o Seminário de Educação, junto a Escola do Legislativo e a comissão de Educação desta Casa, onde provavelmente mais de mil professores estarão discutindo a qualidade da educação, a desmotivação dos professores, que são os dois temas principais identificados pelo Ibope Inteligência, relacionados aos problemas e desafios da educação brasileira.

Por isso, estou fazendo essa referência com relação à cidade de Brusque, aos Jogos Abertos e também ao seminário que vamos realizar, amanhã, no município, e que já conta com mais de mil professores inscritos.

Eu quero aproveitar esta oportunidade, para, juntamente aos demais deputados que já o fizeram nesta tribuna, parabenizar uma das maiores cooperativas deste país pelos seus 41 anos de história, a Cooperativa Aurora, que é uma grande produtora de suínos, industrializadora de suínos, de aves e de laticínios, que agrega 15 cooperativas e juntamente com essas cooperativas vai fortalecendo uma relação com mais de 70 mil produtores.

Só a Aurora, nos seus 41 anos, conseguiu construir três unidades industriais de aves, oito unidades industriais de suínos, quatro fábricas de rações, inclusive foi há pouco inaugurada uma muito moderna na cidade de Cunha Porã, além de uma indústria de laticínios, e também outros empreendimentos.

Por isso, não poderia, neste dia 15 de abril, deixar de cumprimentar a Cooperativa Aurora, que comemora 41 anos de história, de cooperativismo, de cooperação.

Além do requerimento que aprovamos nesta Casa, faço de forma pública e aberta esta fala, demonstrando solidariedade com o cooperativismo em Santa Catarina e aos 41 anos da Cooperativa Aurora.

Por ocasião da crise de Chapecó, mediei a solução da crise do frigorífico Chapecó. A unidade frigorífica de Chapecó é uma das unidades mais modernas da América Latina, foi arrendada pela Cooperativa Aurora de forma brilhante, fundamental e estratégica. Assim, aquela unidade frigorífica em Chapecó voltou a gerar empregos, a produzir, a industrializar.

Por isso agora estamos na ansiedade de buscar uma solução definitiva para o Frigorífico Chapecó. Já aprovamos um requerimento na comissão de Economia para realizar uma audiência pública, a fim de discutirmos o futuro da massa falida do

Frigorífico Chapecó, as unidades arrendadas, Santa Rosa, Chapecó, Xaxim e Cascavel, principalmente a situação da unidade de Xaxim, que hoje é a mais conflitante.

Por isso vamos nos propor a conversar, dialogar com a comunidade regional, porque acompanhamos a situação do Frigorífico Chapecó, dos arrendatários e agora queremos uma solução definitiva.

Parabéns à Aurora pelos seus 41 anos de história de vida, mas não teremos condições, em função da agenda, de participar do almoço de confraternização na tarde de hoje.

Quero falar também que dez, 12 anos atrás, na outra oportunidade que o povo catarinense me deu de ser deputado nesta Casa, apresentei um projeto de lei solicitando a gratuidade no transporte intermunicipal aos idosos, a partir dos 60 anos. Na época faltaram dois votos para aprovarmos o projeto.

Depois deixei esta Casa para ter o privilégio de ser vice-prefeito e prefeito da cidade de Chapecó, e outros deputados apresentaram projeto da mesma natureza. O deputado César Souza apresentou também e não foi aprovado. E nesta Legislatura, o deputado Cesar Souza Júnior apresentou outro similar, que seria transporte intermunicipal gratuito aos idosos a partir de 65 anos. No nosso entendimento, o Estatuto dos Idosos conceitua o idoso a partir dos 60 anos. Por isso, apresentamos uma emenda em que o transporte intermunicipal em Santa Catarina seria aos idosos a partir dos 60 anos. E conseguimos ver aprovada essa emenda com o referido projeto.

Queremos comemorar, porque muitos pais, que hoje são idosos e têm seus filhos em outras cidades, em diferentes municípios do estado, terão a oportunidade agora de passear, de visitar seus parentes, confraternizando com seus familiares, seus amigos, sem custo de transporte. Muitos idosos, a partir dos 60 anos, eram impedidos de fazer uma viagem em função da ausência de recursos.

Portanto, quero aqui, neste dia, comemorar a sensibilidade dos deputados estaduais que, por unanimidade, aprovaram este projeto que vai trazer mais dignidade, mais cidadania aos idosos catarinenses.

Em terceiro e último lugar, quero colocar quais as ações e a agenda prevista para este final de semana. A comissão de Educação fará um seminário em Brusque, amanhã. A Frente Parlamentar das Ferrovias, a qual coordeno e que agrega deputados estaduais, deputado federais e senadores do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, está construindo toda essa luta para a implantação de projetos ferroviários aqui no estado e também no Brasil, e na terça-feira faremos duas grandes mobilizações: uma em Herval d'Oeste, às 14h, e outra em Curitiba para mobilizar a sociedade regional, para discutir dois grandes projetos ferroviários.

O projeto da Ferrovia da Integração, que já foi incluído no PAC II, estrada que liga Itajaí a Dionísio Cerqueira, vai aguardar a licitação do projeto executivo e, principalmente, a reativação da Ferrovia do Contestado que, lamentavelmente, a América Latina Logística não reativou e não pretende reativar, se não houver pressão da sociedade. Refiro-me ao trecho ferroviário que liga os municípios de: Mafra, Porto União, Canoinhas e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul.

Por isso faremos audiências públicas no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e, posteriormente, no Paraná, para dar prosseguimento a essa luta tão importante e fundamental em termos de infraestrutura. A ferrovia é mais barata, a ferrovia é mais

segura, é ambientalmente sustentável; a ferrovia mantém os investimentos econômicos nas regiões por que passa e atrai novos investimentos; a ferrovia, mais do que isso, melhora a situação das rodovias, porque diminui a circulação de carga pesada por longas distâncias.

Nesse sentido, a frente parlamentar, juntamente com deputados estaduais, deputados federais e senadores, estará fazendo novas mobilizações também nas próximas semanas para consolidar o projeto ferroviário em Santa Catarina. Presto contas como coordenador da frente parlamentar e convido os deputados estaduais, federais e senadores para participarem de uma mobilização, no

próximo dia 19 de abril, às 14h, em Herval d'Oeste, e no final do dia, em Curitibaanos.

A todos os telespectadores da TVAL, um último recado: em função do art. 171 da Constituição, resultado de uma luta de décadas, foram instituídas 132 bolsas de estudo para pós-graduação. Então, os interessados podem acessar o site da secretaria estadual de Educação, pois até amanhã há possibilidade ainda de conseguir uma bolsa de estudo para fazer uma especialização, um mestrado ou um doutorado.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Obrigado, deputado Pedro

Uczai, v.exa. que estudou na cidade de Brusque, no Sefisc - Seminário Filosófico de Santa Catarina -, com certeza deixou grandes amigos em nossa cidade.

Não há mais oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para segunda-feira, em Forquilha, em homenagem póstuma à dra. Zilda Arns.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 030ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dieter Janssen - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Onofre Santo Agostini - Ozair Polaco - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO DIETER JANSSEN - Faz seu discurso de posse na Alesc.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Deseja sucesso ao deputado Dieter Janssen.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Augura voto de bom desempenho ao deputado Dieter Janssen.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Ressalta a importância do rodízio de suplente, instituído pelo PP.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Expressa seu orgulho de ter na Casa mais um representante da região norte/nordeste catarinense.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Sauda os alunos e professores da EEB Marechal Luz, de Jaguaruna.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Parabeniza os deputados Dieter Janssen e Angela Albino que assumiram cadeiras na Casa; pede a suspensão da sessão para oitiva do MST.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Fala da adesão de SC ao projeto Se Liga 16; convida para participar do Dia D, o Dia da Decisão.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Ressalta a importância do projeto Se Liga 16 e coloca a Escola do Legislativo à disposição.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Enfatiza a importância da participação dos jovens na vida política.

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Salaria a importância da PEC que determina que qualquer mudança no estatuto da Celesc implica na concordância do Parlamento.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Afirma que estão querendo acabar com a Celesc como empresa pública.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Opina ser inadmissível que um investidor representante o voto do governo e o interesse dos catarinenses na Celesc.

Ordem do Dia

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Pede informações sobre a redação final do PL 0058/2007.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Está presente nesta Casa a Escola Básica Marechal Luz, representada pela professora Jaiane, de Jaguaruna, com 46 alunos.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

(Passa a ler.)

"ATO DA MESA N. 018-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Valmir Comin, por um período de sessenta dias, a contar de 15 de abril do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 20 de abril de 2010.

(a) Deputado Gelson Merísio

Presidente" [sic]

"ATO DA MESA N. 028-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Flávio Ragagnin, 2º Suplente da Coligação Salve Santa Catarina, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, enquanto durar o afastamento do titular, Deputado Valmir Comin, em licença para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 20 de abril de 2010.

(a) Deputado Gelson Merísio

Presidente" [sic]

"ATO DA MESA N. 029-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO

ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Antônio Plínio de Castro Silva, 3º Suplente da Coligação Salve Santa Catarina, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 2º Suplente, em decorrência da licença do Deputado Valmir Comin.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 20 de abril de 2010

(a) Deputado Gelson Merísio

Presidente" [sic]

"ATO DA MESA N. 030-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Dieter Janssen de Castro Silva, 4º Suplente da Coligação Salve Santa Catarina, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 3º Suplente, em decorrência da licença do Deputado Valmir Comin.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 20 de abril de 2010

(a) Deputado Gelson Merísio

Presidente" [sic]

Convido o sr. Dieter Janssen para que da tribuna preste juramento, cumprindo o preceito constitucional.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - "Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do Estado de Santa Catarina e observar as leis desempenhando leal e sinceramente o mandato que me foi outorgado pelo povo catarinense."

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Convido o sr. deputado Dieter Janssen, para que proceda à assinatura do diploma.

(Procede-se à assinatura do diploma.)

(Palmas)

Declaro empossado como deputado estadual o cidadão Dieter Janssen e concedo-lhe a palavra por até dez minutos, como o primeiro orador inscrito em Breves Comunicações.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Excelentíssimo sr. deputado Gelson Merísio, presidente da Assembleia Legislativa, e

cumprimentando-o quero cumprimentar os demais deputados desta Casa.

Gostaria também de cumprimentar o nosso ex-governador Esperidião Amin; as demais autoridades presentes, a minha família, os líderes do meu partido que me acompanham, a imprensa, todos os presentes e aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital.

Ter a oportunidade de trabalhar como secretário municipal de Desenvolvimento Econômico de uma cidade empreendedora como Jaraguá do Sul foi um momento de mudança de um comportamento que era mais voltado para a vida privada do que para a vida pública. Embora sempre envolvido com a comunidade, em associações de classe, conselhos, junto à prefeitura municipal e núcleo de jovens empreendedores da Associação Comercial e Industrial, onde fui fundador e primeiro presidente, trabalho desde os 14 anos, inicialmente como contínuo interno da WEG, passando pela área financeira, depois me formando economista e abrindo meu próprio negócio. Então, esses foram fatores importantes para a minha formação.

A WEG me mostrou a importância de trabalhar em equipe, de cumprir metas, de ter responsabilidade e disciplina. Foram 11 anos de aprendizado sobre liderança responsável e modelo de gestão, ambos os fatores necessários para a atividade pública, na qual sei que posso contribuir.

Tive grandes conquistas, apoiando a geração de empregos, como secretário municipal, quando obtive a maior votação para vereador na história de Jaraguá do Sul. Enfim, foi um período de grandes realizações e 16 mil votos me colocaram como quarto suplente de deputado estadual, sendo o segundo mais votado em minha cidade entre 11 candidatos.

O que venho fazer aqui? Economia, talvez seja uma das respostas. Economia para poder fazer frente a investimentos, seja na infraestrutura ou no social, para que possamos viver melhor e dar condições reais de competitividade ao nosso estado ou país, frente a nações também em desenvolvimento.

Segundo a pesquisa Mapa, divulgada em 11 de abril na mídia impressa, quando questionamos os catarinenses sobre seus principais anseios, a saúde é o mais lembrado, e mesmo sabendo da seriedade de seu comandante até então, necessita de investimentos. As estradas são a segunda preocupação e podemos testemunhar a falta de espaço para que nossos ciclistas possam ir ao trabalho, geralmente se deslocando para áreas industriais, necessitando de maior segurança.

Segurança pública é outra preocupação. E em Jaraguá do Sul temos apenas três agentes investigadores, sendo necessários dez, conforme relata o delegado de nossa cidade.

Emprego é o quarto ponto mais lembrado. E os jornais mostraram nos últimos dias que as empresas de capital aberto da região norte tiveram queda de 20% nos seus lucros, ou seja, poderão investir menos, pois produtos com mão-de-obra chinesa entram por todos os cantos.

Rede de esgotos, educação e moradia, são problemas nos quais o nosso estado deve concentrar investimentos e também são itens questionados pelos catarinenses. Essa pesquisa servirá como um norteador para as questões nas quais pretendo aprofundar-me.

Em nossa região, a energia está sendo um assunto bastante cobrado pelos prefeitos. Nossas empresas estão-se expandindo e necessitando de maiores investimentos. Portanto, essa é outra questão na qual pretendo trabalhar.

Quero agradecer os 16 mil votos que me possibilitaram estar aqui; quero agradecer

também à equipe e às lideranças políticas envolvidas em nosso projeto; quero agradecer à minha família, que sempre me apoia e incentivava-me a continuar participando da vida pública.

Por fim, quero deixar uma citação do governador de Minas Gerais, Aécio Neves, em sua última entrevista à revista *Veja*.

(Passa a ler.)

"Vou lutar por reformas que possam tornar a política de novo atraente para pessoas de bem, que façam dessa atividade, hoje vista como suspeita, um trabalho empenhado na elevação dos padrões materiais, sociais e culturais da maioria. É assim que vamos empurrar os piores para fora do espaço político. Não existe vácuo em política. Se os bons não ocuparem espaço, os ruins o farão." [sic]

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - A bancada do Democratas deseja a v.exa. sucesso e tem certeza de que fará, sem dúvida alguma, muito pela sua região e por toda Santa Catarina, pela experiência que o ilustre deputado já demonstrou na vida pública.

Desejo a v.exa. sucesso e muita felicidade. E que Deus permita que não se desiluda e continue com essa visão de bem servir o povo. Será um prazer e uma honra sentar ao seu lado neste plenário.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Muito obrigado, deputado. O nosso período é curto nesta Casa, somente 60 dias, mas acho que será uma experiência muito importante. Que possamos, então, tentar colocar um pouquinho do nosso jeito, o jeito de Jaraguá do Sul trabalhar.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Dieter Janssen, é com muita alegria que quero saudá-lo, não só como seu amigo, mas também como seu correligionário, como presidente do partido, e ver que estamos conseguindo chegar hoje ao sexto suplente assumindo um mandato nesta legislatura.

Esperamos muito pela presença de v.exa. aqui também. Sei que é pouco tempo, são 60 dias apenas, mas a sua disposição, juventude e lealdade à sua terra, à sua região e à sua gente certamente contribuirão muito para que nesse curto espaço de tempo possa acostumar-se com esta Casa.

Eu vou torcer bastante para que a partir de 1º de fevereiro de 2011, um ano de que gosto tanto, afinal de contas 11 é um bom número, v.exa. esteja aqui ocupando uma cadeira definitivamente.

Seja muito bem-vindo, conte conosco e um bom trabalho nesse período.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Quero esclarecer que era vereador em meu município nos dois primeiros anos em que poderia ter assumido como deputado, mas como a lei não me possibilitava retornar ao município como vereador, não o fiz.

Como o partido agora nos possibilita essa oportunidade, temos que agradecer à Assembleia Legislativa por essa chance que dá para que outras pessoas possam participar um pouco desse processo de rodízio.

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Pois não!

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Não poderia deixar de cumprimentá-lo, dar-lhe as boas-vindas e dizer também que v.exa. é o sexto suplente de deputado que está

assumindo nesta Casa, dentro desse pioneirismo do Partido Progressista, que foi a agremiação partidária que implantou a ideia do rodízio dos suplentes. Mesmo na Oposição, fomos nós que tivemos a iniciativa de dar uma oportunidade aos suplentes, por entendermos que aqueles que colaboraram com a eleição dos titulares são importantes, são indispensáveis ao processo eleitoral.

Portanto, quero fazer esse registro e dizer da alegria e satisfação da região norte/nordeste por ter mais um deputado. Hoje formamos um triângulo, como diz o deputado Kennedy Nunes: São Bento do Sul, Joinville e Jaraguá do Sul. O fato relevante é que Jaraguá do Sul e região vêm-se destacando no cenário nacional e internacional pela pujança da sua economia e pela geração de inúmeros empregos a muitas famílias que lá estão trabalhando e vivendo.

V.Exa. certamente aqui lutará, nesses 60 dias, em defesa do povo de Jaraguá do Sul e de Santa Catarina. Temos certeza disso! Parabéns, deputado, pela sua vinda a esta Casa.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Obrigado, deputado Silvío Dreveck, pelas suas colocações. Sempre acompanhei seu trabalho quando era secretário municipal e v.exa. prefeito.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Nobre deputado, quero saudá-lo e dizer que tive o prazer de conhecê-lo em Jaraguá do Sul e de perceber a sua preocupação com aquele município.

Como líder da bancada do PMDB, quero parabenizar v.exa. por estar neste Parlamento e dizer que nos sentimos honrados com a sua presença representando Jaraguá do Sul. Esperamos contribuir com aquele município, juntamente com v.exa., nas ações que se fizerem necessárias.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Obrigado, deputado. Parabéns pelo seu trabalho. Estivemos juntos, recentemente, na Associação Amigos do Padre Aloísio Boeing e vamos trabalhar juntos nesta Casa por essa causa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, desejo saudar os alunos e os professores da EEB Marechal Luz, de Jaguaruna, que se encontram nas galerias deste Poder.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, primeiramente quero saudar, em nome do PT, o colega deputado Dieter Janssen, de Jaraguá do Sul, e dar-lhe as boas-vindas, parabenizando o PP pelo fato.

Parabenizo também o Partido dos Trabalhadores que, numa aliança com o PCdoB, traz a esta Casa mais uma vez a deputada Angela Albino, nesse sistema de rodízio, dando oportunidade de projeção a novas lideranças e aproveitando a sua experiência para enriquecer o trabalho da Assembleia Legislativa.

Sr. presidente, protocolamos junto à Mesa um pedido para que o MST possa manifestar-se por dez minutos e apresentar sua pauta de reivindicações. Desejo saber,

então, se é possível atender ao nosso pedido, a fim de que essa manifestação ocorra antes da sessão especial que ouvirá o Ministério Público Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado, responderemos à sua questão de ordem mais tarde.

Quero parabenizar o deputado Dieter Janssen, que representa a região de Jaraguá do Sul, e que está assumindo uma cadeira neste Poder.

Com a palavra a deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, demais integrantes da mesa, sra. deputada Angela Albino, srs. deputados, plateia que nos acompanha, imprensa falada, escrita e televisada, deputado Joares Ponticelli, v.exa. deu condição a esta deputada de hoje aderir ao projeto nacional Se Liga 16.

Tivemos um ato público no plenarinho da Assembleia e pudemos contar com a presença da brilhante parlamentar Angela Albino. O deputado Joares Ponticelli, por estar relatando o projeto na comissão de Constituição e Justiça, não pôde estar presente. Contamos também com a presença da diretora do Instituto Estadual de Educação, a professora Gilda Mara Marcondes de Penha; de representantes de algumas agremiações estudantis, como o Ian Ivanovicht, presidente da Ubes - União Brasileira dos Estudantes Secundários; e o Rudiney Souza, que é o vice-presidente da UNE; do vereador Ricardo Camargo Vieira; do assessor do ministro Orlando Silva, sr. João Ghizzoni; do dr. Gerônimo Alves, que representou a Executiva do PRB, além de muitos estudantes e professores que se fizeram presentes.

Se Liga 16 é uma campanha nacional que está sendo divulgada pela mídia e nós abraçamos essa campanha porque os jovens são os donos do estado, são os donos do Brasil. Eles serão os futuros senadores, os futuros governadores, os futuros deputados, os futuros dirigentes. E muitos desses alunos, desses jovens têm o anseio de melhorar as suas condições, têm o anseio de ter qualidade de vida, de sair da prostração, de sair de uma vida precária, de ser os dirigentes e mudar o rumo do Brasil.

Por isso, estamos unidos com esses jovens e aderindo a essa campanha. Hoje, nesta Casa, tivemos a adesão de Santa Catarina, porque essa campanha está recebendo a adesão de vários estados. E eu quero agradecer ao deputado Joares Ponticelli, que acatou a nossa sugestão de oficializá-la. V.Exa., deputado, é uma pessoa comprometida com os interesses dos jovens, pois é também um professor e tem feito um trabalho belíssimo na Escola do Legislativo.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - É um prazer e uma honra ouvi-lo, deputado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputada, antes de v.exa. trocar de assunto, quero agradecer a sua manifestação elogiosa e dizer que me empenharei ainda mais para ser merecedor da sua bondade.

V.Exa. está muito preocupada com o projeto Se Liga 16. Eu entendo que é muito importante manter esse assunto em debate. Aqui mesmo, no estado, no Colégio Marechal Luz, em Jaguaruna, há diversos estudantes e muitos deles ainda não têm conhecimento de que o prazo para solicitar o título de eleitor termina no dia 5 de maio.

É relevante que todos os veículos de comunicação desta Casa façam essa

divulgação, deputada Ada De Luca, pois é extremamente importante que os jovens possam solicitar o seu título para poderem participar, para poderem escolher um candidato, um partido. Mas é importante também que eles se motivem a participar, porque não há outra forma de mudar a sociedade senão pela participação efetiva no processo político-partidário.

Por isso, quero homenagear os estudantes que aqui estão e dizer que a iniciativa de v.exa. é muito positiva e que pode contar com o apoio da Escola do Legislativo. É para isso que estamos lá, porque a escola tem que servir aos 40 deputados.

Obrigado, deputada.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Ouço a deputada Ada De Luca, que hoje está feliz e bellissima, como sempre.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Muito obrigada, deputada Professora Odete de Jesus.

Quero também associar-me ao seu discurso, pois apesar de não ter estado presente à cerimônia, em virtude de audiência anteriormente marcada, acho que é importantíssimo incentivar o jovem a entrar na vida pública. Política se faz todos os dias, desde a política da boa vizinhança, familiar, do bom comércio, até a política partidária, por que não? O mundo está nas mãos dos jovens. Nós quase já cumprimos a nossa parte, agora compete aos jovens levantar essa bandeira e levantar bem alto.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, deputada Ada De Luca.

Sr. presidente e srs. deputados, eu gostaria da atenção de v.exas., da plateia que nos acompanha e dos telespectadores, pois quero fazer um convite. No dia 21 de abril, às 16h, no Largo da Alfândega, teremos um evento grandioso, para o qual convido. Trata-se do Dia D, o Dia da Decisão. É o dia em que muitas famílias serão restauradas. Vamos orar pelo estado de Santa Catarina, que sofreu muitas catástrofes, inclusive houve terrenos que sumiram. O nosso estado sofreu muito, muitas famílias perderam seus entes queridos.

Quero convidar v.exas. porque eu estarei lá. Um dia, há 30 anos, participei de uma concentração assim. À época eu era faxineira, trabalhava nas casas limpando a sujeira dos outros e lavando roupa para fora. Eu estava desenganada pela medicina e fui levada para uma clínica de ortopedia em Curitiba para amputar a minha perna devido a um erro médico. Mas foi numa concentração dessas que eu fui curada e tive a minha vida restaurada. Um milagre aconteceu na minha vida. Uma lavadeira, uma faxineira, agora é uma deputada de três legislaturas! E quem é que fez isso? Foi o Senhor Jesus, que vai estar lá aguardando todos vocês nesse grande evento no Largo da Alfândega.

Estou lançando o convite, muitas autoridades já confirmaram presença e caravanas estarão chegando. Faça chuva ou faça sol o evento irá acontecer e será um sucesso. Lanço o convite a todos e deixo um abraço bem grande.

Que Deus abençoe a todos!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputada Professora Odete de Jesus.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Lício Mauro da Silveira.

O SR. DEPUTADO LICIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, primeiramente gostaria de

parabenizá-los pela proposta de emenda constitucional feita pelo deputado Gelson Merísio, num ato de coragem e importante para o estado de Santa Catarina, que dá nova redação ao art. 40 da Constituição do Estado de Santa Catarina. Em síntese, toda e qualquer mudança de estatutos de empresas públicas deverá passar por esta Casa.

Fiquei satisfeito porque estava em Tucuman com o deputado Sílvio Dreveck e não tive a oportunidade de assinar o documento. Esse é mais um ato histórico e pertence a vocês, pois, independentemente de posição partidária, aqui estão todos postados em defesa da Celesc.

Quero parabenizar as sras. deputadas e os srs. deputados, assim como o deputado Gelson Merísio, e peço a ele, com a aquiescência dos srs. líderes, que essa admissibilidade seja votada hoje, neste plenário.

Por outro lado, os senhores sabem muito bem que, como deputado, como professor e engenheiro que sou, sou uma pessoa intimamente ligada às causas públicas, além também de causas públicas com interesses privados. Sempre defendi as nossas empresas no sentido de permanecerem públicas com melhor qualidade dos serviços. Não temos receio nenhum de dizer aqui que todos nós temos o compromisso de que a maior estatal de Santa Catarina não seja privatizada! E esse é um compromisso dos 40 deputados.

Agora, eu fico preocupado quando o estado abdica do interesse público, em prol do interesse particular, principalmente interesse particular de pequeno investidor.

Fiquei extremamente irritado com o sr. governador Leonel Pavan, que indicou o sr. Lirio Parisotto como membro do Conselho de Administração. Ele agora já se intitula, por incrível que pareça, presidente do conselho. Eu quero avisar que essa situação não será digerida pela população de Santa Catarina, muito menos pela Intercel e por este deputado, porque numa empresa pública do porte das Centrais Elétricas de Santa Catarina, quem tem o poder é o governo e não o interesse particular em detrimento de toda a sociedade. A sociedade não pode pagar um preço desse tamanho, em função do interesse de pessoas que pensam somente na grana. É isso que interessa a elas.

Nós sabemos que, naquela audiência pública, foi unânime a posição dos senhores em repudiar aquela assembleia. E assim foi feito por diversos deputados nesta Casa. Inclusive, no dia da posse do novo governador aqui no lado, eu lhe pedi que suspendesse aquela assembleia. E à tarde ele disse: "Lício, já está suspensa a assembleia. Vamos discutir o problema". E, para surpresa minha, em outra conversa, ele me falou que indicara para o conselho o sr. Lirio Parisotto.

Ora, como é que pode acontecer um fato destes: o governo abdicar do poder da empresa contra os interesses do desenvolvimento econômico do estado de Santa Catarina?! Eu não entendo como é que um governador toma uma decisão desse tipo, com reflexos totalmente negativos para o estado e para os funcionários.

Vou dividir esse assunto em diversos capítulos: primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto e seja lá o que Deus quiser. Eles não têm outro interesse, além de ganhar altos lucros! Porque na hora em que pegarem o Conselho de Administração, vão transformar as ações ordinárias para o mercado livre. Só com isso, deputado Gelson Merísio, o estado perderá uma fábula em dinheiro e perderá, inclusive, o controle sem ganhar nada! É lógico que com o aumento do valor das ações o lucro pela sua venda será somente desses

investidores e o estado se lascará. Se o estado cai fora, como é que fica a empresa? A empresa não terá mais comando do governo. Tudo o que a sociedade catarinense construiu ao longo do tempo está entregue a determinadas pessoas que não têm qualificação moral para assumir a presidência do Conselho de Administração.

Eu fico preocupado também com a Celos, que é a fundação da Celesc. Talvez estejam de olho também na fundação. Tenho convicção de que estão de olho na Celos porque ela teve uma rentabilidade, no ano passado, de mais de 160%. Ou seja, a meta atuarial foi de 4,32% e a rentabilidade foi de 11,45%. Hoje, a Celos tem um capital de R\$ 2,12 bilhões. Estão de olho "gordo" e também vão querer a presidência para influir nos investimentos. Vão querer vender e comprar no mercado como eles acharem melhor!

Eu quero dizer ao sr. governador, que está patrocinando esse ato, e aos srs. conselheiros que tomem muito cuidado com esse tipo de ação, porque a população de Santa Catarina e, tenho certeza, os srs. deputados que aqui estão não deixarão acontecer isso porque é uma irresponsabilidade. Essa PEC que todos os senhores endossaram vai evitar tal catástrofe, porque toda reforma estatutária passará por aqui!

A admissibilidade deve ser votada hoje e na semana que vem a PEC irá para a comissão de Justiça. Eu espero, sr. presidente, que seja aprovada naquela comissão mais uma vez, por unanimidade, na terça ou quarta-feiras pela manhã. E que na quarta-feira à tarde - e peço novamente o seu esforço porque v.ex.a. é o autor juntamente com todos os srs. deputados que a assinaram - possamos votar essa matéria para impedirmos esse desastre que poderá acontecer com a sociedade catarinense!

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Ex.a. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado Lício Mauro da Silveira, além dos engodos do projeto de lei, da medida provisória, tudo que foi feito na transposição do governo, o que estamos vendo agora, em relação à Celesc, é um verdadeiro balcão de negócios. É vergonhoso para o estado catarinense ocorrer isso com uma empresa tão séria, com um contingente de funcionários tão importante e esta Casa tem que ter a maturidade e a serenidade para dar uma resposta. E daremos, com certeza, ao aprovarmos essa PEC para mostrar que não podemos ficar rindo desse processo todo que aí está.

Acho que a sua intervenção, deputado Lício Mauro da Silveira, representa a sua preocupação, como sempre, com o que é público e a Celesc nada mais é do que um patrimônio do povo catarinense.

Por isso, a Assembleia Legislativa tem que dar uma resposta urgente, porque não podemos mais deixar que se transforme aquela instituição numa instituição de riscos e num projeto particular, do qual cada um delinea o destino como quiser.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Muito obrigado, deputado Jailson Lima, incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Ex.a. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Lício Mauro da Silveira, quero parabenizar v.ex.a. por essa sua luta permanente em defesa da Celesc pública, uma empresa da sociedade catarinense.

Gostaria de dizer que aprovamos, na manhã de hoje, a PEC na comissão de Constituição e Justiça por unanimidade e que estamos de acordo para votar a admissibilidade ainda na tarde de hoje, para acelerar esse processo e evitar que se cometa aquele absurdo que querem cometer no próximo dia 30, porque o governador prorrogou, pelo menos por 30 dias, a assembleia. Então, talvez no final deste mês aconteça a mudança no estatuto. E espero que consigamos aprovar essa emenda constitucional agora para evitar a privatização da Celesc.

Além disso, é um absurdo também que, de repente, o sr. Lirio Parisotto esteja virando representante do governo do estado no Conselho de Administração da Celesc. Mas ninguém assume a paternidade da criança! Esse que é o absurdo! Porque o governador recebeu a indicação e quem indicou não está bem claro. Parece que falaram em nome do ex-governador Luiz Henrique, mas ele também diz que não sabia direito. Ora, se ninguém indicou, como pode ele fazer parte, representando o estado de Santa Catarina e representando o poder público? Essa é a pergunta que esta Assembleia tem que fazer!

Parabéns pelo seu pronunciamento! Desculpe-me por ter tomado todo o seu tempo!

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Nós vamos voltar a conversar outras vezes sobre esse assunto tão importante para a sociedade catarinense.

Eu estou convicto de que, hoje, essa PEC vai ser aprovada por unanimidade, pois é um compromisso assumido por todos os srs. deputados aqui no plenário, quando Eduardo Pinho Moreira veio aqui e fez o seu pronunciamento. E o líder do governo, deputado Antônio Aguiar, também o fez em nome de todos os deputados de sua bancada e todos os líderes partidários também o fizeram.

Essa briga tem que ser constante. Vamos fazer com que aquilo que interessa à sociedade catarinense fique com ela. Vamos cumprir o nosso dever para com o nosso povo, com a nossa terra. Afinal, o que queremos é desenvolvimento econômico, mas, acima de tudo, que o desenvolvimento econômico traga, de uma vez por todas, o desenvolvimento social. Não é mais possível trabalharmos de forma isolada. Assim sendo, vamos ao processo de votação com determinação, aprovando essa PEC!

(COM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Agradeço ao deputado Lício Mauro da Silveira.

Queremos comunicar que se encontra sobre a mesa um requerimento de autoria da bancada do PT, com deferência especial ao deputado Décio Góes que fez a solicitação, pedindo que seja cedido um espaço, antes do horário dos Partidos Políticos, para que os representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e do Movimento dos Atingidos por Barragens possam fazer seu pronunciamento.

Nós temos uma sessão especial convocada para ouvirmos o Ministério Público, conforme determina a nossa Constituição, mas vamos atender ao apelo feito pelo deputado Décio Góes e suspender a sessão por dez minutos, para que o meu conterrâneo e amigo Wilson Santin, lá de Xanxerê, e a Rosana Mendes, que representam o MST/MAB, possam manifestar-se nesta Casa.

A partir de agora, está suspensa a presente sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio)(Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Esta Presidência suspende novamente a sessão, conforme comunicado anteriormente, para que possamos realizar uma sessão especial

a fim de ouvirmos o Ministério Público, através do procurador-geral de Justiça, dr. Gercino Gerson Gomes Neto, e do dr. Paulo Ricardo da Silva, corregedor-geral do Ministério Público.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio)(Faz soar a campainha) - Está reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0023/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon, e que o mesmo terá seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

Comunica também que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0357/2009, de entidade social, que encaminha relatório de atividades.

Srs. deputados, há várias redações finais a serem votadas.

Consulto os srs. líderes se é possível fazer a votação em bloco, apenas com a leitura do número do projeto.

(As lideranças aquiescem.)

Votação das redações finais dos Projetos de Lei n.s: 0360/2009, 0005/2010, 0014/2010, 0019/2010, 0030/2010, 0058/2007, 0234/2009, 0523/2009 e 0583/2009.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, no Projeto de Lei n. 0058/2007 foi aprovada uma emenda do PT, de autoria do deputado Pedro Uczai, que reduz a idade para recebimento do benefício da gratuidade nos ônibus intermunicipais de 65 para 60 anos.

Pergunto a v.ex.a.: a redação final ficou conforme a emenda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A redação final é conforme a leitura realizada na votação do projeto com a emenda. A redação final é com a emenda, deputado.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação as redações finais dos projetos lidos.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas por unanimidade.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição n. 0004/2010, de autoria do deputado Gelson Merísio e outros, que dá nova redação ao art. 40 da Constituição do Estado de Santa Catarina (competência exclusiva da Assembleia Legislativa).

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0047/2010, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que dispõe sobre a distribuição e comercialização de pulseiras de silicone, conhecidas como *shag bands*, no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.
Consulto os srs. líderes se podemos votar a redação final desses dois projetos ainda hoje, uma vez que votamos em primeiro turno na semana passada e amanhã não teremos sessão, a fim de que a matéria não seja prejudicada.

(As lideranças aquiescem.)
Com a concordância dos srs. líderes, esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para as 16h40.
Está encerrada a sessão.

ATA DA 008ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 16h40, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dieter Janssen - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Onofre Santo Agostini - Ozair Polaco - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

SUMÁRIO

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Registra a presença de Iburici Fernandes, da Feapesc.

Ordem do Dia

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discute a Moção n. 0027/2010, de sua autoria.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Discute a Moção n. 0029/2010, de autoria da bancada do PT.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Discute a Moção n. 0029/2010, de autoria da bancada do PT.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Discute a Moção n. 0029/2010, de autoria da bancada do PT.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Discute a Moção n. 0029/2010, de autoria da bancada do PT.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Discute a Moção n. 0029/2010, de autoria da bancada do PT.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute a Moção n. 0029/2010, de autoria da bancada do PT.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se à situação salarial dos servidores da Saúde; posiciona-se quanto à indicação de Lirio Parisotto para o Conselho de Administração da Celesc.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Acusa o governo do estado de inoperância da resolução dos problemas da Saúde; mostra preocupação com a possibilidade de privatização da Celesc.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Sugere que Autopista Litoral Sul coloque *guard rails* em toda a extensão da BR-101/norte.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Refere-se à volta ao Brasil do cabo Edilton Swarovski; lamenta ação policial em relação aos manifestantes da capital e feirantes de São Miguel d'Oeste; fala dos prazos para modificações nas MPVs que tratam do salário dos servidores estaduais.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra liberação de recursos para conservação da SC-486; parabeniza a vereadora Catarina Rosa pela posse.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Comenta a condenação de Aldo Hey Neto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Gostaria, com a permissão de v.exa., de fazer o registro da presença do sr. Iburici Fernandes, presidente da Federação das Associações dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Santa Catarina. É um prazer enorme **te-lo** conosco, ele que participou de um grande encontro lá no município de Concórdia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do dia. Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0047/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

As demais matérias, tendo em vista a apresentação de medidas provisórias, ficarão para a sessão da próxima terça-feira.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, os requerimentos e moções também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Foi assim encaminhado, mas se houver um pedido dos deputados para que sejam votados hoje, nós destacaremos os que forem necessários.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Eu gostaria de discutir uma moção, sr. presidente, de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Qual é a moção, deputada?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - É a Moção n. 0027/2010.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Moção n. 0027/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao secretário de Segurança Pública e ao Ministério Público Estadual, manifestando repúdio a agressão da qual foram vítimas ativistas do Movimento do Bem-Estar Animal, na cidade de Pomerode.

Em discussão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, para discutir, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sra. deputada Angela Albino, srs. parlamentares, público que nos acompanha pela TVAL e pessoas que nos acompanham aqui no plenário.

Essa moção, sr. presidente, é dirigida à secretaria de Segurança Pública e ao Ministério Público de Santa Catarina, no sentido de que tomem algumas providências.

Eu trago esse assunto à tribuna, porque nós ficamos estarecida com o que aconteceu, não somente como parlamentar, mas como mulher e cidadã. Verificamos, através da imprensa, a violência ocorrida no município de Pomerode, no último domingo, quando representantes de uma entidade de proteção aos animais, na sua maioria mulheres, que estavam pacificamente se manifestando contra a realização de um evento denominado Puxada de Cavalo foram covardemente agredidos. Assistimos estarecida, pelas imagens veiculadas pela televisão e pelos jornais, a uma barbárie inominável.

Além da agressão àquelas mulheres, o cinegrafista de uma emissora de TV perdeu o seu material, o seu equipamento de trabalho, foi agredido impiedosamente e também teve o seu equipamento totalmente destruído.

As cenas que foram mostradas pela TV e pelos jornais realmente causaram estranheza, foi um misto de insanidade com, acredito, selvageria. Nem no mundo animal há violência tão grande como a que alguns homens cometeram naquela tarde de domingo. E aqui não vou entrar na questão do evento, a Puxada de Cavalo.

Por isso, essa moção a ser enviada ao Ministério Público Estadual e também à secretaria de Segurança Pública é em repúdio à crueldade com que foram tratados os animais, e também os manifestantes da entidade de proteção aos animais.

Neste momento, quero tornar público o meu repúdio à violência praticada por alguns covardes, que desconhecem a linguagem do diálogo, que ignoram a democracia e que se utilizaram de pedras, sarrafos, ovos para agredir aqueles manifestantes. Alguns, inclusive, foram seriamente machucados, deputado Dirceu Dresch, como a sra. Bárbara, que na tarde de ontem passou por uma cirurgia do fêmur devido ao esfacelamento do osso da sua perna, como a sra. Patrícia, que teve traumatismo craniano e está sendo submetida à cirurgia.

Senhoras e senhores, vivemos num país democrático e as manifestações têm que ser respeitadas, mas aquelas mulheres e aqueles homens, num total de 14 pessoas, foram agredidos covardemente no último domingo, dia 18 de abril, no município de Pomerode.

Há ou não liberdade de expressão? Afinal de contas ela é constitucionalmente assegurada, e o que os protetores de animais faziam naquele domingo, dia 18 de abril, era justamente isto, usavam faixas expressando sua opinião contrária à realização de um evento que maltratava animais.

Por isso, é lamentável, sr. presidente, que, em Pomerode, onde vive um povo ordeiro, um povo trabalhador, uma minoria insignificante da população apresente esse comportamento agressivo e injustificável, desencadeando uma série de consequências de ordem legal.

Por isso, srs. deputados e sra. deputada, eu peço o voto favorável a essa moção dirigida à secretaria de Segurança Pública e ao Ministério Público de Santa Catarina, para que tomem as devidas providências contra esse tipo de agressão sofrida pelos manifestantes de entidades protetoras de animais.

Era isso o que tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, peço a inclusão na Ordem do Dia de hoje das Moções n.s 0028/2010 e 0029/2010, porque podem acabar perdendo o sentido se não forem discutidas agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - V.Exa. quer discutir?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Moção n. 0027/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada aos ministérios da Casa Civil e da Fazenda, ao presidente da Caixa Econômica Federal e ao superintendente da CEF no estado, apelando para que atendam à pauta de reivindicações da 6ª Jornada de Lutas da Agricultura Familiar.

Moção n. 0028/2010, de procedência da bancada do PT, a ser enviada ao governador do estado, manifestando contrariedade à indicação do sr. Lirio Parisotto, para integrar o Conselho de Administração da Celesc.

Em discussão.

Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, nós acompanhamos, ontem, uma importante mobilização dos agricultores e agricultoras familiares, no município de Chapecó, que acontece também no Paraná e no Rio Grande do Sul, pedindo uma audiência com a Caixa Econômica Federal, com o ministério da Fazenda e também com a Casa Civil.

Então, a Moção n. 002/20108 destina-se a reforçar o pedido dessa audiência, enquanto a Moção n. 0029/2010, sr. presidente, refere-se à nossa preocupação com a indicação, pelo governador Leonel Pavan, do empresário Lirio Parisotto para representar o estado no Conselho de Administração da Celesc.

Há pouco tempo esta Casa discutia sobre os rumores, sobre as notas da imprensa acerca da possível privatização da Celesc.

Chamamos nesta Casa lideranças da Celesc e fizemos uma audiência pública com os funcionários. Mesmo desta tribuna vários debates ocorreram com o líder do governo, deputado Elizeu Mattos, que, inclusive, comentou que os empresários olham muito para a questão do lucro e que os acionistas não podem ter as indicações feitas pelo estado. E agora, surpreendentemente, na semana passada, aparece na imprensa a indicação do empresário Lirio Parisotto para ocupar a vaga do estado no Conselho de Administração da empresa.

Na nossa avaliação, isso é inadmissível e essa foi a razão de a nossa bancada ter feito essa moção, para a qual pedimos o apoio de todas as bancadas, a fim de que o governo reveja essa posição, porque entendemos que é a mesma coisa do que colocar a raposa para cuidar do galinheiro. Não estamos entendendo o que está acontecendo. Justamente o estado colocar no Conselho de Administração da Celesc alguém que há poucos dias fez várias críticas ao próprio governo. Podemos até avaliar que a saída de Eduardo Pinho Moreira da presidência da Celesc deveu-se a disputas internas, e isso nos preocupa muito.

Por isso, deputado Décio Góes, deputada Angela Albino e demais deputados, estamos propondo essa moção endereçada ao governador Leonel Pavan, para que ele reveja essa posição. E também queremos saber quem de fato indicou o sr. Lirio Parisotto, porque há um empurra empurra na imprensa e ninguém quer ser o pai da criança. Então, este Parlamento quer saber quem de fato indicou o empresário Lirio Parisotto para ser representante do estado no Conselho de Administração da Celesc.

Esse é o nosso pedido, sr. presidente, srs. deputados, catarinenses e sindicalistas que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, pois a nossa bancada tem uma grande preocupação com o futuro da Celesc. Será que são apenas rumores? Ou será que tudo se encaminha para a privatização? Será que estão deixando as coisas em banho-maria até as eleições e isso só vai estourar no ano que vem?

Então, essa é a grande pergunta que fica no ar e nós precisamos esclarecer logo isso tudo! Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, também faço questão de discutir essa moção porque considero o assunto de fundamental importância para o estado de Santa Catarina, já que é uma questão estrutural. Não é possível que esta Casa não se manifeste no momento em que o governo do estado abre mão da sua cadeira no Conselho de Administração da Celesc, diminuindo a representação do povo catarinense na empresa, diminuindo a representação dos maiores interessados de que ela seja bem sucedida, de que ela cumpra a função para a qual foi criada, que é a de levar a energia necessária para o desenvolvimento a todos os cantos do estado, independentemente de lucro, porque sabemos que ao investir em energia no grande interior, mais cedo ou mais tarde a região desenvolver-se-á e emancipar-se-á economicamente, gerando oportunidades de trabalho e renda para seu povo.

Srs. deputados, se prevalecer o olhar da indústria privada, o olhar do lucro, na

Celesc, provavelmente diminuirão o fornecimento de energia para várias regiões e aumentarão para a região norte, onde, sabidamente, há maior demanda, o que fará com a empresa não cumpra a sua função de indutora do desenvolvimento equilibrado e harmônico por todo o estado.

Então, consideramos que o governador Leonel Pavan deve rever essa posição, essa sua indicação, assim como suspendeu a assembleia geral extraordinária que pretendia mudar o estatuto da Celesc, conforme solicitação unânime deste Parlamento.

Somos obrigados a fazer esse pedido, no sentido de rever essa sua indicação, porque não a consideramos legítima, pois não representa os interesses dos catarinenses. Eu considero, inclusive, contraditória a sua escolha, porque nas conferências populares o governo do estado disputa com a população as representações e não abre mão.

Eu fui à Conferência da Defesa Civil e a outras e vi a vergonha que o governo do estado fez para manter uma cadeira de um conselheiro que vai definir uma política pública, seja da defesa civil, da educação, da saúde ou da segurança pública. E em uma questão crucial dessa, que envolve bilhões e bilhões de reais, dá de bandeja para a iniciativa privada uma vaga de conselheiro.

É inadmissível que isso esteja acontecendo em Santa Catarina! Já não bastassem as medidas provisórias que desorganizaram todo o plano de carreira e de salários dos servidores de Santa Catarina, criando conflitos entre os funcionários, agora prejudica os interesses do povo catarinense numa estatal importante como a Celesc.

Então, queremos solicitar o apoio de todos os deputados, para que o governador reveja sua indicação e não faça esse absurdo com o estado de Santa Catarina!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Continua em discussão.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero cumprimentar a bancada do Partido dos Trabalhadores pela proposição que apresenta neste momento e dizer também que o governador Leonel Pavan dá uma demonstração de escolha não apenas porque está nomeando uma pessoa para um espaço que é governamental, um investidor minoritário, deputado Décio Góes, e talvez não seja nem essa a grande questão, mas é um investidor que tem reiteradamente atacado a Celesc e ajudado a pavimentar o caminho que a privatiza.

Portanto, o governador Leonel Pavan, quando indica Lirio Parisotto para membro do Conselho de Administração, na verdade está colocando diante do povo catarinense a possibilidade e o seu desejo, manifestando o seu apoio, em última instância, a esse projeto que já vem de longa data, ou seja, privatizar a Celesc.

Sabemos que ninguém dispõe de números exatos e, portanto, seria leviano dizer exatamente isso, mas sabemos o valor econômico, quanto seriam multiplicadas as ações do sr. Lirio Parisotto, caso privatizassem a Celesc: de um dia para outro seriam milhões, srs. deputados, e sabemos disso, todos na Casa conhecem isso.

Para nós, há que se ter um olhar muito rigoroso com isso. Parece-me, inclusive, que estamos apenas sofrendo o sintoma de um problema que já vem lá de trás, ou seja, vem do

momento em que o sr. Leonel Pavan se permitiu tomar posse no governo do estado mesmo estando sendo processado e pediu ao Ministério Público Estadual que abrisse um processo no âmbito do Tribunal de Justiça. Todavia, só o fez, obviamente, porque ao tomar posse antes da data de apreciação pelo TJSC do seu processo, evitou ser julgado, não permitiu que a Justiça catarinense sequer se manifestasse, até porque estava óbvia a configuração, no mínimo, de advocacia administrativa e quebra de sigilo funcional. Entre outros indícios, podemos discutir, no mínimo, essas duas transgressões que são inadmissíveis num gestor público dessa envergadura.

Assim, se já mostrou despreço não só pela Justiça, como pelo Judiciário, na hora em que se permitiu assumir o governo do estado naquelas condições, talvez estejamos vendo agora apenas um primeiro sintoma de uma doença que já se instalou lá atrás, que se configura na indicação não de qualquer investidor privado para o Conselho de Administração da Celesc, mas exatamente de um investidor privado que vem desgastando essa construção que é do povo catarinense, que é histórica do povo catarinense, que com muita dificuldade foi erguida e que sucessivas administrações fizeram toda a espécie de barbárie com esse patrimônio coletivo, com esse patrimônio que é do povo catarinense.

E se me permitem os parlamentares que são todos muito mais experientes do que eu, parece-me que a par de aprovar essa moção que a bancada do Partido dos Trabalhadores apresenta, a grande tarefa que nos está colocada é aprovar, antes do dia 30 de abril, que é para quando está agendada a próxima reunião do conselho - e que pode, inclusive, fazer a alteração do estatuto, e o Sindicato dos Eletricitários já chamou seus membros para uma paralisação, para este dia 30, e tenho certeza de que vários deputados desta Casa estarão lá -, proposta de emenda constitucional que hoje foi admitida na comissão de Constituição e Justiça, no sentido de que o voto que altera o estatuto social de representação do governo tem que passar antes por esta Casa para conferir legitimidade.

Portanto, sr. presidente e parlamentares desta Casa, que nós possamos todos nos empenhar, acima de bandeiras partidárias, para aprovar essa emenda constitucional antes do dia 30, antes da próxima reunião do Conselho de Administração da Celesc.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, para discutir.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quem não se orgulha da Celesc, da empresa de economia mista Celesc, que tem uma história muito bonita, que representa a ação do povo catarinense?!

Por isso, quando surgiram alguns rumores, a bancada do PMDB não perdeu tempo e fez um documento, assinado por todos os parlamentares, contra qualquer tipo de privatização. Então, a bancada do PMDB deixou claro nesta Casa que jamais passará aqui a privatização da Celesc.

Quero agradecer, porque respeitamos a equipe da Celesc, os seus servidores, os seus trabalhadores, que se dedicam de corpo e alma para a empresa, permitindo que ela alcance os resultados esperados pelo povo catarinense.

Eu quero registrar que trabalhei seis meses junto ao governo para viabilizar a instalação de uma empresa em Araranguá.

Foram seis meses de trabalho no governo Luiz Henrique e Leonel Pavan, o governo da descentralização, que realizou um trabalho que será inesquecível na história de Santa Catarina.

Conseguimos, em seis meses, implantar no município de Araranguá uma empresa chamada CPA. A CPA já está gerando mil empregos, R\$ 200 milhões de faturamento, mas ela só iria para lá se a Celesc assumisse o compromisso de aumentar ao fornecimento de energia em seis *megawatts*.

Trabalhei também durante um ano para que a Aliança, a maior fumageira do mundo, se instalasse em Araranguá. A empresa está investindo R\$ 100 milhões, sem um centavo de financiamento. Isso dá uma perspectiva para as terras mais fracas, arenosas e gerará emprego e renda para os municípios. E isso só foi possível porque a Celesc complementou aquilo que Araranguá precisava.

A cidade de Turvo, com todas as suas empresas, gasta de energia o mesmo que essas duas empresas gastarão em Araranguá. E o governo de Luiz Henrique e Leonel Pavan teve a visão, e a Celesc acompanhou essa visão, de fazer essa expansão. Hoje temos a segurança de poder gerar três mil empregos diretos, através da utilização daquelas terras arenosas, onde havia plantação de mandioca, de aipim, com o que o povo não sobrevivia. Hoje, entretanto, aquele povo tem a sua sobrevivência garantida, tem suas belas casas, seus carinhos, e os seus filhos estão nas universidades preparando-se para um futuro ainda melhor.

Por isso, quero aqui agradecer, sim, ao governador Luiz Henrique, ao governador Leonel Pavan e à Celesc, que cumpriu sua missão.

Repito, somos contra a privatização da empresa, isso jamais passará nesta Casa. Tenho 27 anos de vida pública e enquanto eu estiver nesta Casa a Celesc vai continuar sendo uma empresa de economia mista, que dá muito orgulho aos catarinenses.

Esse é o meu compromisso e quero deixar registrado nesta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Inicialmente, quero pedir permissão à bancada do Partido dos Trabalhadores para subscrever a Moção n. 0029/2010, que manifesta contrariedade à indicação do empresário Lirio Parisotto para integrar o Conselho de Administração da Celesc. Além disso, quero parabenizar a bancada do PT por essa iniciativa e dizer que a nossa posição, como a de todos os deputados que já se manifestaram nos últimos 30 dias, ou mesmo desde o ano passado, com relação a esse assunto, é a da não-permissão da sua privatização.

Essa Assembléia Legislativa, no final do mês de março, no dia 30 de março mais precisamente, na véspera da realização da assembléia para alteração do estatuto, já estava atuando no sentido de não permitir a sua realização, posto que estava clara a intenção da futura privatização. Deputados não só da base do governo, como fez agora o deputado Manoel Mota, e o deputado Marcos Vieira, do PSDB, na audiência pública realizada neste Parlamento, no final do mês de março, manifestaram, de forma clara e contundente, a

contrariedade à privatização da Celesc e à realização daquela assembleia.

Estava lendo na imprensa, da semana passada para cá, uma manifestação do deputado Marcos Vieira de que será o primeiro a subir no caminhão de som caso a Celesc esteja em risco, caso esteja ameaçada de ser privatizada. Quero dizer que será uma disputa grande para ver quem será o primeiro deputado a subir nesse caminhão de som porque todos aqui têm-se manifestado nesse sentido.

Ficamos feliz, evidentemente, em saber que o deputado Marcos Vieira, que é do PSDB, um partido de apoio ao ex-governador Luiz Henrique, tem essa posição, mas ela é contraditória à indicação de Lirio Parisotto para o Conselho de Administração da Celesc como representante do poder público, como representante do governo do estado, como representante do estado de Santa Catarina.

O sr. Lirio Parisotto tem o direito, porque a legislação brasileira permite, de participar desse conselho por ser o maior acionista privado. É uma questão que, do ponto de vista legal, é perfeita e não podemos contestá-la.

Não quero entrar aqui em questões morais, mas tenho certeza de que a Celesc não é galinheiro, é uma empresa pública que precisa ser fortalecida e precisa ter condições estruturais para atender cada vez melhor a população catarinense. Quanto à raposa, eu não sei, mas não vou entrar em questões morais, repito, porque a nossa posição é uma posição de classe.

Jamais concordaria, em hipótese alguma, com a presença do sr. Lirio Parisotto no Conselho de Administração da Celesc como indicado pelo poder público. O voto dele seria o nosso voto, o voto da sociedade catarinense! Isso é inadmissível para um empresário que anda dizendo aos quatro ventos que precisa privatizar, que precisa mudar a estrutura interna da Celesc justamente porque ela precisa render mais, dar mais lucro, render mais dividendos para os acionistas privados. Ele diz também que é necessário fazer isso porque os trabalhadores da Celesc produzem pouco. Ele tem afirmado isso, mas tenho contestado, porque sou irmão de um funcionário da Celesc, que tem mais de 20 anos de casa e que, com certeza, é um dos trabalhadores do estado de Santa Catarina que conheço que mais trabalham. Inclusive, quando já não tem mais nem direito de ganhar hora extra, quando já esgotaram todas as cotas possíveis, ainda sai de madrugada, no Natal, no feriado de Ano Novo, na Páscoa, para atender a população na região em que trabalha.

Então, colocar com o nosso voto, com o voto da sociedade catarinense, no Conselho de Administração um cidadão que pensa que a Celesc está ruim, inclusive porque os seus servidores trabalham pouco é inadmissível e inaceitável!

Nós queremos subscrever essa moção e pedir para o governador Leonel Pavan reavaliar esse caso e não fazer essa nomeação. Já que não vi, em momento algum, alguém assumir ser o padrinho do sr. Lirio Parisotto para essa vaga no Conselho de Administração em nome do poder público, quero aqui recorrer ao governador Leonel Pavan para que não faça essa indicação, que aceite a opinião dos deputados do seu partido, que é a opinião de 100% dos trabalhadores da Celesc, é a opinião de 100% deste Poder.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a anuência dos deputados Dirceu Dresch e Décio Góes, fica subscreita a moção pelo deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, também quero solicitar permissão dos deputados da bancada do PT para subscrever essa moção. Eu já manifestei, hoje, na comissão de Constituição e Justiça, a minha opinião, não a minha, individualmente, deputado Silvio Dreveck, mas a opinião da bancada progressista.

Talvez eu consiga compreender as razões de mais esse golpe que está sendo armado contra a nossa Celesc, contra a sociedade catarinense, que é a verdadeira dona desse patrimônio.

Foi a nossa bancada, deputada Angela Albino, v.exa. não estava aqui, e quero desejar-lhe bom retorno, que há alguns meses convidou o sr. Lirio Parisotto para aqui comparecer por ocasião da sua saída do Conselho de Administração da Celesc e de tudo aquilo que ele estava dizendo sobre a trágica e maléfica gestão do ex-presidente Eduardo Pinho Moreira.

Quando nós o convidamos para vir aqui, a bancada do governo perfilou, acho que mais de dez deputados compareceram, todos O atacaram com veemência, qualificando-o como inimigo da Celesc, inimigo de Santa Catarina. Todos disseram que o único propósito dele era o de falar mal, de desqualificar, de fazer com que a Celesc perdesse credibilidade, para levar adiante o seu desejo de vendê-la a baixo preço, certamente para alguns espertalhões ganharem em cima do patrimônio do povo catarinense.

E hoje, na comissão, quando eu levantei essa questão, alguns disseram (e questioneei aquele governo que falava tanto): mas agora não é mais aquele governo, agora é outro governo.

É uma cara de pau deslavada! Se nós não cuidarmos, daqui a pouco vão dizer que quem está querendo vender é a Oposição. São capazes de dizer isso! Ora, o atual governador não era membro daquele governo? Não era o vice? Não é o governo da continuidade? Não é do mesmo grupo que continua apoiando? E o nosso grupo não é o mesmo que continua na Oposição questionando? A nossa posição não mudou! A nossa posição continua a mesma! Aliás, a nossa posição, a posição do PP, é a mesma de 2000, deputados Silvio Dreveck, Décio Góes, Dirceu Dresch e Ana Paula Lima! Nós debatemos às claras com a bancada do PT, que era oposição ao nosso governo da época, quando foi criado o novo modelo de gestão para a Celesc, mas garantindo-a pública, que é isso que todos nós queremos e defendemos!

Agora, essa indicação tem interesses puramente comerciais e há gente se preparando para enriquecer em cima disso. Todos nós sabemos, a sociedade catarinense sabia, os celesquianos sabiam, que Luiz Henrique tinha a palavra empenhada com Lirio Parisotto de vender a Celesc. Isso foi dito e repetido várias vezes! O próprio Eduardo Pinho Moreira insinuou isto: que saía porque Luiz Henrique queria vender a Celesc. Que Luiz Henrique queria vender a Celesc todo mundo sabia, mas que essa intenção de venda continuaria no governo do Pavan ninguém sabia! Isso começa a aparecer agora.

Nós precisamos estar aqui, nesta Casa, na terça-feira - ainda bem que admitimos a emenda hoje -, e nenhum de nós pode faltar, todos têm que estar presentes, pois a votação será no painel, para vermos, na votação da PEC, quem verdadeiramente está comprometido com a defesa da Celesc pública e quem faz apenas o discurso pelo discurso. Ninguém engana o tempo todo. Está chegando a hora de mostrar a verdadeira face, porque

agora está começando a aparecer quem efetivamente quer vender o maior patrimônio dos catarinenses, construído com muito suor há mais de meio século.

Portanto, a nossa posição é a mesma, é coerente, é pela manutenção da Celesc pública, é contra essa privatização camuflada que certamente vai enriquecer alguns que comandam este estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Valeu, deputado Joares Ponticelli.

Não havendo mais quem as queira discutir, vamos colocar em votação as moções.

Em votação a Moção n. 0028/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em votação a Moção n. 0029/2010, de autoria da bancada do PT.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu gostaria de ter votado também um requerimento de minha autoria, mas acredito que não dá mais para retornar, pois v.exa. já adentrou ao horário de Explicação Pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deixaremos para a próxima sessão, deputada.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Obrigada, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero aqui novamente chamar a atenção para a situação que foi criada em Santa Catarina pelo ex-governador Luiz Henrique da Silveira e pelo governador Leonel Pavan, que é a polêmica dos reajustes salariais dos funcionários públicos, principalmente dos trabalhadores da Saúde.

Mais uma vez tivemos aqui um grande número de trabalhadores e certamente não será diferente na semana que vem. A mobilização dos trabalhadores está crescendo, deputado Joares Ponticelli, pois, infelizmente, o governo remeteu para esta Casa a injustiça que cometeu com os trabalhadores catarinenses, principalmente com as pessoas que atendem a nossa população na ponta.

Eu estive de manhã conversando com os funcionários da Saúde, v.exa. também acompanhou, e a situação dos hospitais da Grande Florianópolis é calamitosa, não somente quanto ao atendimento à população, mas quanto à situação dos estabelecimentos. E não é só a população da região que sofre, mas também a população do interior, que ainda está vindo para cá.

O ex-governador Luiz Henrique da Silveira havia prometido diminuir a "ambulancioterapia", mas pelo jeito ela aumentou, porque antigamente os pacientes vinham nos próprios carros ou em pequenas ambulâncias, mas agora estão vindo de microônibus ou de ônibus grandes do interior do estado para a capital.

Então, há uma preocupação bastante grande com a estrutura do Hospital Regional de

São José e com os hospitais da ilha, que estão estrangulados. Até recebemos informação de que as ambulâncias do Samu estão chegando e não estão mais retornando com a maca. É preciso deixar as macas nos corredores para as pessoas ficarem deitadas nelas. Essa é a situação da Saúde em nosso estado.

E junto com isso há agora a polêmica dos trabalhadores que não foram atendidos nas suas pretensões salariais e que estão ameaçando fazer greve. Se nós não conseguirmos resolver na semana que vem a situação desses funcionários, com certeza a situação ficará mais grave ainda.

E quem paga a conta? O povo catarinense, o funcionalismo público e os trabalhadores catarinenses estão pagando essa conta por passarmos aqui sete ou oito anos sem lhes darmos um reajuste de salário adequado, pois não há uma política salarial que trate com isonomia todo o funcionalismo público.

Se não havia condições de dar esse aumento a todos os trabalhadores, não deveria ter sido dado esse aumento apenas para um grupo, deixando os outros de fora, deputado Sargento Amauri Soares. E os próprios trabalhadores estão num conflito interno, porque tendo a mesma profissão estão recebendo salários diferentes simplesmente porque trabalham em espaços físicos distintos.

Preocupa-nos muito a situação da saúde pública no estado, preocupa-me muito a situação dos trabalhadores catarinenses. Mas a nossa bancada não vai medir esforços para, na semana que vem, aprovar aqui as emendas aditivas que possam corrigir essa distorção, essa injustiça que se cometeu.

(Palmas das galerias)

Quero voltar a um tema que é uma preocupação da nossa bancada e deste deputado, que é o fortalecimento do estado brasileiro, do serviço público e das nossas estatais. Por isso assinamos a PEC que dá nova redação ao art. 13 da Constituição do Estado de Santa Catarina, determinando que qualquer mudança estatutária de empresas públicas depende desta Casa. E mais: para a privatização de empresas é necessária a realização de plebiscito, pois a sociedade catarinense tem que ser ouvida.

E aí eu volto a fatos que ocorreram em nosso estado, como é o caso da alteração da composição acionária da SCGAS, que na avaliação do Ministério Público e do Tribunal de Contas de Santa Catarina causou um grande prejuízo, de 1994 para cá. Com a mudança na composição acionária, houve a distribuição de lucro aos acionistas dessa empresa que era do estado. Segundo avaliação, o valor é algo em torno de R\$ 39 milhões. Era um dinheiro do nosso estado e com essa mudança acionária foi redistribuído para as empresas. Esse dinheiro poderia ter sido investido em políticas públicas para a sociedade catarinense.

Então, precisamos resolver isso e firmar regras, através dessa emenda constitucional, para que isso não aconteça mais. Além disso, queremos que esses fatos sejam apurados e punidos os responsáveis pelo que aconteceu na SCGAS.

Está marcada para o dia 29 de abril uma nova distribuição dos lucros da empresa, mas queremos que ela seja suspensa, porque é preciso resolver primeiro essa questão jurídica da composição acionária da SCGAS.

Também temos uma preocupação, que levantamos aqui, que é o nosso repúdio à indicação do empresário Lirio Parisotto. Não que tenhamos questionamentos ao empresário, mas por tudo o que ele fala, ele fez muitas críticas na imprensa, inclusive nesta Casa, à Celesc. Nós concordamos que haja

problemas, mas entendemos que o estado não deveria indicar um acionista da empresa para ser o representante de Santa Catarina. Estranhamos muito isso. Será que o estado não tem outras pessoas capacitadas para indicar, ao invés de indicar um dos acionistas que é considerado um dos grandes críticos da empresa? Justamente o que mais criticava foi agora indicado pelo próprio estado.

Deputado Sílvio Dreveck, o próprio líder do governo, deputado Elizeu Matos, questionava, na época, na imprensa catarinense e nesta Casa, o ex-conselheiro, a sua opinião sobre a possível privatização da empresa: "Acredito que o senhor seja a favor da privatização porque como acionista seus lucros irão triplicar. Acho que o senhor está agindo em causa própria, mas o nosso interesse é que a empresa continue pública. A Celesc é de todos os catarinenses". Assim falou o deputado Elizeu Matos.

Então, entendemos que esta Casa, inclusive os deputados da base do governo, deve ajudar-nos a pressionar o próprio governador para rever essa indicação do empresário Lirio Parisotto, porque o caminho da privatização está muito próximo. Essa, inclusive, é a razão de queremos que a assembleia prevista para o final do mês seja suspensa ou não aconteça.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sílvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, em primeiro lugar, queremos registrar a nossa participação, através do Parlasul, no encontro realizado na província de Tucumán, na vizinha Argentina. Acompanhamos-nos nesse encontro os deputados Lício Mauro da Silveira e Nilson Gonçalves, e queremos agradecer a recepção e o tratamento que tivemos naquela província, que contou com a participação de mais quatro províncias.

Na oportunidade, assinamos um acordo para a criação da Assembleia Interparlamentar, formada pelas províncias do noroeste da Argentina e pelo Parlasul. A partir de agora serão indicados três deputados de cada estado, ou seja, dos estados do sul do Brasil, incluindo o Mato Grosso do Sul, e das quatro províncias do noroeste da Argentina, para priorizarem as ações da Assembleia Interparlamentar Noroeste - NOA - com o Parlasul.

Há vários problemas a resolver, até porque o Mercosul não concretizou as ações que os países e a população da América do Sul queriam, inclusive as relações de trabalho entre os países. E cito o exemplo dos motoristas brasileiros que vão da Argentina até o Chile e têm sérios problemas; cito o caso dos proprietários argentinos que têm os seus empreendimentos aqui no Brasil, em especial em Santa Catarina, e que, quando retornam ao seu país de origem e depois pretendem voltar novamente ao Brasil, têm tido sérios problemas para retornar. Precisamos também fortalecer as relações comerciais, culturais e turísticas.

Estamos tratando de grandes projetos ferroviários que pretendem integrar o Mercosul e o Conesul. Se forem concretizados, farão a integração do Mato Grosso do Sul, passando pelo Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Argentina, indo até o Pacífico, no Chile. E aí se criaria o Corredor Bioceânico, integrando o oceano Atlântico e o oceano Pacífico. A posição de Santa Catarina nesse projeto é relevante porque temos cinco portos que podem receber mercadorias e também fazer essa ligação com o Pacífico, no Chile.

Nos próximos seis meses será marcado outro encontro para, então, definirmos ações através do Parlasul e das províncias no noroeste da Argentina.

Dito isso, sras. deputadas e srs. deputados, quero dizer que não sei o que está acontecendo nos últimos tempos aqui na Assembleia, deputado Dieter Janssen, porque deputados da base do governo, principalmente do PMDB, têm feito manifestações praticamente de oposição, em função do que está acontecendo na Celesc. Inclusive, como disseram aqui os deputados Joares Ponticelli e Dirceu Dresch, há poucos dias desqualificaram o empresário Lirio Parisotto na audiência pública realizada nesta Casa; agora estão dizendo que não apoiam, mas, ao mesmo tempo, estão defendendo o governo. E o governador que renunciou há poucos dias foi exatamente quem conduziu todo esse processo que está culminando na atual situação.

Ainda no dia de ontem, fiquei estarecido, deputado Dieter Janssen, quando vi integrante do governo, que foi vice-governador, que foi governador, que hoje está aposentado e que foi também presidente da Celesc, falar, no horário partidário, em uma proposta para solucionar o problema da Saúde em Santa Catarina.

Sr. presidente, para quem esteve no governo por mais de sete anos, para quem falou, discursou, prometeu uma solução para a Saúde, para quem falou em descentralização, deslitoralização, para quem prometeu acabar com a "ambulancioterapia", o governo fez muito pouco. A verdade é que a Saúde em Santa Catarina em vez de melhorar, piorou, até porque os números provam isso, tanto os números de atendimento, de soluções, quanto os números referentes aos investimentos.

E mais uma vez, sr. presidente e srs. deputados, a prova disso está no relatório do Tribunal de Contas do Estado. Reduziram investimentos, reduziram recursos, não resolveram nem sequer amenizaram os problemas da Saúde em sete anos e quatro meses de administração.

E agora, porque a eleição está-se aproximando, deputado Serafim Venzon, o PMDB resolveu dizer que tem a solução. Eu não estou entendendo. Em sete anos não conseguiram resolver. Luiz Henrique renunciou ao governo há poucos dias e não resolveu, mas agora eles vêm dizer que solucionarão os problemas da Saúde.

O povo catarinense está acompanhando atentamente os problemas que estamos vivendo na Saúde. A "ambulancioterapia" não diminuiu, pelo contrário, aumentou. Prova disso é que no dia de ontem, quando eu descia a serra Dona Francisca, na SC-301, em direção a Joinville, estrada que, por sinal, nunca esteve tão ruim, deputado Dieter Janssen, na qual a mata tomou conta das placas de sinalização e das calhas, impedindo a drenagem, encontrei nada mais nada menos do que três ambulâncias transportando pacientes da região do planalto norte para Joinville e Florianópolis. Isso não é solução na Saúde.

Então, quem esteve por sete anos e quase quatro meses no governo e não deu uma solução para os problemas da Saúde, porque a prova está aqui neste documento, não vai ser agora, com discurso, que vai resolvê-los. Tem que ter alguém que tome iniciativas e resolva na prática.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, o jornal *A Notícia* de hoje estampa a fotografia de três moças bonitas que faleceram neste domingo, na BR-101, na parte duplicada.

Eu chamo a atenção que depois que foi duplicada a BR-101 diminuíram muito os acidentes com mortes. Mas onde acontecem os acidentes? Onde há a possibilidade de o carro atravessar de uma pista para a de sentido contrário, onde não existe *guard rail* no meio fazendo a separação das pistas. Exatamente naquela região lá de Piçarras não existia *guard rail*.

Eu estou fazendo uma indicação à Autopista Litoral Sul para que não deixe nenhum segmento na BR-101/norte, a não ser os trevos, sem *guard rail*, para não acontecer de um carro, um caminhão ou uma caminhonete atravessar a pista em sentido contrário, como ocorreu nesse acidente, causando a morte de três pessoas. Tenho certeza de que se existisse *guard rail* o acidente não teria ocorrido!

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia e pela Rádio Alesc Digital, quero, inicialmente, parabenizar o deputado Reno Caramori. E peço que o deputado Sílvio Dreveck, líder do PP nesta Assembleia, estenda esse cumprimento ao deputado Reno Caramori porque ele articulou e trabalhou junto ao ministério das Relações Exteriores para o retorno ao Brasil, no dia de ontem, do cabo da Marinha do Brasil, Edilton Swarovski, que é natural de Caçador e foi um dos marinheiros que participaram da rebelião em 31 de março e 1º de abril de 1964, contra o golpe militar que ocorreu no país. Ele foi preso, torturado, exilado e estava até agora residindo no México, dentre milhares de companheiros praças das Forças Armadas, da Marinha do Brasil, da Aeronáutica, do Exército, e das Polícias Militares que se posicionaram contra o golpe de 64.

O deputado Reno Caramori já trouxe o assunto à tribuna, e ontem, pelo que acompanhamos pela imprensa, o deputado estava lá, juntamente com os familiares, para receber o cabo Edilton Swarovski que, depois de mais de 50 anos, regressou ao nosso país para viver com a sua mãe, que ainda está viva e mora em Santa Catarina.

Gostaria de fazer também outro registro que me chegou há alguns minutos. Os servidores da Saúde e os trabalhadores rurais sem terra, juntamente com os atingidos por barragens e tantos outros lutadores populares, estiveram neste Poder Legislativo, manifestaram-se desta tribuna e foram aplaudidos na tarde de hoje. Depois saíram em manifestação, evidentemente que pacífica, como pacíficos estiveram aqui dentro deste Poder, para ir manifestar-se diante da Tractebel a sua posição com relação à construção da Usina de Belo Monte. Regressando, estão aqui na praça Trancredo Neves. E quero lamentar que, mesmo havendo esse clima nesses três dias de atividades desse movimento - desde a cidade de Itajaí não houve nenhum incidente, nenhuma manifestação que merecesse ressalva de qualquer autoridade ou de qualquer órgão de imprensa -, um helicóptero da Polícia Militar está circulando em cima dos manifestantes, dificultando, inclusive, os encaminhamentos que estão sendo feitos na assembleia.

Eu sou policial militar, sei o quanto custa cada hora de voo de um helicóptero e sei o quanto esse helicóptero seria necessário e

importante em muitos outros lugares do estado de Santa Catarina neste momento. Por isso considero absurdo o fato de ele estar - e como policial militar, eu me sinto na obrigação moral de dizer isso - perseguindo e atrapalhando a realização de um movimento pacífico de setores importantes da sociedade catarinense. São trabalhadores da Saúde, que andam aqui aos milhares por causa dessa política salarial torta que está em debate na Assembleia Legislativa, assim como agricultores, camponeses, assentados e acampados que estão há três dias fazendo manifestações no estado de Santa Catarina sem nenhum incidente, sem nenhum episódio de enfrentamento, sem nenhum episódio que possa provocar a necessidade de uma ação mais presente, mais enérgica, por parte das autoridades do estado, especialmente da Polícia Militar.

Portanto, com todo o respeito ao novo comandante da Polícia Militar, eu gostaria de falar desse assunto e dizer que isso é um absurdo! Porque há muito bandido para ser perseguido no estado de Santa Catarina, há muito mais gente dilapidando o patrimônio público no estado de Santa Catarina neste momento, e nenhum deles está na praça aqui em frente. Assim, dá de economizar o combustível do helicóptero para ações de combate à criminalidade e parar de fazer esse assédio, essa pressão sobre gente honesta que só está reivindicando o seu direito. Falo isso como policial militar, porque essa situação me constrange.

Recebi e-mail de policiais militares lá de São Miguel d'Oeste sentindo-se constrangidos por terem, na semana passada, sido chamados e escalados para impedir a realização da feira dos pequenos agricultores de São Miguel d'Oeste, no centro da cidade.

O procurador-geral de Justiça, dr. Gercino Gerson Gomes Neto, falou aqui, na tarde de hoje, sobre esse assunto, mas é um assunto que merece bastante reflexão, inclusive porque, no entendimento e na cultura do povo interiorano de Santa Catarina, da minha cidade, no alto vale do Itajaí, ou de todas as cidades do extremo oeste catarinense, o alimento saudável é justamente aquele que vem na hora lá da lavoura. Esse é o produto saudável! Muito diferente do produto industrializado, dos *fast foods* que dão para a sociedade comer nas grandes cidades do país, o alimento do nosso interior, da nossa pequena agricultura, é saudável! E os policiais de lá manifestaram, inclusive, a sua tristeza de serem chamados para reprimir aquele movimento dos feirantes, dos pequenos agricultores. E justamente porque a maioria deles são filhos de agricultores e adoram sair da cidade para ir justamente para o interior, para a casa dos pais e dos familiares, porque entendem que lá vão alimentar-se melhor com o leite, com a nata, com o queijo, com o mel.

Esse é mais um exemplo de coisas sobre as quais nós e as instituições do estado precisamos refletir, inclusive o Ministério Público, porque uma coisa é a cultura da cidade de Florianópolis, da cidade de São Paulo ou da cidade de Porto Alegre, e outra coisa é a cultura de Barra Bonita, de Imbuia, de Pouso Redondo, inclusive a cultura de produção e de alimentação das pessoas de lá. Aquelas pessoas não querem comer no McDonald's! Elas preferem comer na sua cozinha o produto que elas próprias elaboraram! E, lamentavelmente, a nossa profissão nos coloca, às vezes, nessa situação de nos sentirmos constrangidos de receber uma determinação que nós próprios consideramos absurda, como é o caso desse helicóptero circulando em cima dos servidores da Saúde e dos trabalhadores assentados e acampados na praça aqui na frente. Isso é desnecessário! Há muitas outras coisas que devem ser feitas para

combater a criminalidade e melhorar a sociedade catarinense.

Esse é um apelo que faço às autoridades da Segurança do governo do estado e da Polícia Militar, para que não precisemos, inclusive, passar por esse constrangimento.

Mas volto, para encerrar, a falar sobre a questão dos salários dos servidores estaduais. O presidente da Casa, deputado Gelson Merísio, pediu para a Procuradoria da Assembleia um parecer quanto à data possível para edição de medida provisória ou quanto ao prazo para apresentação de emendas. E a Procuradoria da Alesc respondeu que, para revisão geral, acima da inflação deste ano, o prazo é de seis meses, o que corresponde ao dia 6 de abril.

No entanto, com relação ao readequamento, no caso de reagrupamento, no caso de reestruturação de carreira e de vantagens salariais, o prazo fatal dar-se-á no dia 3 de julho, três meses antes da eleição. Portanto, até o dia 3 de julho, segundo os procuradores da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Marcelo Augusto Costa Richard, Neroci da Silva Raupp e Ptolomeu Bittencourt Júnior, todas essas medidas provisórias são de readequação salarial. Onde se conclui que elas podem ser emendadas e, inclusive, retiradas e reenviadas para esta Casa até o dia 3 de julho.

Está aí, então, mais uma possibilidade de o governo do estado retirar aquelas seis medidas provisórias polêmicas, inclusive a MPV n. 0169, que comete uma injustiça com os militares estaduais, contra os praças. Pode também reencaminhá-las a esta Assembleia, fazendo justiça, acabando com essa confusão generalizada que está havendo neste Poder, por conta desse desastre que tem sido a política salarial de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Quero agradecer ao governo de Santa Catarina que libera nesta semana R\$ 150 mil para conservação da SC-486, que vai de Botuverá a Vidal Ramos, uma obra que vai ser feita através da prefeitura. Cumprimento o prefeito, os vereadores, desejando que o município faça bom proveito dos referidos recursos.

Em segundo lugar, quero cumprimentar a sra. Catarina Rosa, que toma assume hoje, às 18h, uma cadeira na Câmara Municipal de Botuverá, pois sei que, juntamente com os demais vereadores, haverá de fazer um belo trabalho pela sua cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Estão feitos os registros, deputado Serafim Venzon.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, meu líder, deputado Silvío Dreveck, meu companheiro, deputado Dieter Janssen, Santa Catarina, depois de quatro anos de espera, finalmente recebeu hoje a notícia da condenação do ex-brasão direito do governador Luiz Henrique da Silveira, Aldo Hey Neto, que era o grande comandante do Complexo e figura principal da famosa Operação Dilúvio, quando foi encontrada no seu apartamento a quantia, em espécie, de R\$ 2 milhões, entre reais, euros, dólares e outras moedas.

Esse episódio virou o centro das atenções na campanha, principalmente pela operação abafa liderada pelo então governador de plantão, o hoje bem aposentado Eduardo Pinho Moreira. Comenta-se que na época o impacto foi tão grande que sua excelência, o então candidato à reeleição, teria pensado seriamente em renunciar à candidatura. E outros dizem que foi dali que surgiu a poderosa e misteriosa força de Eduardo Pinho Moreira, que puxou a responsabilidade para si, preservou o patrão, até porque o patrão lhe havia dado uma aposentadoria vitalícia de R\$ 29 mil por mês, por apenas nove meses de mandato. É claro que esse foi o pagamento que Eduardo Pinho Moreira recebeu para preservar Luiz Henrique.

Durante esse tempo todo, deputado Silvío Dreveck, a nossa bancada cobrou insistentemente a apuração e a punição severa dos envolvidos naquele escândalo que maculou a imagem de Santa Catarina. E causou-nos surpresa, e foi motivo de contestação na nossa reunião/almoço hoje, deputado líder, a manifestação feita pelo competente, querido amigo, jornalista Moacir Pereira, que traz numa parte da sua coluna a seguinte informação:

(Passa a ler.)

"Se a parceria PP, PDT sair podem ganhar o PMDB e Luiz Henrique. Pelo menos o PP perderia a condição de crítico do governo, porque passaria a ter como candidato a vice o padrinho político de Aldo Hey Neto. Sua prisão, transformada em saco de pancada dos progressistas em 2006, ficaria como prato para o PT. A conferir qual o tratamento que os partidos darão à condenação de Aldo Hey Neto durante a campanha." [sic]

Meu líder e meu companheiro, deputado Silvío Dreveck, deputado Dieter Janssen, tive a oportunidade de dizer isso pessoalmente ao jornalista Moacir Pereira. O nosso discurso, a nossa coerência e a nossa posição ninguém vai usurpar e deles não abriremos mão em nenhuma hipótese. A nossa posição ao longo desses sete anos e quatro meses desse desastroso governo é única. Nós somos, desde a origem, desde o início, os principais opositores desse governo. Nós fundamos a Oposição a este governo, não nos curvamos em nenhum momento e não nos acovardamos em questionar, em promover dezenas de ações nas mais diversas esferas - Ministério Público, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça -, denunciando-o para a imprensa.

Nós propusemos aqui implantar, e foi constituída, uma comissão parlamentar de inquérito para apurar aquele grande escândalo. Só que a bancada do governo se encarregou - deputado Dieter Jansen, v.exa. não estava aqui - de matá-la em menos de 12 horas após a sua constituição, sob os protestos da nossa bancada e de diversos outros deputados da Oposição.

Em nenhum momento o governo deu resposta para esta Casa e para a sociedade catarinense. Especialmente o governante de plantão, Eduardo Pinho Moreira, e o seu patrão Luiz Henrique, em nenhum momento responderam o questionamento ou deixaram esta Casa levar adiante as investigações para obter a resposta a uma simples pergunta: de onde vieram e para onde iriam os quase R\$ 2 milhões em espécie encontrados no apartamento do principal assessor do governador, 30 dias antes da eleição? Ninguém respondeu!

Por isso, deputado Silvío Dreveck, não vamos aceitar, em hipótese alguma, qualquer insinuação de que o nosso partido, a nossa bancada mudará uma vírgula no discurso, na prática e na ação que aqui implementou durante todo esse tempo. Pagamos uma conta alta por isso, não só a

nossa bancada, mas o próprio ex-governador Esperidião Amin, que chegou a ser constringido, deputado Dieter Janssen, na Universidade Federal de Santa Catarina, onde é professor, quando, no dia 7 de outubro de 2010, um oficial de justiça adentrou à sala de aula para entregar-lhe uma intimação de uma queixa-crime promovida pelo governador Luiz Henrique e pelo seu compadre Max Bornholdt, questionando afirmações que teria feito durante a campanha.

E é verdade. Durante a campanha, em 2006, Esperidião Amin, assim como nós, em alguns momentos, reproduziu o que consta do teor do acórdão do Tribunal Regional Federal. Diz parte do acórdão:

(Passa a ler.)

"A influência junto a agentes públicos e políticos decorre da notícia do pagamento de US\$ 100 mil ao Compex pela MX Trading, negociados com Aldo, mas, observando Lucchesi, que o valor seria destinado ao alto escalão do governo do estado de Santa Catarina."

Quem disse isso à Justiça foi Lucchesi. Ele disse que os US\$ 100 mil que a sua empresa, a MX Trading, repassou seriam destinados a membros do alto escalão do governo de Santa Catarina. Quem é o alto

escalão do governo, deputado Dieter Janssen, se não o secretário e o seu chefe, o próprio governador?

Esse questionamento foi feito. Nós o fizemos aqui diversas vezes, e o ex-governador Esperidião Amin foi abordado dentro da sala de aula, no dia 7 de outubro de 2007, por um oficial de justiça, intimando-o em função da queixa-crime que o ex-governador lhe fizera. E por incrível que pareça - é muita coincidência -, no dia de ontem, 19 de abril, mais uma vez Esperidião Amin foi procurado na UFSC, desta feita o oficial de justiça foi mais educado, digamos assim, do que o anterior, e não adentrou à sala de aula. Bateu à porta e chamou-o para que viesse receber a citação dos Autos n. 2306376272, também de autoria daqueles que se sentiram acusados.

Portanto, a nossa posição é única. Não nos escondemos das verdades nas quais acreditamos e estamos felizes com a condenação de Aldo Hey Neto, sim, e de outros tantos. Mas ainda nos devem a resposta, ainda fica a pergunta no ar: de onde vieram e para onde iriam os R\$ 2 milhões em espécie encontrados na casa do assessor direto de Luiz Henrique da Silveira e protegido por Eduardo Pinho Moreira, um mês antes da eleição?

Eu espero, deputado Sílvio Dreveck, que a condenação não fique só com Aldo Hey Neto e os outros comparsas. Eu espero que alcancem os patrões da época, Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Pinho Moreira, que foram os que os protegeram.

Agora, querer misturar isso com o nosso diálogo franco, honesto e decente com um partido também de bem, como o PDT, não podemos concordar. Graças a Deus estamos conversando bem e esperamos ter o PDT junto conosco no projeto de mudança que Santa Catarina espera.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Não havendo mais inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, queremos desejar a todos um bom feriado e antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra, ordinária, para terça-feira, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 007ª SESSÃO ESPECIAL

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2009 PELO

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

SUMÁRIO

PROCURADOR-GERAL GERCINO GERSON GOMES NETO - Procede ao relatório das ações do MPE de 2009.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Cumprimenta o procurador-geral pela apresentação.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Elogia a atuação do MPE.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Ressalta o sucesso da parceria da Alesc com o MPE no combate ao *bullying*.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Enfatiza a importância do MPE no combate às drogas.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Externa sua preocupação com a criminalização dos movimentos sociais.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Elogia o trabalho do MPE sob o comando do atual procurador-geral de Justiça.

DEPUTADA ANGELA ALBINO (pela ordem) - Lamenta atitude do governador Leonel Pavan; pede empenho na aplicação da Lei Maria da Penha.

DEPUTADO DADO CHEREM (pela ordem) - Pede empenho do MPE para implementação de campanha contra a obesidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial, convocada para o cumprimento do disposto no art. 101 da Constituição do Estado, a fim de ouvirmos o sr. procurador-geral de Justiça de Santa Catarina acerca das atividades do Ministério Público Estadual no ano de 2009.

Convido os srs. deputados Onofre Santo Agostini e Jailson Lima para conduzirem à mesa o excelentíssimo sr. Gercino Gerson Gomes Neto, procurador-geral de Justiça, e também o excelentíssimo sr. Paulo Ricardo da Silva, corregedor-geral do Ministério Público.

Concedo a palavra ao sr. procurador-geral de Justiça de Santa Catarina, dr. Gercino Gerson Gomes Neto, ao tempo em que lhe dou as boas-vindas a esta Casa, como faz regularmente todos os anos, cumprindo preceito constitucional. É com prazer que esta Casa o recebe, bem como ao corregedor-geral, para ouvi-los falar sobre as ações do Ministério Público de Santa Catarina.

O SR. PROCURADOR-GERAL GERCINO GERSON GOMES NETO - Excelentíssimo senhor deputado Gelson Merísio, digníssimo presidente da Assembleia Legislativa;

Excelentíssimo senhor Paulo Ricardo da Silva, corregedor-geral do Ministério Público; Senhoras deputadas, senhores deputados, é uma satisfação, em nome do Ministério Público, estar aqui, nesta tarde, para cumprir comando constitucional e apresentar o relatório anual das atividades do Ministério Público de 2009.

Pretendo fazer uma exposição utilizando o painel para facilitar a transmissão das informações a v.exas.

(Procede-se à apresentação no painel.)

O Ministério Público é uma função essencial à Justiça. Por determinação constitucional, cabe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais

indisponíveis, segundo o art. 127 da Constituição Federal.

Com relação aos recursos humanos, o Ministério Público, no ano de 2009, aumentou em 5,99% o seu quadro de membros. Há 24 novos promotores de Justiça, o que resultou no incremento de 334 para 354. Com a aposentadoria e o falecimento de membros, numericamente há quatro a menos do que seria o correto.

Em relação ao quadro de servidores, houve um incremento na ordem de 11,70% em razão da nomeação de alguns servidores concursados. Falaremos mais adiante sobre isso.

Em relação aos nossos recursos orçamentários e financeiros, a participação na receita líquida disponível do estado é da ordem 3,1% e no ano de 2009 os recursos financeiros da Fonte 100 foram de R\$ 254.970.636,00. Há uma previsão de incremento para este ano de 10%, o que elevaria a receita em R\$ 25 milhões de reais.

A distribuição de recursos por grupo de despesa: pessoal é a grande fatia de recursos, 88,63%; manutenção, 11,30%, e investimentos, 0,06%. Aqui é importante esclarecer que os investimentos para melhoria do Ministério Público são feitos através dos recursos oriundos do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Ministério Público, que representa 20% do Fundo Previdenciário, aprovado originalmente em dezembro de 2002 por esta augusta Assembleia Legislativa. A previsão para este ano é de 1,83% a menos, ou seja, R\$ 16.952.180,00.

Nós administramos ainda o Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados, que teve um incremento de R\$ 1.747.920,00 para R\$ 4.959.208,00. Esses recursos são originários de ajustamentos de conduta, multas aplicadas em ações civis públicas.

Já os investimentos são principalmente na contratação de perícias e projetos vinculados à área de recuperação do patrimônio histórico, paisagístico e ambiental.

Dentro dos recursos utilizados pelo fundo, seria importante destacar duas iniciativas muito importantes. Na área da agricultura, celebramos um convênio da ordem de R\$ 1,33 milhão num programa de qualificação e geração de renda para agricultores familiares. São 400 agricultores familiares em dez municípios do planalto serrano: Alfredo Wagner, Bocaina do Sul, Bom Retiro, Correia Pinto, Lages, Otacilio Costa, Paineira, Palmeira, Ponte Alta e São José do Cerrito.

Na verdade, esses recursos oriundos do fundo justamente criado a partir das multas aplicadas, das transações penais e também dos termos de ajustamento de conduta, estão sendo novamente aplicados na recuperação ambiental na pequena propriedade e 400 agricultores familiares fazem parte dessa ideia.

Outro projeto interessante a destacar é o Gestão Socioambiental. É um projeto experimental, iniciado para a preservação de áreas de preservação permanente ocupadas em zonas urbanas. A experiência piloto está ocorrendo na cidade de Urussanga, um projeto da ordem de R\$ 30 mil.

Para o Fundo Especial dos Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público os recursos são pequenos, mas a maior parte deles é utilizada para o aperfeiçoamento de membros e servidores e sai da Fonte 100 do Ministério Público.

Com relação ao patrimônio, o incremento, especialmente no que diz respeito à modernização, vem do Fundo de Reaparelhamento. Com a ampliação da frota de veículos o dispêndio foi da ordem de 20% e significou que mais Promotorias de Justiça do interior do estado têm recebido veículos para facilitar a atuação das assistentes sociais, dos oficiais de diligência e do pessoal de informática.

No que diz respeito ao maquinário e equipamento de informática, ampliamos em 10%, o parque saltou de 13.700 equipamentos para 15 mil, e aí temos mobília, utensílios, livros e *softwares*. Houve um incremento da ordem de 48% na instituição.

Quanto às principais atividades realizadas pela Procuradoria-Geral no ano de 2009, podemos destacar, em primeiro lugar, a repressão e a prevenção à criminalidade, a instalação da Coordenadoria Regional de Investigações Criminais na cidade de Joinville. Essa coordenadoria é um processo que iniciamos no ano passado e neste ano vai haver ampliação. Havia uma Coordenadoria de Investigações Especiais para o estado inteiro, e a partir do ano passado todo o planalto norte passou a contar com uma coordenadoria específica. E o que tem de especial essa coordenadoria? Ela é a grande inovação no combate aos crimes de maior, vamos dizer assim, repercussão social. Os crimes organizados, a grande sonegação fiscal, a corrupção de agentes públicos através do jogo, e assim por diante. Essa macrocriminalidade está sendo enfrentada de uma forma decisiva pelo Ministério Público brasileiro, não só catarinense. E a primeira operação que essa coordenadoria realizou em Joinville resultou na prisão de empresários que sonegavam, inclusive, em transações interestaduais.

Houve também uma grande operação a partir da base de Joinville, que foi muito interessante e envolveu o Ministério Público de

cinco estados da federação. A partir de furtos de caixas eletrônicos naquela cidade - não vou detalhar a investigação, porque não é conveniente -, partiu-se para a investigação de inteligência.

A operação do Ministério Público dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo, com seus parceiros locais, a Polícia e a Receita, resultou no desmonte de uma quadrilha especializada em furto de caixas eletrônicos, assaltos a joalherias e tráfico de drogas e armas.

Foi uma prisão que envolveu, naquele momento, nove líderes em vários estados da federação, num trabalho que só é possível de ser realizado hoje, tanto no estado de Santa Catarina quanto no Brasil a fora, em razão da integração dos grupos estaduais de combate às organizações criminosas.

Mas voltando a Santa Catarina, citarei algumas das operações que realizamos no ano passado. O combate à pirataria em Jaraguá do Sul, Araranguá, Chapecó, Curitiba, São Cristóvão do Sul, Ponte Alta do Norte, Frei Rogério e Lages, envolveu as Receitas estaduais e federais, as Polícias Civil e Militar e, em alguns casos, a Polícia Federal. O combate aos jogos de azar e à corrupção policial foram duas grandes operações que resultaram na prisão não só dos criminosos que exploram o jogo, como também, infelizmente, de policiais envolvidos na corrupção a partir do jogo. Essas operações ocorreram em Brusque, Tijucas, Itapema, Canelinha, São João Batista, Florianópolis e Balneário Camboriú.

Quanto ao combate ao tráfico de drogas, fizemos uma grande operação em Chapecó. No combate à sonegação fiscal fizemos uma operação chamada *By Pass*, que só foi possível em razão do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, um grupo que pertence ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, do qual sou presidente.

Esse grupo articulado em operações em seis estados da federação, juntamente com parceiros locais - Receita e Polícias Civil e Militar -, resultou no desmonte de uma quadrilha que atuava a partir de Ribeirão Preto, mas cujo crime foi descoberto em Caçador, Santa Catarina. Tratava-se da falsificação de máquinas emissoras de cupom fiscal. Um *software* era utilizado para sonegação. Você recebia o seu cupom fiscal por uma compra, por exemplo, de R\$ 100,00, e lá, no sistema que depois ia para a Receita Federal, marcava R\$ 20,00 - estou citando números hipotéticos. Essa operação resultou no desmonte dessa quadrilha, que era tão organizada que até prestava assistência técnica aos *softwares* que vendia. Isso só foi possível graças a essa grande operação.

A operação chamada Nota Referente - ATZO, que envolveu um grande atacadista de Chapecó, resultou numa atuação que envolveu 412 supermercados em Santa Catarina, 190 no Rio Grande do Sul e 50 no Paraná. Estima-se uma sonegação fiscal na ordem de R\$ 50 milhões.

Esse foi um trabalho realizado pelo Ministério Público, pelo grupo de inteligência da Fiscalização mais a Polícia Civil e a Polícia Militar. E para que as sras. deputadas e os srs. deputados tenham noção da amplitude, a partir daquela operação houve um incremento na ordem de R\$ 1 milhão/mês na arrecadação do ramo atacadista.

Isso já havia acontecido em 2007, quando fizemos a Operação Tributo Lá na fronteira extrema do estado catarinense, que envolvia a entrada ilegal de carne bovina sem recolhimento de nota fiscal, pondo em risco a situação do estado com relação à sanidade animal livre da febre aftosa, como existe. Nós corremos até certo risco naquele período. Aquela operação foi muito grande e envolveu, inclusive, a prisão de agentes públicos. A partir daquela operação houve um

recolhimento a mais no ICMS no setor de carnes da ordem de R\$ 500 mil/mês, significando que aquelas operações, além da ação concreta com aquele sonegador atuado, têm um efeito altamente pedagógico.

Este é um dos objetivos da nossa administração desde 2007, um dos grandes objetivos do Ministério Público de Santa Catarina, nesta administração, é o combate à sonegação fiscal, o combate à macrocriminalidade.

No que diz respeito ao Tribunal de Juri, demos suporte através do nosso núcleo aos mutirões que ocorreram. Foram 28 sessões na capital, duas em Ituporanga e quatro em Correia Pinto, quando deslocamos promotores de Justiça para dar suporte aos promotores locais.

Em relação aos crimes de menor potencial ofensivo, renovamos o convênio com a Polícia Rodoviária Federal, que permite a lavratura dos TACs dos crimes praticados nas rodovias federais e a sua remessa direta ao Ministério Público. Essa é uma experiência de sucesso, pois facilita a investigação e a resolução do assunto para as pessoas envolvidas no acidente, porque a Polícia Rodoviária Federal lava o termo circunstanciado. E deu tão certo que, hoje, o Tribunal de Contas da União recomenda aos outros estados da federação que façam o mesmo. Essa é uma parceria anterior à minha gestão, que frutificou e que renovamos recentemente.

No que diz respeito ao controle externo da atividade policial, sabem bem v.exas. que compete ao Ministério Público, por força de comando constitucional, o controle externo da atividade policial. Infelizmente, isso ainda é pouco aceito pelas próprias Polícias, mas é um fato. O Conselho Nacional de Procuradores Gerais editou uma cartilha e no ano passado modificamos o ato discriminando, mais detalhadamente a questão do controle externo, sobre qual a atuação do Ministério Público, o que tem dado resultado significativo.

Sobre a prevenção e a repressão à sonegação, avançando no que eu vinha dizendo anteriormente, as ações penais ajuizadas foram na ordem de 1.099 pelas Promotorias de Justiça. São sete Promotorias Regionais da Ordem Tributária, envolvendo um valor sonegado da ordem de R\$ 207 milhões. Ocorreu um aumento significativo no que diz respeito ao volume denunciado, de R\$ 140 milhões no ano anterior, para R\$ 202 milhões em 2009.

Também realizamos, e isso ocorreu em dez estados da federação, o Dia Nacional de Combate à Sonegação Fiscal, do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, do qual, repito, sou o presidente. Montamos uma estratégia, em 2009, em que foram realizadas algumas operações para recuperar R\$ 4 bilhões sonegados em dez estados da federação.

Esse ano nós faremos novamente esse dia nacional e envolveremos os 26 estados mais o Distrito Federal nessa operação. Dezenas de promotores e centenas de fiscais da Fazenda de todos esses estados se envolverão nessa atuação.

No que diz respeito à prevenção e repressão contra os crimes contra a administração pública, foi instaurado inquérito civil para verificar irregularidades possíveis na contratação de terceirizados, tanto nos municípios quanto no estado de Santa Catarina.

O nosso Grupo Especial de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral, que trata dos crimes praticados com foro privilegiado, no ano passado instaurou 169 procedimentos, sendo dois na área civil, mais propriamente na área própria de improbidade administrativa, arquivou 132 dessas denúncias instauradas e ajuizou 15 ações penais no Tribunal de Justiça contra autoridades com foro privilegiado.

A campanha "O que você tem a ver com a corrupção?", que, como sabem bem v.exas. é apoiada por este Parlamento, hoje está no cenário nacional. Todos os Ministérios Públicos apoiam a campanha, há inúmeros parceiros em todos os estados da federação e a também a Controladoria Geral da União é nossa parceira. Temos procurado parceria com times de futebol e quem teve a oportunidade de assistir ao clássico carioca neste final de semana pôde perceber que no painel do Maracanã passou a vinheta da campanha "O que você tem a ver com a corrupção?"

No que diz respeito à proteção ambiental, ao saneamento básico, propusemos um ajustamento de conduta ao governo do estado. Aliamo-nos ao governador, com a intervenção da secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, bem como com a Casan, objetivando melhorar os índices de saneamento básico no estado de Santa Catarina.

Com relação ao Parque da Serra do Tabuleiro, ajuizamos uma Adin que tramita no Tribunal de Justiça.

No que se refere ao Código Ambiental, representamos por inconstitucionalidade ação que tramita no Supremo Tribunal Federal e estaremos agora, a partir do final do ano, implantando a estratégia das Promotorias Regionais do Meio Ambiente por Região Hidrográfica. São dez regiões hidrográficas definidas por lei no estado de Santa Catarina, instalaremos no final do ano a de Lages e agora, nos próximos meses, vamos acelerar o processo de instalação das Promotorias Regionais de Blumenau, atendendo ao médio vale e à foz do Itajaí, de Rio do Sul, atendendo ao alto vale, assim como instalaremos a de Criciúma brevemente, para atender ao sul do estado.

Qual o resultado das Promotorias Regionais Ambientais? Elas possibilitarão um trabalho em conjunto com os municípios das regiões. Foi o que ocorreu recentemente na região da Amures, em Lages, onde, dos 18 municípios, 17 ajustaram conduta com o Ministério Público na questão do saneamento, fazendo com que todos se envolvessem nesse projeto ao mesmo tempo.

Nós sabemos que não adianta fazer um trabalho de despoluição de um rio, por exemplo, no meio do rio, enquanto na nascente nada é feito. Então, a instalação de Promotorias Regionais Ambientais por Bacia Hidrográfica é uma das prioridades também da nossa gestão, pois a questão ambiental se fortalece com a criação dessas promotorias regionais.

No que diz respeito à aproximação com a sociedade, a produção do segundo *VideO Seu Direito*, contou com a parceria da Assembleia Legislativa, que tem vinculado na grade de programação da TVAL o vídeo do Ministério Público, o que facilita a aproximação com a sociedade.

Fizemos o mesmo com a secretaria do estado da Educação, para a divulgação no âmbito das suas unidades, sendo que esses vídeos passaram a integrar a grade extracurricular daquelas unidades. Além disso, o vídeo também tem sido veiculado nas emissoras legislativas de Florianópolis e São José e no Canal Universitário, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Implantamos o segundo vídeo do Ministério Público defendendo a sociedade no *YouTube*. Esse vídeo, no ano passado, teve uma visita diária de 20 pessoas, totalizando 9.975 acessos.

Lançamos também o *Guia do Ministério Público de Santa Catarina - Um manual para a Imprensa e a Sociedade*. O lançamento teve a participação da imprensa e este ano será objeto, evidentemente, do relatório para o ano que vem.

Estamos envolvendo a mídia fazendo oficinas em 12 regiões para aproximar o jornalista da linguagem técnica do Ministério Público. Temos termos técnicos que muitas vezes não são compreendidos. Por exemplo: a imprensa diz que o promotor ofereceu parecer na ação penal, quando, na verdade, ele ofereceu uma denúncia; ou ainda, o jornalista afirma que o promotor decretou a prisão de alguém, quando quem decreta a prisão é o juiz.

Criamos uma página do MPSC no *twitter*; temos mais de 300 seguidores que acompanham em tempo real as notícias que são divulgadas pelo *site* do Ministério Público. Foram criados oito novos *blogs* de Promotorias de Justiça, sempre de responsabilidade das próprias promotorias que os criam. E no *site* há *links* para aquela promotoria. Este ano foram criados os *blogs* de Braço do Norte e de Maravilha. E é interessante destacar que os promotores do oeste resolveram criar o *blog* da Promotoria do Oeste, que abrange 36 comarcas. É um número expressivo, além de Joinville, Biguaçu, Araranguá, Içara e Garopaba.

Podemos destacar a criação da Coordenadoria de Informações e Pesquisas, que engloba uma grande área do Ministério Público, área de inteligência, contra-inteligência e segurança institucional, área de investigações especiais, e da Coordenadoria de Assessoramento Técnico.

Nessas áreas temos um banco de dados enorme. São vários bancos de dados disponíveis a partir de convênios com as Polícias e órgãos de estado, para análise e interpretação de imagens de satélite para os promotores de Justiça, o que é muito importante na questão ambiental, relatórios técnicos, pesquisas, laudos, estudos, vitórias e assim por diante.

Para essa área de atuação, que é um suporte à atuação das atividades/fim do Ministério Público e das Promotorias de Justiça especialmente, concursamos e nomeamos analistas de geoprocessamento, biólogos, geólogos, engenheiros sanitaristas, arquitetos e engenheiros agrônomos, além de auditores para análise contábil. Todos eles agora integram os quadros do Ministério Público, especificamente dando suporte aos promotores e promotoras de Justiça, como também aos procuradores, quando necessário, mas na maioria das vezes o atendimento é destinado aos promotores de Justiça.

Criamos o MP-Residência, programa de estágio para pós-graduados, que deverá ter início agora em maio. E isso ocorreu graças à parceria com esta augusta Assembleia Legislativa, que se sensibilizou com o nosso projeto de lei, cujo relator foi o deputado Joares Ponticelli na comissão de Constituição e Justiça. Foi o primeiro projeto de lei aprovado no Brasil que trata de pós-graduação para o Ministério Público. Dois outros Ministérios Públicos já avançaram também, mas não através de projeto de lei, e o nosso modelo tem servido de subsídio para outros estados.

Criamos o Portal Transparência. É importante que se diga que hoje é uma exigência do Conselho Nacional do Ministério Público, mas já era um compromisso da nossa campanha em 2009, quando nos reelegemos. Esse portal foi criado a partir desse compromisso que nós tínhamos com os próprios promotores e com a sociedade para levar-lhe informações. A maioria das informações já estava disponível no *site* do Ministério Público, só que era de difícil localização. Hoje você clica nesse portal e a partir dali tem acesso a todas as informações contábeis, financeiras do Ministério Público com a transparência necessária que todos nós

temos que ter com a administração do dinheiro público.

Instituímos a Polícia de Segurança Institucional e o Plano de Segurança Institucional, destinado a membros, servidores e instalações do Ministério Público.

Sabemos, sr. presidente, que somos vulneráveis. Nossas instituições precisam ser melhor aparelhadas no que diz respeito à proteção, à segurança. E não falo propriamente da segurança física, mas também da segurança de dados e de instalações. E isso fez com que criássemos essa política e o plano.

Criamos seis promotorias de Justiça, claro, através de projeto de lei aprovado por esta augusta Casa e instalamos 12 outras que foram criadas também no ano passado e algumas no ano anterior.

Reestruturamos alguns Centros de Apoio Operacional, visando à otimização de suas funções, com a extinção do Centro de Apoio Operacional Cível Eleitoral e a redistribuição de suas atribuições aos Centros de Apoio da Moralidade e da Infância e da Juventude.

Tivemos o primeiro ano de experiência do Diário Oficial Eletrônico do MP, também aprovado por lei desta Casa, com sucesso extraordinário, pois houve agilização, diminuição de papelada e diminuição de recursos, de gasto de dinheiro. Em que pese o dinheiro ir para um órgão público, que era o Diário Oficial do Estado, era um dinheiro que poderia ser canalizado para outra área de investimento. O nosso diário eletrônico está 24 horas por dia disponível para qualquer um que quiser ter acesso à rede mundial de computadores.

Instituímos o programa Biblioteca do Gabinete. O que significa isso? A Procuradoria adquiria livros para os procuradores de Justiça e passou a adquirir também para os promotores de Justiça. Oitenta e seis por cento dos membros participaram do pedido desses livros, o que aumenta consideravelmente a capacidade técnica do órgão de execução.

Elaboramos recomendações, em conjunto com a Corregedoria do Ministério Público, na agilização dos processos da infância e juventude e feitos criminais que tenham crianças e adolescentes como vítimas, além da realização de inspeções em entidades de acolhimento e institucionalização.

Renovamos a frota do Ministério Público. Houve uma grande renovação, pois 29 veículos foram adquiridos, 20 deles encaminhados para o interior do estado, para atendimento às promotorias de Justiça, especialmente para as maiores comarcas, que servem como polo irradiador para as outras comarcas.

Fizemos a ampliação do parque tecnológico em 250 estações de trabalho, especialmente para o interior do estado. Iniciamos a implantação do nosso Sistema de Informação e Gestão. Esse sistema foi adquirido em 2006, começou em 2007 e agora estamos implantando-o. Isso vai permitir o quê? O petição eletrônico, a integração total com o Poder Judiciário, uma maior agilização e a economia de recursos para a sociedade.

Prorrogamos o Plano Geral de Atuação. Ele é anual, mas a partir de uma consulta ao nosso Conselho de Políticas e Prioridades Institucionais resolvemos mudar. O seu presidente, dr. Paulo César Ramos de Oliveira, se encontra aqui e eu saúdo, a dra. Gladys Afonso, nossa subprocuradora para Assuntos Jurídicos e os coordenadores aqui estão presentes, assim como os servidores, a quem esqueci de fazer uma saudação no início e por isso peço desculpas - optaram por um Plano Geral de Atuação Bianaual, o que vai facilitar, e muito, a gestão, porque as ações sempre passam daquele exercício fiscal,

dificultando a burocracia de realizarmos um novo plano geral de atuação, quando já há um em curso.

Este ano o objetivo é lançarmos as bases do planejamento estratégico para os próximos dez anos e vamos contratar uma empresa que nos dê suporte para isso, a fim de que os próximos procuradores-gerais já recebam esse planejamento pronto e, é evidente, imprimam o seu ritmo à sua gestão e alterem aquilo que julgarem conveniente. A base, contudo, já estará estabelecida, o que facilitará o trabalho.

Essa foi uma deficiência que encontrei, até porque os nossos mandatos são curtos, dois anos renováveis, mas nem sempre é renovável e você tem que repetir procedimentos. Esta é a idéia, ou seja, que nos próximos dez anos tenhamos, então, um Ministério Público mais forte e mais atuante.

Com relação à ampliação do quadro, já fiz menção antes. Foram 24 novos promotores e 76 servidores, esses notadamente na área específica e também para assessorar os promotores no interior, na área administrativa.

Estamos desenvolvendo um plano de eficiência administrativa visando aumentar a eficiência da instituição internamente, especialmente no que diz respeito à implantação na gestão de processos. Estamos reestruturando a nossa gerência de Manutenção, o que vai facilitar a agilização de atendimento às promotorias e procuradorias, com economia de custos.

Intensificamos atividades de auditoria interna, com destaque para os processos de licitação, dispensa de licitação e assim por diante, com acompanhamento de gastos de pessoal e relatórios de gestão fiscal.

Prestamos apoio ao Congresso Nacional do Ministério Público, que foi realizado em Florianópolis, em novembro. V.Exas. foram convidados e foi um evento que reuniu mais de três mil promotores e promotoras de Justiça do Brasil inteiro. Foi um evento muito forte e muito importante para o Ministério Público brasileiro.

No que diz respeito a reajustes salariais, reajustamos os subsídios após a aprovação de projeto de lei nesta augusta Casa, em tempo recorde, diga-se de passagem. O único que aprovou subsídio e que remeteu projeto de lei foi o Ministério Público de Santa Catarina. Foram 5% para aquele ano, dois e pouco para este ano e a reposição do piso salarial dos servidores na ordem de 8,3%, valores superiores à inflação do período. Fizemos uma revisão do plano de cargos e salários também com o apoio desta ilustre Casa.

Nas atividades do Colégio de Procuradores, órgão máximo da instituição, diria que é o nosso poder legislativo interno, a ampliação foi de 14,28% passando de 14 para 16 sessões.

No Conselho Superior do Ministério Público, que é o órgão que revisa os ajustamentos de conduta, os arquivamentos de inquéritos civis feitos pelo primeiro grau e pelo procurador-geral quando órgão de execução, tivemos um aumento da ordem de 15%, ou seja, de 2.177 para 2.501 procedimentos apreciados.

Quanto aos editais de concurso para movimentação na carreira, inclusive em razão dos cargos criados aqui em 2007 e 2008 e implantados em 2009, houve uma grande movimentação no Ministério Público, tanto horizontal quanto verticalmente, ou seja, promoções com remoções. É claro que nem todos os editais foram preenchidos, porque muitas comarcas abrem para remoção, o promotor não tem interesse e o edital é substituído por um edital de promoção; ou então, quando cessa a sequência de remoções, há uma promoção. Isso se deveu à

criação de cargos em 2006, que nós implementamos em 2007, e os criados em 2007, que implementamos em 2008. Ressalte-se que criamos com o apoio desta Assembleia para fazer frente à crescente estrutura do Poder Judiciário.

E aqui eu quero fazer um parêntese e dizer a v.exas. da minha preocupação no que diz respeito a essa questão. O Ministério Público, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, pode gastar apenas 2% da receita corrente líquida, enquanto o Poder Judiciário pode gastar 6%. Quando o legislador federal criou a Lei de Responsabilidade Fiscal, disse que o Ministério Público só precisaria ter 2% do tamanho do Judiciário. Isso é um grande equívoco e esse problema enfrentamos Brasil afora. Santa Catarina ainda não, em razão da situação privilegiada que detemos, porque a nossa receita é muito boa. Mas nos Ministérios Públicos dos estados do norte e do nordeste, que são estados mais pobres, a situação é muito difícil. Há estados nos quais temos 1/3 dos cargos vagos, não estou nem falando de ampliação de cargos, porque não se consegue preencher por concurso, já que não há recursos em razão do índice de 2%. Às vezes você até tem dinheiro em caixa, mas não pode gastar mais do que 2% em salários. E isso tem causado um sério problema ao Ministério Público brasileiro, problema esse que precisará ser enfrentado no Congresso Nacional.

Alguns dos senhores são candidatos a deputado federal, e ano que vem acho que essa discussão tem que entrar na pauta, ou seja, a elevação desse percentual. Não se está pedindo mais recursos dentro do duodécimo! O que se está querendo é a elevação, lá em Brasília, na Lei de Responsabilidade Fiscal, para, pelo menos, 2,5%, senão vai inviabilizar a atuação do Ministério Público brasileiro.

Não há uma grande preocupação ainda e permito-me dizer a razão: simplesmente porque os ganhos do Ministério Público da União nunca vão chegar, nem em sonho, perto dos 2%. Sabemos qual é o tamanho da arrecadação do Executivo federal. Então, isso nunca vai acontecer, como também não vai acontecer com o Ministério Público de São Paulo, que é estado mais rico da federação, que tem 50% do movimento econômico do país. Enquanto o Ministério Público Federal e o Ministério Público de São Paulo não tiverem problemas, sabemos que a República não anda. E nós, estados pequenos, temos que nos unir e passar a nos preocupar com isso, porque eles não vão-se mexer. Para tanto contamos, evidentemente, com o apoio de v.exas.

Quanto às atividades da Corregedoria-Geral, vou falar bem *en passant*. Visitas de inspeção nas promotorias, foram 64, houve um decréscimo; processos administrativos instaurados contra membros, mais quatro em 2009. Já no número de correições, que são inspeções mais rigorosas, houve um salto, de duas para 44, demonstrando o acerto do Colégio de Procuradores quando eleger e agora reeleger o dr. Paulo Ricardo da Silva, aqui presente, um jovem procurador de Justiça, corregedor-geral, pois ele imprimiu um novo ritmo ao órgão, o que é extremamente salutar tanto para os promotores e promotoras de Justiça quanto para a própria sociedade catarinense.

Quanto às atividades das Procuradorias, os procuradores de Justiça receberam 2% de processos a menos em 2009 e emitiram 4% a menos de pareceres. Agora, há um detalhe: nas Procuradorias Criminais já houve um incremento da ordem de quase 10%, justamente em razão da criação de mais

Câmaras Criminais no Tribunal de Justiça. Houve, então, um aumento dos julgamentos, um aumento da remessa de processos para a Procuradoria Criminal.

Isso resultou, sr. presidente, na apresentação daquele projeto de lei aprovado por esta Casa este ano, que aumentou em mais dez o número de procuradores de Justiça, sendo que os quatro primeiros a serem instalados serão procuradores criminais, inclusive para fazer frente à demanda existente e a que se avizinha. Houve, conseqüentemente, um aumento dos pareceres, ao passo que no cível houve uma redução.

Nas Coordenadorias de Recursos também houve redução do número de processos distribuídos em razão de um menor número de recursos apresentados pelas partes. O Ministério Público, para sustentar as suas teses, recorreu um pouco menos, provavelmente porque as nossas teses têm sido mais aceitas pelo Tribunal de Justiça. E essa é uma vitória, uma consagração dessa Coordenadoria de Recursos, que já tem mais de dez anos, foi incrementada na gestão passada e ampliada na nossa gestão, o que possibilita a sustentação, no Supremo Tribunal Federal e no STJ, das teses do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Na Ouvidoria temos um dado muito interessante. Tivemos um incremento da ordem de 25% no número de procura na nossa Ouvidoria. Foram 700 atendimentos a mais: 63,19% de denúncias, 26,79% de pedidos de informação, 6,05% de críticas ou reclamações, 1,50% de sugestões e comentários, 0,67% e outros 1,79%.

E vou citar os reclamantes: servidores públicos, profissionais liberais, estudantes, fontes anônimas, empresários, aposentados, imprensa, parlamentares, entidades civis ou sindicais e outros.

É importante destacar que apenas 15% dos 3.456 contatos com a Ouvidoria tiveram como destinatário o Ministério Público. Todas as demais eram relacionadas a órgãos municipais, estaduais, pessoas jurídicas privadas, pessoas físicas, órgãos federais e outros que não foram especificados. E dentro desse universo, 0,17% eram referentes à Procuradoria-Geral, 0,03% à Corregedoria, 0,09% às Procuradorias e 4% às Promotorias de Justiça. Então, num universo de 3.456 reclamações, 4% apenas atingiram as Promotorias, 6% a própria Ouvidoria, 1,71% a nossa Comissão de Concurso, 1,50% os Centros de Apoio e 1,07% outros órgãos da instituição. Esse é um dado que nos deixa confortáveis e, por outro lado, satisfeitos com a própria implantação da Ouvidoria, que tem crescido substancialmente nos seus atendimentos.

No que diz respeito às atividades das Promotorias Criminais houve um crescimento relacionado, penso eu, à nossa prioridade no combate aos crimes contra a vida - e mencionei isso nas duas vezes em que estive aqui anteriormente. Houve um acréscimo de 20% nas sessões de julgamento pelos tribunais do júri, nos quais os promotores têm tido uma boa atuação, com aumento nas condenações da ordem de 15,86%.

Sabemos que o tribunal do júri é ainda, sem dúvida nenhuma, uma das vitrines do Ministério Público e que as condenações têm reflexos diretos na questão da criminalidade. Houve um incremento no número de denúncias oferecidas da ordem de 1,46%; nas denúncias por crimes contra a ordem tributária houve um aumento de 15%, e aí está demonstrada a nossa prioridade e o acerto da estratégia da regionalização das Promotorias da Ordem Tributária.

O valor sonogado foi de R\$ 112 milhões em 2008 e R\$ 207 milhões em 2009. Esse é o valor sonogado denunciado. Isso

significa dizer que o valor sonogado é muitas vezes maior, porque há pessoas que sonogam e não conseguimos apurar; outras vezes, o processo ainda está numa fase administrativa, ainda não chegou ao Ministério Público.

Denúncias oferecidas no Meio Ambiente: 1.544. O quadro permaneceu estável. Nos crimes contra o consumidor houve uma redução de 18%. Nos crimes contra os idosos, de 52% foi para 44%, havendo, então, uma diminuição. Quero crer e espero que não seja por um número menor de denúncias, mas porque a sociedade está-se conscientizando de que tem que cuidar melhor dos seus idosos. É essa a minha esperança, mas não afirmo isso com certeza.

Nas denúncias-crime oferecidas por ações penais na área da moralidade administrativa houve um aumento significativo: 107. Isso é extremamente preocupante e triste.

Quanto às transações penais que evitam o processo, sendo que o objetivo dos juizados especiais criminais, é a redução da criminalidade: 16.400, mantendo-se estável.

Houve uma redução de cidadãos atendidos nos gabinetes, o que é um fenômeno interessante. Parte dessa redução eu reputo à informatização e também ao acesso à Ouvidoria. Isso facilita a vida do cidadão, pois ele não precisa mais se deslocar à Promotoria, mas esse dado não é seguro e precisamos averiguar efetivamente o que ocorreu.

Os inquéritos civis aumentaram em todas as áreas. Houve um crescimento de 26% no número de instaurações. Em contrapartida, em ações civis houve um decréscimo da ordem de 14%. Na área de meio ambiente houve uma redução de 22%, ao passo que na área do consumidor manteve-se estável. Na área de moralidade houve um incremento da ordem de 9,96%, lembrando que o número de denúncias criminais também subiu. Houve uma diminuição nas ações de direitos dos idosos, como também nas ações de pessoas com deficiência e acesso à saúde, sendo que parte delas hoje tramita na Justiça Federal, porque a competência para a concessão de medicamentos se deslocou para esse órgão.

Na área de fundações houve o ajuizamento de três ações, contra duas em 2008. No que se refere às ações diretas de inconstitucionalidade, ajuizamos 43 em 2008 e 65 em 2009, o que representa um incremento de 50%; já as ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas por promotores, ou seja, que dizem respeito a leis municipais, houve mais ou menos uma redução de cinco casos, ou seja, 15% de redução.

As representações ao Procurador-Geral da República saltaram de duas para cinco. Nos ajustamentos de conduta ocorreu uma redução de 12%. Na área de idosos, 46%; na área do deficiente, 25% a menos; na área da moralidade houve uma redução, provavelmente ligada ao aumento do número de ações. No meio ambiente houve um aumento de 7% e na do consumidor, de 16%; na de saúde, como já me referi, os ajustamentos também caíram de 11% para 8%; na de fundações, de 1% para 3%. Na área de infância houve uma redução de 20% nas ações ajuizadas. O número de medidas de proteção ajuizadas em defesa da criança e do adolescente foi 495, mantendo-se estável. Nos crimes contra a criança houve uma redução do número de ajustamentos de conduta. Aí é evidente que a redução é porque há uma subnotificação. Crianças e adolescentes, como também idosos, mas especialmente as crianças, são muito vulneráveis à agressão e sabemos que a maioria das agressões não é levada às autoridades. Estima-se entre 10% e 30% o número que chega ao conhecimento das

autoridades. Consequentemente, se formos aplicar um dado otimista, teremos que ter três vezes e meia mais ações penais, mas não temos em razão da subnotificação.

As notícias de atos infracionais se mantiveram estáveis, mas houve um aumento de representações, significando atos infracionais mais graves, que são os atos infracionais por tráfico de drogas. Sabemos que o tráfico está avassalando a nossa juventude e inexistem programas em número suficiente para atender a grande demanda dos usuários que acabam envolvendo-se, em grande parte, na pequena traficância, aumentando, consequentemente, o número de crimes violentos, notadamente pelo uso do crack, que é a droga que mais tem devastado a nossa juventude.

A drogadição, srs. deputados, é algo sobre o qual temos que nos debruçar, e muito, porque essa guerra nós estamos perdendo. A sociedade catarinense e a sociedade brasileira estão perdendo a guerra para as drogas. A droga está avassalando a nossa juventude e precisamos encontrar soluções, unir esforços para o enfrentamento dessa situação. Não basta o enfrentamento na esfera criminal, que é sempre engurar gelo, temos que tratar da prevenção, melhorar o atendimento.

Sabemos que o programa mais eficiente e único, eu diria, no estado é o desenvolvido pela Polícia Militar, o Proerd. Trata-se de um programa extraordinário desenvolvido pela nossa Polícia Militar. Não temos mais nada, mas precisamos fazer alguma coisa. Os poderes deste estado têm que sentar, deixar as vaidades institucionais de lado, todos nós, e com humildade encontrar a solução, porque a situação é muito grave. E isso se reflete em tudo, no atendimento à saúde, na má qualidade da escola, no aumento da criminalidade violenta, na desagregação familiar e assim por diante.

Quanto aos atos infracionais, houve um aumento de representações por homicídios, especialmente. Nos Centros de Apoio Operacional, na área da moralidade administrativa há parcerias com o Tribunal de Contas para o curso de preparação para novos promotores e a incorporação por esse centro da área eleitoral. A parceria para a capacitação dos agentes públicos foi renovada - nós temos feito isso anualmente - e há parcerias para a realização de palestras dirigidas a agentes públicos, o que é fundamental.

O Programa de Combate ao Nepotismo, que foi uma adaptação à Súmula Vinculante n. 13, permitiu, sem sombra de dúvida, um avanço considerável. Hoje, no estado de Santa Catarina, tenho certeza de que os casos de nepotismo estão muito reduzidos e esperamos que sejam erradicados.

Na área criminal, temos combatido os jogos de azar, através do Programa de Combate à Exploração de Jogos de Azar. Somos radicalmente contra a liberação dos jogos no país, contra a legalização dos bingos, que são grandes lavanderias de dinheiro e que só fortaleceriam as grandes organizações criminosas. Por isso, não podemos permitir que seja aprovado o projeto nesse sentido que tramita, hoje, na Câmara Federal.

Para meu espanto, o projeto do qual se pediu a retirada de pauta foi o de autoria do deputado de São Paulo que pede a proibição do jogo, enquanto o que favorece a liberação está tramitando em regime de urgência, assinado pelos líderes de todos os partidos, o que é extremamente preocupante.

No combate à narcotraficância, temos dado suporte técnico aos promotores. Essa é uma das prioridades do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas.

Designamos três promotores para acompanharem as investigações.

Nos casos de tortura no Presídio de Segurança Máxima São Pedro de Alcântara, foram oferecidas 13 ações penais; temos já condenação, em primeiro grau, na capital, em São Miguel d'Oeste e em Xanxerê. Tortura é um dos crimes mais bárbaros que pode existir. Comparo a tortura ao crime de estupro, pois são crimes bárbaros, covardes, praticados contra, normalmente, vítimas que não têm força para resistir às agressões.

No que diz respeito ao sistema prisional, há atuação em 15 ações civis públicas para resolver problemas em vários presídios. Dessas ações, duas já foram julgadas procedentes, duas improcedentes, 11 estão tramitando e sete estão em grau de recurso.

No que diz respeito à Lei da Maria da Penha, temos participado, através dos nossos coordenadores, de debates nacionais dentro do Ministério Público para o fortalecimento da estratégia de atuação.

Na ordem tributária já fiz referência à pirataria, à Nota Referente e ao *By Pass*. Naquele dia da operação nacional, só em Santa Catarina ajuizamos, simbolicamente, 160 ações para causar um impacto forte. Foram 687 notificações fiscais expedidas àquelas promotorias especializadas.

Na pirataria desenvolvemos um CD para dar suporte à atuação dos promotores de Justiça. Criamos uma campanha contra o *bullying* no ano passado, que contou com a parceria da Escola do Legislativo. Este ano ela está sendo fortalecida, pois é uma campanha importante. Esse assunto, entretanto, ficará para o relatório do ano que vem. Temos assistido a reportagens nas grandes televisões nacionais sobre a gravidade que é a prática do *bullying* nas escolas pelo Brasil afora, envolvendo todas as classes sociais.

Com relação à campanha Navegação Segura contra a Pedofilia, há um site nosso à disposição, com a distribuição de *folders*, cartazes. A Campanha contra a Exploração Sexual Infantojuvenil conta sempre com a parceria deste Parlamento, deputada Ana Paula Lima. Nós sabemos que a luta é grande, começou em 1998, quando criamos o Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infantojuvenil. Foi lá em Chapecó, com o apoio da Câmara de Vereadores, em maio de 1998, que a então vereadora Maria Aparecida nos ajudou e esse fórum cresceu; já este Parlamento criou o Dia Estadual, que é o dia 24 de setembro, e tivemos uma campanha muito forte no ano passado.

O Programa Apóia, que é um programa que visa trazer crianças de volta para a sala de aula, com a parceria dos conselhos tutelares e das escolas, vai continuar. No Projeto Rede Piá, que é a reciclagem das máquinas caça-níquel, ingressou o Senac, com o objetivo de reformatar, vamos assim dizer, aquelas máquinas para fins pedagógicos. Renovamos, com a cooperação da secretaria de estado da Saúde, para o monitoramento na área de desnutrição grave infantil, uma lei muito importante que foi aprovada na época, de autoria, se me lembro bem, do deputado Volnei Morastoni, que tem tido um resultado muito bom, sendo que a parceria com essa secretaria é muito importante. Renovamos também a cooperação com o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação para a fiscalização das verbas destinadas aos municípios. Através do Disque-Denúncia 100, recebemos quase 1.000 denúncias no ano passado.

Temos um projeto de doação de computadores que estão bons ainda, mas não servem mais para o nosso parque em razão da velocidade da rede. Esses computadores são doados aos conselhos tutelares e o número

doado chegou a 156 equipamentos no ano passado.

Temos um portal sobre a adoção, um portal também de combate ao trabalho infantil; ajuizamos sete ações na área do saneamento básico, 21 acordos e 160 inquéritos instaurados a partir do ajustamento de conduta estadual, que está possibilitando essa estratégia de ajustamento de conduta.

No tocante aos desafios à sustentabilidade, temos participado de seminário com o objetivo de buscar alternativas de sustentabilidade para Santa Catarina. Um programa muito importante foi a edição do *Manual Técnico para a Coleta de Amostras de Água*. Temos uma parceria com as universidades do estado de Santa Catarina.

Com o IGP temos a capacitação dos policiais militares da Polícia Ambiental para coletar água em pontos necessários, para depois fazer uma análise da qualidade desse produto. Na área do consumidor foi prestado apoio a 64 fiscalizações municipais e ainda temos o Programa de Fiscalização de Produtos de Origem Animal.

Na semana passada tivemos, infelizmente, uma repercussão negativa com uma operação realizada na comarca de São Miguel d'Oeste. É importante destacar aqui que esse é um programa que existe desde 1999, numa parceria com os órgãos públicos, que tem como objetivo a fiscalização de produtos de origem animal artesanal, para que eles se adequem às exigências legais.

Eu quero deixar bem claro que tive a oportunidade de assistir ao vídeo da operação feita na feira de São Miguel d'Oeste e posso dizer que não houve, em momento algum, violência policial. Eu assisti ao vídeo. A maioria dos que estavam naquela operação eram policiais civis, não eram nem policiais militares; havia a presença do promotor de Justiça por solicitação da Vigilância Sanitária Municipal, que solicitou um apoio, uma vez que uma fiscalização anterior não havia dado certo porque as pessoas botaram os produtos dentro dos veículos e foram embora.

É uma situação delicada, já foram feitas centenas de fiscalizações naquela área. Sabemos da importância, para a pequena propriedade rural, para o agricultor familiar, dos produtos de origem animal e também vegetal, mas o que nós precisamos é de um envolvimento das municipalidades no sentido de ensinar aquelas pessoas a embalar, a bem acondicionar os produtos.

Tivemos casos, naquela oportunidade, e vejam bem v.exas., em que a nata estava sendo acondicionada em potes de cloro, ou seja, em embalagens que foram utilizadas para guardar cloro. E estava escrito na embalagem que ela é inservível, não pode ser usada para nada. Mas foram utilizadas para acondicionar nata e alguns produtos de origem animal, inclusive, sem a refrigeração devida durante o transporte e o acondicionamento.

Vejam bem v.exas. que um ajustamento de conduta com o *Diário Catarinense* resultou na divulgação de uma cartilha sobre como comprar alimentos de maneira segura. Duas edições circularam na rede.

É importante lembrar que, nos últimos três anos, foram feitas 203 fiscalizações. Elas sempre são um tanto desagradáveis. Por quê? Porque resultam na apreensão de produtos que o senso comum entende como bons. E quem de nós já não comprou um queijo sem fiscalização? Quem não parou na beira da estrada e comprou um salame ou um mel mal-acondicionado? Quem não fez isso? Eu fiz, e faço, às vezes, ainda, confesso, mas, infelizmente, não se deve fazer. O que nós precisamos é tratar esse

assunto com maior seriedade nos municípios, e com apoio para os pequenos agricultores.

Mas o que causou estranheza foi a manifestação de autoridades daquele município, cujos subordinados pediram ajuda e, de repente, a ajuda não serviu mais. Houve aparato policial - eu vi e tenho o vídeo -, mas não houve nenhum abuso. Um detalhe: as pessoas que estavam lá dentro continuaram comprando nos pontos da feirinha. Mas, infelizmente, ocorreu, sim, a apreensão de produtos.

Na questão de segurança nos estádios, foi firmado um pacto com a Federação Catarinense de Futebol e os clubes de Santa Catarina para a proibição de venda dentro dos estádios. Saibam v.exas. que os resultados dessa parceria foram extraordinários. A diminuição de violência nas torcidas é algo significativo, em razão da proibição da ingestão de álcool apenas durante a realização das partidas de futebol.

E vamos ser sinceros: se nós queremos os nossos filhos, as nossas crianças lá, não tem sentido estarmos lá para ingerir bebida alcoólica. E está funcionando muito bem.

Houve o início de um trabalho para a ampliação do número dos Procons municipais e Procons regionais - e essa parceira vai frutificar muito este ano -, com a destinação de recursos do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados do estado. No ano que vem trataremos desses números.

Na área de combustíveis, em parceria com a ANP, o Procon e o Inmetro, trouxemos ao estado o Ministério Público do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, que têm equipamentos para aferir qualidade. Fizemos várias inspeções e encontramos irregularidades em 43 postos de combustíveis, pois o nosso problema é o da sonegação. Grande parte da arrecadação do estado vem do combustível. O motivo pelo qual o Ministério Público brasileiro criou o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas foi o fato de um promotor de Justiça, no ano de 2002, ter sido assassinado em Belo Horizonte quando investigava o cartel dos combustíveis. O mandante foi um dos líderes do cartel de combustíveis, que foi preso com o executor. A partir dali o Ministério Público criou esse Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas.

E com relação aos combustíveis, via de regra temos problemas na sonegação e na qualidade. Estamos pensando seriamente em investir mais forte ainda nessa investigação a partir deste ano, inclusive com a aquisição de equipamentos para o controle da qualidade.

Disponibilizamos uma calculadora *on line* para a quitação de empréstimos. Isto é muito bom, pois são dois mil acessos por mês no Ministério Público. O Senado Federal agora pediu autorização para divulgar essa nossa calculadora eletrônica. Vejam que dois mil acessos/mês é um número extraordinário. O aposentado quer quitar um empréstimo antecipadamente, e para saber que não está sendo ludibriado pela entidade financeira, ele vai lá e faz o seu cálculo, que é bem simples. Vejam, pelo número de acessos, o sucesso que é!

Através do Centro de Apoio de Cidadania e Fundações, firmamos um termo de cooperação que envolve esta Casa, o Tribunal de Contas, o Crea, a OAB, a Uvesc, a UFSC, a Udesc, a Acafe e a Fundação Catarinense de Educação Especial, visando a enfrentarmos a questão da acessibilidade em prédios públicos.

Recentemente conversei pessoalmente com o presidente do Tribunal de Justiça e encaminhei um expediente, porque os fóruns também não têm acessibilidade e precisamos disso. Vamos acionar os outros

fóruns por falta de acessibilidade. O cidadão vai lá contestar a ação e diz assim: "Mas como é que eu vou subir a escada?"

Então, o dever de casa também tem que ser feito pelo Poder Judiciário, que ainda não é nosso parceiro no termo de cooperação, mas o presidente José Trindade dos Santos vai firmar o termo conosco, eu tenho certeza.

Na questão da gripe A, temos acompanhado e sido parceiros - e o deputado Dado Chermem está aqui - da secretaria da Saúde. No que diz respeito à Gripe A, monitoramos, no ano passado, fiscalizamos, e essa é a nossa função, e acompanhamos de perto aquilo que a Anvisa indicava e aquilo que a secretaria de estado da Saúde fazia, até para saber se o que era feito estava em consonância com as normas mundiais.

No caso da dengue, temos acompanhado sempre e não há ainda nenhum caso de origem local, mas focos há. No passado tivemos problemas de prefeituras relapsas. A secretaria de estado nos procurou, fizemos a parceria e fortalecemos essa atuação para que os municípios enfrentem o foco do mosquito, já que não temos ainda "mosquitos doentes", entre aspas, no estado. Por incrível que pareça, fizeram uma ponte aérea. Não é só o *Jornal Nacional* que relata, mas a dengue passou por cima do Paraná e foi para o Rio Grande do Sul. Portanto, felizmente, ainda não temos casos, mas a prevenção é fundamental.

Na área de combate à abusividade à cobrança no sistema de saúde, a Promotoria requisitou 149 inquéritos policiais e foram efetuadas 42 denúncias.

O controle de constitucionalidade aumentou em 50% e implementamos um banco de dados para acompanhar a edição de leis municipais e estaduais, com metodologia para controlar a efetividade das Adins. Não adianta entrarmos com a Adin, o Tribunal julgar procedente e a lei continuar lá. A lei foi julgada inconstitucional, mas os efeitos ainda permaneceram, notadamente com casos de contratação.

Criamos uma cartilha, em parceria com a Uvesc - e agora celebramos com a Fecam -, que será distribuída para os prefeitos e vereadores, sobre inconstitucionalidade de leis.

Esse centro sobre o qual falei, e permito-me tecer novas considerações, foi uma grande inovação na nossa gestão, que é o Centro de Apoio Operacional de Formações e Pesquisas. Ele estruturou o Ministério Público para bem atender às Promotorias de Justiça, através de *softwares* sofisticados.

Para que v.exas. tenham uma ideia, este ano conseguimos uma condenação por lavagem de dinheiro associada à narcotráfica, em razão da utilização de uma ferramenta adquirida pelo Ministério Público, chamada I2, que cruza dados e que nos possibilitou provar a lavagem de dinheiro do narcotráfico. No caso de Florianópolis foi, inclusive, elogiado pelos desembargadores quando do julgamento na Câmara.

Com relação à Coordenadoria de Investigações Especiais, novamente me refiro à criação da de Joinville. Este ano já instalamos a de Chapecó, vamos instalar até junho a de Criciúma e no segundo semestre instalaremos as de Itajaí e Lages, atendendo a todo estado de Santa Catarina com as investigações especiais.

A nossa Coordenadoria de Contra-Inteligência e Segurança Institucional desenvolveu a política a que já me referi antes.

Senhores e senhoras, essas são, básica e resumidamente, as informações que trago a v.exas. acerca da atuação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina no ano de 2009.

Agradeço a atenção de v.exa., sr. presidente, e devolvo-lhe a palavra.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito obrigado, dr. Gercino, pela bela apresentação.

Srs. deputados, se formos abrir um espaço para perguntas, com certeza todos os parlamentares vão querer exercer o seu direito de usar a palavra. Por isso, tomo a liberdade de fazer o encaminhamento para que, após as considerações e as boas-vindas ao nosso procurador-geral, ele receba as indagações depois, no seu gabinete, para que possa trazer à Casa.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, deputado Gelson Merísio, quero, inicialmente, parabenizar o dr. Gercino pela brilhante exposição e a forma de atuação do Ministério Público de Santa Catarina, abordando, de forma muito transparente e topicamente, as maneiras de intervenção, o que é um orgulho para o povo catarinense.

Eu não vou fazer nenhuma pergunta. Quero apenas deixar um registro, dr. Gercino, porque acho que o Ministério Público de Santa Catarina, pela exposição feita, é um exemplo para o Brasil, e quiçá no futuro estejamos todos fazendo um trabalho similar ao do Ministério Público.

Mas quero apenas fazer, se o presidente me permitir, um registro. Eu, que fui gestor, fui prefeito da cidade de Rio do Sul, vejo, muitas vezes, o Ministério Público intervindo na criminalização de prefeitos. Eu entendo que a grande maioria dos gestores públicos deste país são figuras sérias. Recentemente, estive na região de São Cristóvão e cito o exemplo de uma pequena prefeitura, a de Frei Rogério, em que uma prefeita foi tratada, através do jornal, quase como bandida.

Então, acho que é importante termos esses critérios muito transparentes para que nós também, homens públicos, possamos dar uma melhor transparência, a fim de que os entes públicos sejam tratados condignamente nesse processo.

Mas parabenizo v.exa. imensamente pelo trabalho que está sendo feito!

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Quero saudar o procurador-geral de Justiça de Santa Catarina, dr. Gercino Gerson Gomes Neto, e parabenizá-lo pelo trabalho que vem desenvolvendo junto com toda a sua equipe que está aqui atenta acompanhando-o.

Vou fazer somente rápidas observações. Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar as Promotorias do Meio Ambiente, que adotaram o critério da bacia hidrográfica. Esse é um critério que nós, já na reforma administrativa do estado, havíamos sugerido, através de emenda, a fim de que as secretarias de Desenvolvimento Regional fossem criadas por esse critério, o que inseriria um conceito novo na gestão pública.

Em segundo lugar, quero levantar a questão dos combustíveis. É importante continuar com esse programa porque temos, realmente, esse problema sério, com graves consequências para o estado.

O terceiro aspecto é a questão dos alimentos. O estado tem resistido em

implantar o Suasa e isso tem criado uma dificuldade imensa para a agricultura familiar. Assim, precisamos superar essa questão.

Quarto ponto: o problema das drogas. Essa é uma questão para a qual gostaria de pedir prioridade, pois 80% ou mais dos crimes cometidos no estado têm a ver com a droga. Uma família que tem alguém drogado sabe do que estou falando. A droga é uma desgraça, está destruindo a sociedade catarinense e precisamos da integração de todas as forças públicas...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito obrigado, deputado Décio Góes. Desculpe-me interrompê-lo! Temos que reabrir a sessão ordinária na Ordem do Dia e por isso estou limitando o tempo.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Em razão disso, Sr. presidente, não vou fazer nenhum questionamento também.

Quero apenas cumprimentar v.exa. por todas as ações, mas, no meu caso especialmente, pela parceria no programa de combate ao *bullying*. Essa matéria realmente está chamando a atenção da mídia mundial.

Dr. Gercino, a dra. Priscilla Albino está fazendo um bellissimo trabalho. Os nossos eventos, nessa parceria da Assembleia Legislativa com o Ministério Público, estão repercutindo muito bem e reunindo muita gente. Recomendo até a leitura da entrevista do educador americano, na página 6 da revista *IstoÉ* desta semana. O *bullying* é uma violência silenciosa, séria, que está fazendo muito estrago. E quero dizer que está muito boa a parceria da Assembleia Legislativa com o Ministério Público.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, o dr. Gercino tem uma missão espinhosa em Santa Catarina, que é dirigir o Ministério Público. Sabemos perfeitamente que as ações do Ministério Público são muito pesadas e difíceis, mas necessárias.

Quero cumprimentá-lo porque são poucas às vezes em que vimos uma prestação de contas com tanta precisão como a feita na tarde de hoje. Nós entendemos que essa prestação de contas é boa para que o parlamentar e a sociedade sintam o trabalho do Ministério Público de Santa Catarina.

Gostaria de cumprimentá-lo e pedir que seja feita essa ação contra as drogas em Santa Catarina, uma vez que a droga está sendo um desastre para a nossa juventude e a sociedade. Tenho certeza de que o Ministério Público pode contribuir muito nessa questão.

Parabéns, dr. Gercino!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Quero apenas cumprimentar o dr. Gercino pelo trabalho do Ministério Público, e o dr. José Ricardo pelo trabalho à frente da corregedoria do Ministério Público.

Gostaríamos de dizer que depositamos sempre muita esperança nessa instituição pública do estado na defesa da

sociedade catarinense. Temos muitas preocupações, e uma delas é com a criminalização dos movimentos sociais, cada vez mais acirrada em nosso estado, inclusive com a criminalização da possibilidade de reivindicar, de organizar e de estabelecer uma relação e uma correlação de forças de forma equânime entre os diversos setores da sociedade.

Eu próprio, policial militar, conduzindo a minha entidade, tenho, ao longo da história, muitos exemplos de criminalização, justamente por ter reivindicado e organizado a categoria.

Queremos parabenizar o Ministério Público pelo trabalho que vem fazendo e manifestar a nossa preocupação com esse aspecto da vida social, que interessa muito ao estado democrático de direito e para um aprofundamento da democracia na nossa sociedade. O nosso risco é que haja uma reversão dos avanços democráticos que tivemos nas décadas anteriores.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini, que tem também no plenário a presença do seu filho, que é promotor de Justiça, a quem cumprimentamos e em nome de quem damos as boas-vindas a todos os promotores que acompanham esta sessão especial.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, embora suspeito que sou para falar sobre o Ministério Público, não só pelo meu filho, mas pela amizade que tenho com esse órgão, quero dizer que, sem dúvida nenhuma, o Ministério Público de Santa Catarina, sob o comando do dr. Gercino Gerson Gomes Neto, tem feito um trabalho extraordinário.

Só a prestação de contas que o Ministério Público fez através do seu procurador-geral basta para percebermos a grandeza do trabalho que realiza em defesa da sociedade de Santa Catarina.

Parabéns ao dr. Gercino e a toda a sua equipe de trabalho.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero aproveitar para cumprimentar o dr. Gercino e, em seu nome, toda a equipe do Ministério Público Estadual.

Quero dizer também, sr. procurador, que a sociedade catarinense lamenta que o governador do estado de Santa Catarina não tenha permitido que o grande trabalho que o Ministério Público fez pudesse sofrer a apreciação do Tribunal de Justiça. É com profundo pesar que a sociedade catarinense viu um trabalho extraordinário, cuidadoso, despolitizado, despartidarizado ser jogado. Tenham a convicção, contudo, que muitos de nós sabem a grandeza do trabalho realizado.

Peço, neste momento, ao sr. procurador que lance um olhar generoso em torno das demandas da Lei Maria da Penha, porque o estado de Santa Catarina ostenta grandes níveis de violência contra a mulher e ainda carece de instrumentos, principalmente a Defensoria Pública, o que é uma excepcionalidade no país inteiro.

A Lei Maria da Penha tem sete artigos que pressupõem a existência de Defensoria Pública e as mulheres de Santa Catarina não dispõem desse instrumento. Portanto, precisamos da ajuda do Ministério Público, do Tribunal de Justiça e de outras instâncias para sanar essa questão.

Em nome do movimento das mulheres, peço a v.ex.a. um empenho ainda maior ao olhar a questão da violência contra a mulher.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Dr. Gercino, também quero dar o meu testemunho. Como secretário de estado da Saúde até o dia 5 de janeiro deste ano vivemos momentos simples e momentos difíceis na parceria com o Ministério Público, mas tudo construído em prol da sociedade catarinense.

Quero aproveitar a oportunidade e fazer uma sugestão a v.ex.a., pois sei da sua influência no Conselho Nacional do Ministério

Público, para que, quem sabe, comece uma campanha de combate à má informação em relação à alimentação das crianças e adolescentes. Hoje a obesidade infantil é uma epidemia. Por isso, deixo essa sugestão ao senhor e ao Conselho Nacional do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência agradece a presença nesta Casa, nesta sessão especial, do dr. Gercino Gerson Gomes Neto, procurador-geral de Justiça, bem como do dr. Paulo Ricardo da Silva, corregedor-geral do Ministério Público, de todos os srs. coordenadores do Ministério Público Estadual, e dos srs. promotores. Esta Casa tem um grande prazer em recebê-los, pois dividimos funções semelhantes na fiscalização, no acompanha-

mento e na defesa do interesse público, na defesa e na guarda do patrimônio público.

Cumprimentamos o procurador-geral de Justiça pelo bellissimo trabalho que este órgão presta às pessoas e à sociedade de Santa Catarina e colocamo-nos ao inteiro dispor para continuarmos parceiros em ações, programas e campanhas que possam aproximar, cada vez mais, o povo deste Poder e também do Ministério Público!

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão especial, lembra aos srs. deputados que reiniciaremos a sessão ordinária em seguida, para deliberarmos sobre as matérias que necessitam de quórum qualificado.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 292, de 22 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **DULCE MARIA DA COSTA**, matrícula nº 1914, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Taquigrafia das Comissões, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, Sandra Mara Coelho, que se encontra em fruição de licença-prêmio por trinta dias, a contar de 22 de abril de 2010 (DL-Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões).

Deputado GELSON MERISIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 293, de 22 de abril de 2010

Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo nos incisos

XVIII e XIX e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica anulado parcialmente na importância de R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais), na atividade abaixo discriminada, o seguinte elemento de despesa:

0100	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
0101	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
Atividade	01.031.0920.0416.1144		
Elemento/Fonte	339037 - 100	R\$	9.000.000,00
Sub-total		R\$	9.000.000,00
TOTAL		R\$	9.000.000,00

Art. 2º Por conta do recurso a que se refere o artigo anterior, fica suplementado nas atividades abaixo discriminadas, os seguintes elementos de despesas:

0100	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
0101	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
Atividade	01.031.0920.0416.1144		
Elemento/Fonte	339046 - 100	R\$	7.500.000,00
Elemento/Fonte	339030 - 100	R\$	1.250.000,00
Elemento/Fonte	339031 - 100	R\$	200.000,00
Elemento/Fonte	339035 - 100	R\$	50.000,00
TOTAL		R\$	9.000.000,00

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERISIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1724ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1724ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0601/10, de Carla Maria Evangelista Vieira Pedrozo e Processo nº 0637/10, de Izauro Luiz Pereira. 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0638/10, de Leonardo Salvini; Processo nº 0602/10, de Marco Antonio Barcelos da Rocha; Notificação nº 0300/2010, Interessado: Antônio Marcos Gavazzoni - Secretário de

Estado da Fazenda/SC "ressarcimento de valores aos servidores da Secretaria da Fazenda à disposição da ALESC" e o Ofício nº 0111/2010/27PJ/CAP de 24/03/2010, Interessado: Durval da Silva Amorim - Promotor de Justiça - da 27ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital "informações referente ao Inquérito Civil Público nº 06.2009.000689-6". 3) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovado parecer por unanimidade a Consulta - Of. CL nº 146/2010 de 29/03/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 041/2009-01, ONDREPSB". O relator deu conhecimento das informações prestadas no parecer exarado ao Ofício SEC nº 1851/2010 da 1ª Vara do Trabalho de Florianópolis, Interessado: João Carlos Trois Scalco - Ação Trabalhista nº 03436-2009-001-12-00-8, Reclamante: Eduardo Guerini, Reclamado: Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina - CESUSC". 4) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0533/10, de Araci Francisca da Silva; Processo nº 0537/10, de Rita de Cássia dos Santos e a Consulta - Of. CL nº 0191/2010 de 08/04/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Convênio nº 001/2006-00, celebrado com a Associação dos Funcionários da ALESC (AFALESC) - auxílio-educação aos servidores da ALESC". 5) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0525/10, de André Luiz Pacheco Furtado; Consulta - Of. CL

nº 0182/2010 de 07/04/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo de Inexigibilidade - aquisição de quota de participação no 14º Congresso Catarinense de Rádio e Televisão" e ao MEMO nº 0146/2010 em 12/04/2010 - Ofício nº 518/2010 de 07/04/2010, cópia do Acórdão do Mandado de Segurança nº 2006.007272-4/0000-00 - Impetrante: Francisco José Pereira Filho, Impetrado: ALESC. 6) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0641/10, de Sandra Mara Coelho; Processo nº 0642/10, de Angela Maria Garibotti; Processo nº 0512/10, de Paulo Roberto Arenhart; Processo nº 0494/10, de Maria Helena Teixeira Diniz, e as Consultas: Ofício CL nº 0196/2010 de 09/04/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo de Inexigibilidade, aquisição de quota de participação na XXIII Feira da Esperança em Florianópolis, no período de 29 de abril a 2 de maio"; Ofício CL nº 0199/2010 de 09/04/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2010-00, celebrado com a INDOBEL - Leitura e Publicações Ltda.". Continuando, a relatora retirou de pauta a Comunicação Interna nº 002/2010 de 26/03/2010, Interessado: Presidente da Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional "Minuta do Ato da Mesa referente ao estágio probatório". 7) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0636/10, de Rocler Rech e Processo nº 0535/10, de Lucila Demeneck Antunes. 8) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade a Consulta - Of. CL nº 0197/2010 de 09/04/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 008/2010-01, celebrado com a STELL Cozinhas Industriais Ltda." e ao Ofício nº 35/2010/CDH de 25/02/2010, Interessado: Paulo Roberto de Borba - Presidente da OAB/SC e Dórian Esteves Ribas Marinho - Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC "informações acerca da existência ou não de previsão legal autorizada por esta Casa Parlamentar para o funcionamento de um "Setor de Inteligência do Departamento de Administração Prisional" ou similar". 9) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 0419/10, de Maria Aparecida Orsi, e retirado de pauta pelo relator o Processo nº 0634/10, de João José Candido da Silva. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia vinte e dois (22) de abril. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 14 de abril de 2010.

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia treze de abril de dois e mil e dez, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Marcos Vieira, Antônio Aguiar, Joares Ponticelli, Cesar Souza Junior, Elizeu Mattos, Décio Góes, Sargento Amauri Soares, Pedro Uczai, substituindo Dirceu Dresch. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 5ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida passou a palavra aos Senhores Deputados para relatar as matérias em pauta. O **Deputado Pedro Uczai** relatou o Projeto de Lei nº 0617.6/2009 exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0599.0/09 exarou parecer favorável, que posto em discussão foi cedido para vista em Gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; o Projeto de Lei nº 0042.0/2010 exarou parecer pela rejeição, que posto em discussão foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Joares Ponticelli; o Projeto de Lei nº 0077.0/2010 exarou parecer favorável com Emenda Substitutiva Global, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0360.0/2009 exarou parecer favorável com Emenda Substitutiva Global e Emenda Aditiva, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0413.7/2009 exarou parecer pela rejeição, que posto em discussão foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Décio Góes; o Projeto de Lei nº 0028.2/2010 exarou parecer favorável com Emenda Substitutiva Global, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Cesar Souza Junior** relatou o Projeto de Lei nº 0088.3/2010, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Antônio Aguiar** relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº

0085.0/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0023.8/2010 exarou parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 029.3/2010 exarou parecer pela aprovação, apresentando Requerimento para a realização de Audiência, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Décio Góes** relatou o Projeto de Lei nº 0082.8/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Elizeu Mattos** relatou o Projeto de Lei Complementar nº 0015.3/2010, exarou parecer favorável, que posto em discussão foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Décio Góes; o Projeto de Lei Complementar nº 021.1/2010 exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº 0017.5/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Sargento Amauri Soares** relatou o Projeto de Lei Complementar 0018.6/2010, exarou parecer favorável, que posto em discussão foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Décio Góes. O **Deputado Joares Ponticelli** relatou o Projeto de Lei nº 0079.2/2010, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Romildo Titon** relatou o Projeto de Emenda Constitucional nº 0001.0/2010, exarou parecer favorável com Emenda Aditiva, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0093.0/2010 exarou parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação foi aprovado unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 2010.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte de abril de dois mil e dez, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Décio Góes, Antônio Aguiar, Serafim Venzon, substituindo Marcos Vieira, Joares Ponticelli, Cesar Souza Junior, Elizeu Mattos, Sargento Amauri Soares, Cesar Souza Junior e Dirceu Dresch. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 6ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou a palavra aos Senhores Deputados para relatar as matérias em pauta. O **Deputado Sargento Amauri Soares** relatou os Projetos de Lei nº 0003.4/2010 e o 0381.5/2009 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei nº 504.9/2009 exarou parecer favorável como Emenda Aditiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Elizeu Mattos** relatou o Projeto de Lei nº 0076.0/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Décio Góes** relatou o Projeto de Lei nº 0018.6/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Cesar Souza Junior** relatou o Projeto de Emenda Constitucional nº 0004.2/2010 exarou parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Dirceu Dresch** relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs 0542.4/2009 e 0545.7/2009 exarou pareceres pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 0007.8/2010, 0081.7/2010 e 0083.9/2010 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0530.0/2009 exarou voto vista pela rejeição, foi aprovado o parecer do Relator Deputado Jean Kulhmann, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. O **Deputado Antônio Aguiar** relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0092.0/2010 exarou parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Resolução nº 0003.4/2010 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0097.4/2010 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei Complementar nº 0011.0/2010 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

O **Deputado Joares Ponticelli** relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs 0038.4/2010, 0011.4/2010, 0078.1/2010 e o 0585.4/2009 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0075.9/2010 exarou parecer favorável com Emenda Modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Serafim Venzon** relatou o Projeto de Lei nº 442.1/2009 exarou voto vista do Deputado Marcos Vieira com Emenda Aditiva e Modificativa, em seguida foi cedido vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. O **Deputado Romildo Titon** relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs 0034.0/2010, 0055.5/2010 e 0096.3/2010 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; os Projetos de Lei nº 0104.8/2010 e 0098.5/2010 exarou pareceres favoráveis pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0618.7/2009 exarou parecer favorável com Emenda Modificativa, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; a Mensagem de Veto nº 01599/2010 exarou parecer pela admissibilidade, que colocada em discussão e votação foi aprovada por unanimidade e as Mensagens de Veto nºs 01510/2010 e 01598/2010 exarou pareceres pela admissibilidade, que colocadas em discussão e votação, foram aprovadas por maioria. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 2010.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia seis de abril do ano de dois mil e dez, sob a Presidência do Deputado Manoel Mota, Presidente, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Primeira Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 4ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Deputados Manoel Mota, Joares Ponticelli, Jean Kuhlmann, Dirceu Dresch, Antônio Aguiar - representando o Deputado Elizeu Mattos. Na sequência o Senhor Presidente colocou em discussão a ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. Discussão e votação dos PLS nºs.0019.1/2010, 0020.5/2010, com emenda substitutiva global; 0021.6/2010, com emenda substitutiva global; 0030.7/2010, 0234.6/2009, 0487.3/2009, 0523.1/2009, 0614.3/2009, 0619.8/2009, com emenda modificativa; 0622.3/2009, com emenda modificativa, 0624.5/2009 e 0626.7/2009 - todos aprovados por unanimidade, e os Ofícios nºs 0002.0/2010, com pedido de diligência, 0004.1/2010, 0010.0/2010, 0338.9/2009, 0342.5/2009, 0355.0/2009, com pedido de diligência, 0384.4/2008, com pedido de diligência, foram aprovados por unanimidade. O Presidente fez a leitura de correspondências encaminhadas à Comissão: Ofício nº 27/2010/CMS/AC, do Presidente da Câmara de Vereadores de Seara, contendo cópia da Moção nº 01/2010 - de autoria do Vereador Edson Pelisson, a ser enviada ao Governador do Estado e outros -, contendo apelo para que investimentos sejam feitos na região para melhoria nas redes de distribuição de energia elétrica; correspondência do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Lages e outros, solicitando apoio para a barrar a tramitação e aprovação da PEC 231/1995, que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e aumenta o percentual da hora extra de 50% para 75%, e um requerimento de autoria da Associação dos Efetivados pelo Artigo 14 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de Santa Catarina - ASSEA/SC - solicitando realização de uma audiência pública para tratar de interesses dos beneficiados. A audiência foi aprovada e o Deputado Joares Ponticelli solicitou que a Secretaria da Comissão entrasse em contato com o requerente para agendar data e horário. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Manoel Mota

Presidente

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 447/2010, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 013/2010, obteve o seguinte resultado:

Lote Único: **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA PORTA AUTOMÁTICA COMPLETA E SEIS OPERADORES MILLENIUM LIGTH PARA RECUPERAÇÃO DAS PORTAS EXISTENTES.**

EMPRESA VENCEDORA: TECNOPORT TECNOLOGIA EM PORTAS E PORTÕES AUTOMÁTICOS LTDA

Valor do Último Lance: R\$71.250,00

Marca: MILLENNIUM

Valor Global do Último Lance: R\$ 71.250,00

Florianópolis, 22 de abril de 2010.

JUÇARA HELENA REBELATTO

PREGOEIRA

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 556, de 22 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR a servidora **ANDREA RIBEIRO BITTENCOURT**, matrícula nº 1915, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefe da Seção de Tramitação e Elaboração da Ordem do Dia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, **ROSANE MARQUES ALVES**, que se encontra em fruição de licença-prêmio por sessenta dias, a contar de 20 de abril de 2010 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 557, de 22 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARCO AURELIO VIVAS FERNANDEZ, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-19, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Angela Albino).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 558, de 22 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ADEMIR JOSÉ GASPARIINI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-39, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do DEM).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 559, de 22 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR NEIDE MARIA DE CAMPOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Reno Caramori).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 560, de 22 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Valmir Comin para o gabinete do Deputado Dieter Janssen, a contar de 20 de abril de 2010.

matr	nome do servidor	código e nível do cargo
3240	Keilla Cristine Silveira Cardozo Alves	PL/GAB-20
3282	Anderson Macagnin	PL/GAB-70
3297	Julio Cesar Cardoso	PL/GAB-01
3755	Maria Beatriz de Souza	PL/GAB-23
3775	Valentin Jurdines Colodel	PL/GAB-45
4054	Alessandro Tramontin	PL/GAB-70
4422	Elza Maria Inacio	PL/GAB-61
4585	Zeli Estevam Tramontin	PL/GAB-54
4638	Luciano Vieira da Paz	PL/GAB-15
5036	Barbara Cristiane Clezar Borges	PL/GAB-01
5391	Jocimar Quarth	PL/GAB-16
5523	Amandha Cunha da Costa	PL/GAB-64
5531	Neusete das Gracias Wolff Suda	PL/GAB-30
5605	Elizabete Ronchi Pereira	PL/GAB-29
5730	Janaina dos Santos Padilha	PL/GAB-62
6040	Joao Batista Rodrigues	PL/GAB-35
6183	Luciano Manoel Silvano	PL/GAB-19
6184	Jose Giovanni Alves Bonilha	PL/GAB-31
6230	Maria Luiza Nietto	PL/GAB-30
6278	Samara Vendrame de Bona	PL/GAB-22
6279	Andrea dos Santos Vieira	PL/GAB-22
6299	Marian Balbi Abreu	PL/GAB-50

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 561, de 22 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado a servidora **SANTINA SILVESTRI**, matrícula nº 1909, do gabinete do Deputado Valmir Comin para o gabinete do Deputado Dieter Janssen, a contar de 20 de abril de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 562, de 22 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Valmir Comin para o gabinete do Deputado Dieter Janssen, a contar de 20 de abril de 2010.

Matr	NOME DO SERVIDOR
1409	Martha Fernandez Gonzaga Curial
1491	Eliana de Freitas Ribeiro
1601	Romeu Franzoni Junior
1909	Santina Silvestri
1999	Roselia Florencio
	Carlos Lazzaretti
	Maria Elizabeth Pelegrini Tiscoski

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 563, de 22 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora **PATRICIA ZOMMER**, matrícula nº 6005, nomeado pela Portaria nº 255, de 10/02/09, fazendo constar como sendo **PATRICIA PAGANI ZOMER**.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 564, de 22 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0651/2010,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER ao servidor **OTAVIO KOLLING**, matrícula nº 0902, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 02 de abril de 2005 a 01 de abril de 2010.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 565, de 22 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Eliana de Freitas Ribeiro	1491	3%	33%	16/03/10	0585/10
Antonio Edilson Gomes de Medeiros	5461	3%	3%	01/04/10	0635/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 566, de 22 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Gilmar Knaesel **NAZARENO JOSE PROBST**, Analista Técnico em Gestão da Cultura, Turismo e Esportes, servidor do Poder Executivo - Secretaria Turismo, Cultura e Esporte, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 714, de 15 de abril de 2010, sob a égide do Termo de Convênio nº 08088/2003-8.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 567, de 22 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **SONIA VALDIRA DE CARVALHO BERNARDES**, matrícula nº 1105, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-62, na CGP - Escola do Legislativo.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 568, de 22 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **SERGIO BIASI SILVESTRI**, matrícula nº 3173, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 19 de abril de 2010 (Deputado Lício Mauro da Silveira), tornando sem efeito a Portaria nº 550, de 20 de abril de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***